

Cadernos de Campo

**UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Araraquara**

Reitor: Prof. Dr. Julio Cezar Durigan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Marilza Vieira Cunha Rudge

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Prof. Dr. Eduardo Kokubun

Pró-Reitora de Pesquisa: Profª. Dra. Maria José Soares Mendes Giannini

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CÂMPUS DE ARARAQUARA

Diretor: Prof. Dr. Arnaldo Cortina

Vice-Diretor: Prof. Dr. Cláudio César de Paiva

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenadora: Profª. Dra. Ana Lucia de Castro

Vice-Coordenador: Prof. Dra. Eliana Maria de Melo Souza

Comissão editorial: Prof. Dr. Edgar Teodoro da Cunha;

Prof. Dr. Marcelo Santos; Profª. Dra. Maria Jardim

CADERNOS DE CAMPO

Avaliadores *Ad Hoc*

Ângelo Del Vecchio (UNESP/FCLAr)

Antonio Alberto Brunetta (UFSC)

Antônio Carlos Mazzeo (UNESP/FCC)

Augusto Caccia-Bava Jr. (UNESP/FCLAr)

Denise Ferreira da Silva (University of London)

Eliana Maria de Melo Souza (UNESP/FCLAr)

Elide Rugai Bastos (UNICAMP)

Fernanda Arêas Peixoto (USP)

Fernando Henrique Protetti (UNICAMP)

Henrique Amorim (Unifesp)

João Vargas (University of Texas/Austin)

José Antônio Segatto (UNESP/FCLAr)

Leila de Meneses Stein (UNESP/FCLAr)

Lucila Scavone (UNESP/FCLAr)

Marcos César Alvarez (USP)

Marcos Chor Maio (Fiocruz)

Maria Ribeiro do Valle (UNESP/FCLAr)

Maria Teresa Micelli Kerbauy (UNESP/FCLAr)

Milton Lahuerta (UNESP/FCLAr)

Vera Alves Cepêda (UFSCar)

Editor chefe

Rogério Pereira de Campos

Comitê Editorial

Ariella Araujo

Eder Carlos Zuccolotto

Géssica Trevizan Pera

Isabela Morais

José Antônio da Silva Junior

Leandro Silva de Oliveira

Rogério Pereira de Campos

Revisores

Géssica Trevizan Pera

Isabela Morais

Rogério Pereira de Campos

Diagramação

Eron Pedroso Januskevictz

Normalização

Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras

Impressão

Gráfica Faculdade de Ciências e Letras Campus Araraquara

Programa de Pós-Graduação em Sociologia FCL/UNESP/Araraquara

Laboratório Editorial FCL/UNESP/Araraquara

Rod. Araraquara-Jaú, Km 1 – CP 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil

Fone: (16) 3301-6219 – Fax: (16) 3301-6267 (Departamento de Sociologia)

E-mail: cadernosdecampounesp@gmail.com

Artigos, resenhas e toda correspondência devem ser encaminhadas à Revista Cadernos de Campo/Departamento de Sociologia: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Rodovia Araraquara – Jaú – Km. 1 – Caixa Postal 174 – CEP 14800-901 – Araraquara – SP

Cadernos de Campo

ISSN 1415-0689

Cadernos de Campo	Araraquara	n. 17	p. 1 - 140	2013
-------------------	------------	-------	------------	------

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO <i>Rogério Pereira de Campos</i>	7
ENTRE ASSIMILAÇÃO E COAÇÃO: UMA NOÇÃO DE INTEGRAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO FRANCESAS <i>Ana Gebrim</i>	11
SAÚDE, ALIANÇAS E DISPOSIÇÕES: IMPLEMENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE NA ENCOSTA DA SERRA GAÚCHA <i>Everton de Oliveira</i>	21
METODOLOGIAS DE TRANSPARÊNCIA MILITAR: APORTES TÉCNICOS E TEÓRICOS SOBRE O CASO SUL AMERICANO <i>Diego Lopes da Silva</i>	35
FORMAS DE RESISTÊNCIA E SUBJETIVIDADE NA SEGUNDA GERAÇÃO DE ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA: UMA ANÁLISE DE CASO NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO – BRASIL <i>Alexsandro Arbarotti</i>	49
MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E INTEGRAÇÃO REGIONAL: DIÁLOGOS ENTRE O MERCOSUL E A UNASUL <i>Beatriz Isola Coutinho</i>	59
“AINDA SOMOS OS MESMOS”: UM ESTUDO SOBRE DRAMA SOCIAL EM UMA ESCOLA CARIOCA <i>Raquel Ferreira Rangel Gomes</i>	73

O HABITUS DO CORPO: FUTEBOL
E NEGRITUDE NO BRASIL

Carlos Eduardo Paiva 89

VELHOS DILEMAS, NOVOS DESAFIOS: NOVAS FORMAS
DE TRABALHO, TERCEIRIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO
SINDICAL NO MEIO RURAL PAULISTA

Gabriel da Silva Teixeira e Rosemeire Salata 103

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E AS RELAÇÕES COM
O PARAGUAI: A REVISÃO DO TRATADO DE ITAIPU

Orlando Fernandes de Paula 117

RESENHA

SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

Adriana Santiago Rosa Dantas 135

APRESENTAÇÃO

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar a todo corpo editorial desta edição da Revista Cadernos de Campo, foi um trabalho árduo e longo que partilhamos ao longo de todo um ano para podermos ver agora a obra final. Acima de todas as dificuldades e impasses, foi um prazer realizar este trabalho ao lado de todos, compensando todo o esforço que dedicamos a esta publicação.

O artigo de Ana Gebrim abre esta edição com uma análise sobre as políticas francesas de migração e o impacto decorrente destas políticas para a integração dos imigrantes na sociedade deste país. A partir de estudos sobre textos de Durkheim, a autora irá buscar ilustrar os impactos decorrentes deste processo na atualidade da França, assim como a resistência decorrente deste fenômeno.

Everton de Oliveira busca demonstrar a questão da municipalização do atendimento de saúde na região serrana do Rio Grande do Sul em um modelo baseado no sistema de Unidade de Saúde da Família (USF), porém em um novo modelo com maior envolvimento da população local no funcionamento e organização da estrutura, denominada Estratégia Saúde da Família (ESF). O autor busca analisar quais os benefícios deste tipo de política em pequenas comunidades e qual retorno positivo poderia ser remetido a esfera nacional.

Diego Lopes da Silva traz uma análise sobre o cenário político na esfera sulamericana e a problemática das estratégias militares de cada país em um momento de unificação das nações em torno da UNASUL. A criação do Conselho de Defesa Sulamericano é capaz de superar estes impasses entre os governos e criar uma agenda comum de negociação entre seus membros? Quais os adventos positivos que uma parceria estratégica poderia trazer ao bloco como um todo e a cada país e quais as demandas requerentes são algumas das ponderações que pode se observar neste trabalho.

No artigo de Alexsandro Arbarotti poderemos observar o debate ideológico-material existente no processo de luta da reforma agrária no Brasil, especificamente no interior do Estado de São Paulo e sob a ótica da segunda geração de

assentados nessas áreas. O debate irá demonstrar a evolução e resistência deste movimento ao longo dos anos e quais as perspectivas de mudança e evolução deste cenário defasado da história brasileira.

Beatriz Coutinho vem tratar do fenômeno migratório na América do Sul e quais os impactos resultantes deste deslocamento em um momento de discussão sobre a formação de um bloco econômico e social no subcontinente. A facilitação do trânsito legal e ilegal de pessoas e mercadorias entre as fronteiras geram uma preocupação crescente a todas as nações locais.

O trabalho de Raquel Ferreira Rangel Gomes traz uma crítica a um projeto pedagógico em uma escola no Rio de Janeiro, porém em uma realidade comum a toda a estrutura educacional brasileira. A falta de superação dos problemas e a “maquiagem” aos erros recorrentes nas escolas e na política educacional no Brasil.

Carlos Eduardo Paiva traz uma correlação entre duas culturas antigas e que trazem um sentido de afirmação similares entre si, porém com sentimentos díspares na sociedade brasileira, o negro e o futebol. Como o racismo velado e culturalmente discreto presente em nossa sociedade traz interferências no principal ramo esportivo nacional e de que forma Bourdieu pode elucidar algumas destas contradições.

Para analisar as mudanças ocorridas na agricultura monocultora brasileira, em destaque a especialização mecânica e precarização das condições de trabalho no estado de São Paulo, Gabriel da Silva Teixeira e Rosemeire Salata irão explorar as mudanças nas formas de contratação como a terceirização e a falha representação sindical ao qual estes labores estão submetidos. A região de Ribeirão Preto, por sua marcante participação na produção sucroalcooleira, foi a escolhida para verificar estas mudanças presentes em todo o estado.

Orlando Fernandes de Paula construiu um artigo que analisa as políticas externas brasileiras, com enfoque ao governo Lula, e a forma de negociação brasileira diante dos parceiros econômicos locais, no caso o Paraguai na inflexão do caso da usina de Itaipú. A interferência relatada no trabalho elucidada um temor dos outros países sulamericanos diante da possibilidade de uma UNASUL parcial e desproporcional em termos políticos.

Por fim, temos a resenha de Adriana Santiago Rosa Dantas sobre o livro *Saídas de emergência*, um compêndio sobre trabalhos que analisam a realidade da periferia da maior cidade do Brasil, São Paulo. Em uma análise em diferentes

momentos, podemos observar a escalada da violência e também o abandono do Estado na segurança e evolução social das classes baixa e média baixa.

Todos nós da comissão editorial esperamos que os leitores aproveitem a publicação e que a consolidação desta revista perdure por longos anos. Boa leitura.

Rogério Pereira de Campos

Editor-chefe da Edição 17 da Revista
Cadernos de Campo – UNESP

rogerio_fclar@yahoo.com.br

ENTRE ASSIMILAÇÃO E COAÇÃO: UMA NOÇÃO DE INTEGRAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO FRANCESAS

Ana GEBRIM*

RESUMO: O presente artigo pretende abordar uma noção de integração a partir da perspectiva das políticas francesas de imigração. Em um primeiro momento busca-se discutir historicamente as políticas nacionais de integração dos imigrantes na França. Na sequência, a partir da perspectiva de trabalhar diversas esferas da noção de integração, realiza-se um paralelo com uma prática de integração eclesiástica, a tonsura. A partir do pensamento de Durkheim, pretende-se então discutir os fundamentos teóricos do contexto de execução das políticas de integração francesa. Nesse sentido, é possível situar a noção de integração que fundamenta as políticas de identidade nacional através dos processos de assimilação e coação social.

PALAVRAS-CHAVE: Integração. Imigração. Coação. Tonsura. Assimilação.

A integração dos imigrantes como uma política nacional

Historicamente a população francesa se constituiu através da imigração. No século XIX, os filhos de imigrantes, vindos sobretudo de países europeus, eram obrigados a se naturalizar franceses para cumprir o serviço militar. Nesse momento, existia um projeto político que visava acima de tudo constituir uma nação a partir da unificação política e cultural.

A socióloga Dominique Schnapper (1991, p.32) em sua análise sobre a integração na França, explica que esse esforço foi sobretudo investido “na França

* Mestre em Sociologia Clínica e Psicossociologia. Universidade Paris Diderot. Paris 7 – França. 75013 – acgebrim@gmail.com.

republicana da III República, Estado-nação por excelência, herdeira do trabalho de centralização política e cultural da monarquia, reforçada pela Revolução e pela ação jacobina”. Essas políticas de modernização portavam o nome de assimilação e a escola, que passava a ser obrigatória, tinha a função de assimilar a diversidade cultural em torno da língua e dos princípios da república francesa.

A partir dessa perspectiva assimilacionista, a imigração na França sempre representou um desafio sobretudo para “uma identidade nacional que repousa sob a confusão entre entidade cultural ou histórica e organização política” (SCHNAPPER, 2007, p.321) .

A noção de integração expressa, politicamente, o ideal do projeto democrático da modernidade; o de distribuir a sociedade entre cidadãos livres e iguais (SCHNAPPER, 2007). Assim, a população imigrante deveria aderir incondicionalmente à cidadania republicana francesa (FERREOL; JUCQUOIS, 2003).

Os dispositivos de integração, nesse sentido, foram sempre executados enquanto mecanismos de controle social com objetivo de construir uma sociedade regida pelas mesmas crenças e os mesmos valores. A diferença cultural sempre significou um entrave às políticas de integração, ainda que para Schanapper esses processos “não podem ser simplesmente condenados como apenas genocídios culturais. O Estado-nação permitiu igualmente a todos os cidadãos participar da aventura da modernidade” (SCHNAPPER, 1991, p.36)

Consideremos as políticas de integração como genocídios culturais ou não, Lapeyronnie (apud FERREOL; JUCQUOIS, 2003) elucida a questão, pois para ele o processo de integração refere-se sempre ao ponto de vista do dominante sobre o dominado. Diversos sociólogos do campo da imigração vêm denunciando as relações de dominação por trás da noção de integração. Uma vez que esse termo nunca foi empregado para caracterizar a presença europeia nos países colonizados no século XIX.

Nos anos 1980, a integração dos imigrantes adquire o caráter de problema de política nacional. Podemos, entretanto, sublinhar que esse fato está diretamente ligado ao que se chama “medo do enfraquecimento da identidade nacional” (RIBERT, 2006, p.13), devido principalmente às crises econômicas provenientes da globalização e do respectivo posicionamento da França nesse novo cenário.

Segundo a socióloga Évelyne Ribert (2006, p.15), dois grandes eixos de reformas foram colocados em ação nesse contexto político:

De um lado, combater tudo o que pudesse desvalorizar a nacionalidade francesa [...] e de outro, restaurar o valor da nacionalidade francesa, firmando o sentimento de pertencimento nacional dos candidatos à nacionalidade [...] – dos quais convinha “assegurar-se” da “real motivação” de se virar francês.

A preservação da identidade nacional assume então a perspectiva de uma prioridade nas políticas governamentais, das quais os imigrantes são o alvo, na tentativa de avaliar seu grau de assimilação.

Em 2010, o número de imigrantes internacionais alcança 192 milhões, o que corresponde a 3% da população mundial. A União Europeia conta, em 2009, com 32 milhões de imigrantes, ou 6,4% de sua população (DOYTCHEVA, 2005).

Tendo em vista esse contexto, podemos nos questionar finalmente sobre os fundamentos teóricos dessas políticas de integração. Nesse sentido, pretendemos abordar o atual contexto social das políticas de integração dos imigrantes a partir da perspectiva do pensamento sociológico francês. A tradição das políticas francesas de integração fundamenta-se sobretudo na perspectiva assimilacionista de Émile Durkheim a propósito do processo de integração social.

Uma noção de integração

Segundo o dicionário francês Petit Robert, Integração, do latim “*integratio*” se refere à operação de incorporação de um indivíduo ou de um grupo a uma coletividade, a um grupo, opondo-se assim à ideia de exclusão.

Para fundamentarmos a atual discussão podemos pensar sobre o fenômeno de incorporação física da noção de integração. Traçando então um paralelo entre uma definição possível da noção de integração e sua esfera física, podemos resgatar a utilização da tonsura, prática de adesão à comunidade clerical.

A tonsura, abolida nos anos 1970, era uma prática adotada por alguns grupos da igreja cristã que consistia sobretudo na raspagem de uma parte dos cabelos dos clérigos.

O etnólogo francês Pascal Dibie (2004) relata que essa prática era um rito primitivo de adoção e que desde o século V inscrevia a entrada no serviço eclesástico. Essa prática se refere efetivamente a um ato simbólico de adoção espiritual. Através do corte de mechas de cabelo do que estava sendo adotado, a Igreja selava um contrato com o tonsurado, que passava a ser então um integrante da “raça sacerdotal” e, conseqüentemente, sob a “poderosa proteção” da instituição

eclesiástica (DIBIE, 2004). Segundo Dibie (2004), a tonsura enquanto corte de cabelo se impôs igualmente aos eclesiásticos no século VI “por espírito de servitude e humildade”.

Algumas representações de integração que evocamos até o presente momento estavam ligadas à ideia de incorporação. Como vimos, o termo integração tem também como origem o processo físico de incorporação.

A incorporação física da integração demanda a renúncia de uma parte originária e anterior a esse processo. Ainda no que diz respeito à tonsura, segundo uma das definições, essa prática era sobretudo um signo de renúncia ao mundo e representava, juntamente com as vestimentas e a mudança de nome, um elemento de “ritual de morte e renascimento”, eliminando assim os pecados anteriores para entrar em uma nova ordem comunitária.

Durkheim e a integração social

Até os anos 1980, o termo “assimilação” substituía então esse de integração. As políticas de integração até então realizadas pelo Estado eram chamadas de políticas assimilatórias. Para Dominique Schnapper, o termo integração carrega uma séria ambiguidade, uma vez que está presente tanto na sociologia quanto na linguagem política. Nesse sentido, a socióloga se coloca a seguinte questão: “como recorrer de maneira rigorosa às palavras que pertencem ao vocabulário social e político e são, em consequência, inevitavelmente carregadas de sentido social?” (SCHNAPPER, 2007, p.140).

A partir dessa perspectiva, diversos sociólogos adotaram o conceito de regulação, porém Schnapper (2007), nesse mesmo texto, elucida a questão:

Que se evoque regulação, integração, o “fazer sociedade”, o “conviver” ou o “laço social”, a interrogação continua a mesma e se refere tanto à integração dos indivíduos à sociedade quanto à integração da sociedade em seu conjunto.

No campo da sociologia, a preocupação em torno da integração remete à noção de coesão social. Como fazer sociedade ou então como obter um nível de integração suficiente para manter o laço social?

Essas questões foram trabalhadas sobretudo por Émile Durkheim que, no conjunto de sua obra, discute a integração sob a perspectiva da coesão social. A noção de integração trabalhada por Durkheim influenciou profundamente a compreensão sociológica em torno desse tema.

Para Durkheim (apud FERREOL; JUCQUOIS 2003, p.27), o Estado não é suficiente por si só como mantenedor da coesão social da sociedade: “O Estado é uma estrutura muito fria e distante da vida cotidiana para rearticular o indivíduo à sua sociedade”. É sobretudo junto às organizações entre os indivíduos que ele analisará o laço social.

Como garantir a coesão social em uma sociedade que se torna cada vez mais complexa, especializada e heterogênea é uma das preocupações fundamentais de Durkheim. O nível de complexidade esperado através da especialização das funções, na divisão social do trabalho, aumentou sobretudo o risco de uma fragmentação da sociedade que “não é mais assegurada pela similitude entre os homens – solidariedade mecânica” (FERREOL; JUCQUOIS, 2003, p.29).

No conjunto de sua obra, Durkheim estuda a importância da educação e da moral para a integração, no sentido de garantir a unidade da coesão social. A solidariedade orgânica não é suficiente em si mesma para obter a regulação da sociedade; e a moral, a nível institucional, deve existir para permitir a vida em coletividade.

Em sua obra *Éducation et sociologie*, o autor desenvolve a seguinte ideia: “A sociedade não pode viver se não existir entre seus membros uma suficiente homogeneidade” (DURKHEIM, 2006, p.145). Nesse sentido, é a educação que cumpre um papel central para estabelecer os valores e princípios morais reguladores da vida cotidiana entre todos seus membros. Contudo, um pouco mais adiante, o autor afirma: “porém sem uma certa diversidade, toda cooperação seria impossível” (DURKHEIM, 2006, p.147).

Durkheim incumbe também à educação a função de garantir um certo nível de diversidade necessário à cooperação exigida por uma sociedade cada vez mais especializada.

É então, a partir da introjeção de valores e de práticas comuns, que a integração de uma sociedade pode ser garantida. Dito de outra forma, à medida que os membros de uma mesma coletividade possam se reunir em torno de um mesmo objetivo, de um mesmo ideal, e dos mesmos princípios. Para Durkheim, é a partir da expressividade de interações entre os indivíduos e o compartilhamento de valores comuns, tanto por propriedades morfológicas quanto por sua unidade moral, que a integração de um grupo é alcançada (SCHNAPPER, 2007).

Dominique Schanapper, em sua sistematização sobre a tradição do pensamento sociológico, cita o sociólogo Philippe Besnard (apud SCHNAPPER, 2007, p.302) sobre sua formulação de uma síntese da ideia durkheimiana sobre a integração:

Um grupo social será dito integrado na medida em que seus membros: 1. Possuam uma consciência comum, dividam os mesmos sentimentos, crenças e práticas (sociedade religiosa); 2. Estejam em interação uns com os outros (sociedade doméstica); 3. Se sintam engajados a objetivos comuns (sociedade política).

Para Durkheim, a integração deve ser um elemento de ligação entre o indivíduo e um grupo, e nessa perspectiva, a educação cumpre um papel fundamental na disseminação de um mesmo sentimento social em torno da sociedade política.

A propósito da integração dos estrangeiros, o termo empregado por Durkheim (apud SCHNAPPER, 2007, p.305) é o de assimilação:

O estrangeiro, sem dúvida, pode muito bem se introduzir provisoriamente em uma sociedade, porém a operação pela qual ele é assimilado, a naturalização, é longa e complexa. Essa operação não é mais possível sem um assentimento solene do grupo manifestado e subordinado a condições especiais.

Para Durkheim, mais uma vez, será a educação que cumprirá a função de integração para os imigrantes na sociedade.

Sobre esse tema, Marcel Mauss (apud SCHNAPPER, 2007, p.315) divide com Durkheim uma noção semelhante de integração da sociedade:

Entendemos por nação uma sociedade materialmente e moralmente integrada, de poder central estável, permanente, de fronteiras determinadas, de relativa unidade moral, mental e cultural dos habitantes que aderem conscientemente ao Estado e suas leis.

Contudo, é justamente sobre o processo de adesão a uma unidade moral, mental e cultural dos habitantes; ou, dito de outra forma, sobre o processo coercitivo de adesão às mesmas leis e restrições, que podemos então discutir a questão de sua legitimidade. Nesse sentido, podemos nos questionar: o processo de coação, interior à ideia assimilacionista de integração, se efetua de forma consciente? Qual o nível de subordinação e assujeitamento imposto nesse processo?

Sobre a coação

É a partir da internalização de leis, ou dito de outra forma, restrições, pelos membros de um mesmo grupo que a coesão social é garantida. Para Durkheim, a sociedade excede o indivíduo na medida em que ela oferece todas as condições necessárias ao exercício de uma determinada conduta moral exigida: “Para que o homem seja um ser moral, é preciso que ele se atenha à outra coisa que a ele próprio, é preciso que ele se sinta solidário a uma sociedade” (DURKHEIM, 2005, p.98).

Durkheim define a coação como um processo coercitivo de interiorização de condutas e pensamentos que até então não eram parte integrante do indivíduo. Assim, a partir de uma coerção exterior, todas as formas de ação, comportamento e pensamento, anteriormente exteriores ao indivíduo, passam a integrar o repertório do comportamento individual (DURKHEIM, 2005, p.99).

É nesse sentido que podemos pensar a definição do processo de integração para Durkheim: a partir da perspectiva coercitiva de adesão às restrições sociais impostas pelo grupo. Em francês a palavra utilizada tanto por Durkheim quanto por Mauss para definir esse processo é *contrainte*, na ausência de uma tradução exata na língua portuguesa, procuramos abordar esse conceito pela ideia de coação. Embora, a palavra *contrainte* em francês abranja de forma mais completa e precisa diversos significados como: coação, coerção, restrição e constrangimento. Nesse sentido, optamos então por abordá-la no presente texto através dos múltiplos significados pela palavra coação.

Sabemos que a palavra “*contrainte*”, corre o risco de preocupar os partidários de um individualismo absoluto. Pois como eles professam que o indivíduo é perfeitamente autônomo, lhes parece que nós o diminuimos todas as vezes que o fazemos sentir que não depende somente dele mesmo. Porém hoje em dia é incontestável a noção de que a maior parte de nossas ideias e tendências vêm de fora, pois elas não podem penetrar em nós senão se impondo; essa é a nossa definição. Sabemos, além disso, que toda coação social não é necessariamente exclusiva da personalidade individual (DURKHEIM, 2005, p.99).

Assim como coagimos o indivíduo a exercer todas as atividades cotidianas, o coagimos igualmente à obediência, ao trabalho e aos princípios morais da sociedade. Todavia, acrescenta Durkheim, esse processo coercitivo de assimila-

ção se efetua de maneira ilusória, pois “nos faz crer que tenhamos elaborado nós mesmos aquilo que nos é imposto de fora” (DURKHEIM, 2007, p.123). Nesse processo de adesão, a coação deixa então de ser percebida em sua função coercitiva e violenta (no sentido da imposição de algo exterior ao indivíduo, querendo ou não) e as restrições são progressivamente internalizadas para virarem hábitos absolutamente integrados.

Conclusão

O termo integração compõe o vocabulário social e sobretudo assume o caráter de uma política nacional a partir dos anos 1980 na França. A tradição política de integração dos imigrantes em solo francês se constituiu historicamente a partir da perspectiva assimilacionista. Nesse sentido, a diferença histórico-cultural sempre representou um desafio ao projeto político de construção de uma identidade nacional francesa.

Entretanto, como pudemos ver, a perspectiva assimilacionista dessas políticas de integração encontram uma relevante fundamentação teórica na tradição do pensamento sociológico francês, mais precisamente através da produção científica de Durkheim.

Nesse sentido, é possível compreender essa noção de integração como um processo de adesão a uma mesma unidade moral na sociedade. A partir do presente referencial teórico, podemos situar as políticas francesas de integração dos imigrantes entre os processos de assimilação e coação. Nessa perspectiva, a adesão à nacionalidade francesa é realizada através de um processo coercitivo de adesão a determinadas restrições impostas socialmente.

BETWEEN ASSIMILATION AND COERCION: A NOTION OF INTEGRATION IN THE PERSPECTIVE OF FRENCH IMMIGRATION POLICIES

ABSTRACT: *This article aims to debate the notion of integration from the perspective of the French immigration policy. Then, taking in consideration the meaning of “integration” in multiple spheres, we draw a parallel between the integration of immigrants in France and an ecclesiastical integration practice – the tonsure. Following Durkheim’s thoughts, we intend to discuss the theoretical foundations of the context in which the French integration policies are applied. Thus, it is possible to place the concept of integra-*

tion that underlies the policies of national identity through the processes of assimilation and social coercion.

KEYWORDS: *Integration. Immigration. Coercion. Tonsure. Assimilation.*

REFERÊNCIAS

DIBIE, P. **La tribu sacrée.** Paris: Métailié, 2004.

DOYTCHEVA, M. **Le multiculturalisme.** Paris: La Découverte, 2005.

DURKHEIM, E. **Les règles de la méthode sociologique.** Paris: PUF, 2007.

_____. **Éducation et sociologie.** Paris: Puf, 2006.

_____. **L'éducation morale.** Paris: Éditions Fabert, 2005.

FERREOL, G.; JUCQUOIS, G. **Dictionnaire de l'altérité et des relations interculturelles.** Paris: Armand Colin, 2003.

RIBERT, E. **Liberté, égalité, carte d'identité, les jeunes issus de l'immigration et l'appartenance nationale.** Paris: La Découverte, 2006.

SCHNAPPER, D. **Qu'est-ce que l'intégration?.** Paris: Gallimard, 2007. Folio actuel.

_____. **La France de l'intégration:** sociologie de la nation en 1990. Paris: Gallimard, 1991.

SAÚDE, ALIANÇAS E DISPOSIÇÕES: IMPLEMENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE NA ENCOSTA DA SERRA GAÚCHA

Everton de OLIVEIRA*

RESUMO: Neste trabalho, busco analisar o modo pelo qual a implementação de uma política pública de atendimento à saúde – a Estratégia Saúde da Família (ESF) – se realiza em nível municipal. O artigo tomará por base as notas de minha pesquisa de campo em um município situado na região da Encosta da Serra, nordeste do Rio Grande do Sul. A análise partirá da descrição das trajetórias e cotidianos de dois atores envolvidos no sistema público de saúde, com a proposta de, ao acompanhá-los, acompanharmos, também, o processo de implementação da ESF neste município. Minha aposta, por fim, é de que a perspectiva singular que a etnografia traz a respeito de uma política pública ampla, como a ESF, contribui para o entendimento de suas diversas composições, resultantes da pluralidade de agentes envolvidos, assim como para o acompanhamento desta política em ação.

PALAVRAS-CHAVE: Estratégia Saúde da Família. Política Pública. Política. Sistema público de saúde. Composições de governo.

Introdução

Reinaldo queria falar sobre uma de suas funcionárias, que havia conseguido uma licença médica com Fernando e que, um dia após a consulta, fora

* Doutorando em Ciências Sociais. Bolsista CNPq. UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campinas – SP – Brasil. 13083-896 – evt-deoliveira@gmail.com.

em frente à porta da fábrica fazer chacota dos outros funcionários, dizendo que não precisaria trabalhar por não sei quantos dias, que era só ir ao médico para conseguir licença [...] Fernando agradeceu e disse que as reuniões do conselho municipal de saúde serviam justamente para esse tipo de problema. Disse que desde que ele chegou à cidade, vem tentando trazer todos para as reuniões. Disse que esses problemas têm de ser discutidos para que o sistema de saúde funcione melhor. O homem perguntou quando aconteceria a próxima reunião e Fernando lhe informou que seria no começo de agosto. Disse que, caso ele fosse, iria estranhar, principalmente pela mania de Júlio [secretário municipal de saúde] querer falar o tempo todo e não abrir espaço para que outras pessoas falassem. Mas disse que se ele aguentasse isso, era um ótimo espaço para que esses problemas fossem discutidos. O homem disse que iria à reunião. Despedimo-nos e fomos para o carro. (Caderno de Campo, 28/07/2012).

A situação descrita ocorreu em uma das vezes em que acompanhei Fernando¹, médico de família e comunidade, em uma visita domiciliar à casa de dona Vilma, uma senhora de mais de 80 anos, com uma metástase em estado avançado. Fernando é o médico da equipe de saúde da família da Clínica São Martinho, uma das duas Unidades de Saúde da Família (USF) do município de São Martinho, situado na região da Encosta da Serra, Rio Grande do Sul. O município conta ainda com mais uma unidade, a USF Mirante, situada no bairro Mirante, justamente o bairro no qual estávamos naquele momento. Apesar de Fernando não atender aquela região, a família de dona Vilma havia o chamado com urgência, pois seu quadro havia piorado consideravelmente no início daquele sábado. Após a visita, Reinaldo – o único filho de dona Vilma e dono de uma das várias indústrias calçadistas de São Martinho – pediu para conversar com Fernando. O assunto era sobre dois de seus funcionários: um deles Gilson, sobre quem Reinaldo buscava informações sobre sua situação; e a funcionária que havia insinuado, para os colegas, ter uma licença médica sem estar doente. Após a conversa, Fernando revelou que há muito tempo esperava para ter uma conversa com um dono de uma indústria calçadista. Após a atividade de colono², a indústria calçadista é o setor econômico que

¹ Todos os nomes de pessoas, lugares, cidades ou instituições, assim como as datas oficiais, diretamente relacionadas à pesquisa, foram alterados. A alteração procura evitar qualquer tom denunciativo ou jornalístico a este artigo, assim como busca preservar a identidades de meus colaboradores de pesquisa, sem os quais este texto não poderia ser escrito.

² Colonos, como se sabe, são pequenos produtores rurais que atuam principalmente na região nordeste do Rio Grande do Sul – área que se encontra a região da Encosta da Serra. Em São Martinho são poucos dos que vivem

mais ocupa os martinenses³. Fernando viu aquele momento como uma possível aproximação entre os donos da indústria calçadista e os agentes da saúde pública de São Martinho.

A partir da descrição do cotidiano dos agentes do sistema público de saúde de São Martinho, busco, neste artigo, analisar o modo como a implementação da Estratégia Saúde da Família (ESF) se realiza neste município, por esferas e dimensões distintas de atuação. Todas elas podem ser agrupadas em uma composição maior, o governo. Isto não implica que tal composição seja sincrônica ou se assemelhe à figura do Estado: tomo, neste texto, tal composição justamente por sua mobilidade, por sua diacronia, própria a uma realidade que se ajusta ao cotidiano. Em primeiro lugar, o governo permitia, em São Martinho, a manutenção de uma série de vias de comunicação entre moradores e administração pública, muitas delas sustentadas por relações pessoais e restritas. Como uma disposição de poder, era capaz de gerir e de imprimir regularidades ao comportamento de tais moradores, por toda uma economia das trocas que podiam ser realizadas e pela atuação de profissionais que partilhavam deste poder – como os profissionais da saúde. Em segundo lugar, era no interior da mesma composição de governo que gestores e profissionais responsáveis pela administração da saúde pública municipal agiam em seu cotidiano, não apenas na manutenção das vias de comunicação com os moradores, mas também através de uma série de outros espaços e ocasiões que permitiam a ESF se tornar pública, nos quais os discursos acionados ressaltavam as vantagens administrativas e estatísticas da saúde da família, espaços nos quais a palavra não era troca, mas agenciamento.

A análise partirá da situação acima descrita, mas percorrerá, também, por outras cenas nas quais o esforço de implementação da ESF estava em jogo, no interior do que aqui chamo de governo. Uma breve história de formação do sistema de saúde de São Martinho será feita de início, para situar a descrição, assim como uma discussão preliminar a respeito da ESF, de sua história e das análises que dela se faz. Minha aposta, ao final do artigo, é propor que a etnografia do cotidiano de funcionamento de uma política pública desfaz qualquer centrali-

exclusivamente da roça, porque, como me disse dona Maria Bauer, moradora do bairro Vila Alta, “quando o preço é bom, a safra é ruim. Quando o preço é ruim, a safra é boa. A última safra de batata foi boa, mas não deu pra comprar dois sacos de arroz. Tá difícil pra colono viver” (19/07/2012). Dona Maria atribui isso ao interesse cada vez maior das novas gerações pelo trabalho nas indústrias calçadistas.

³ Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em janeiro de 2012 a indústria calçadista empregava 1.282 pessoas em São Martinho (MTE, 2012), ou seja, 21,17% de sua população total de 6.053 habitantes (IBGE, 2010).

dade que possa se atribuir às suas propostas, assim como seu desenho depende primordialmente deste cotidiano, mesmo que análise tome para si apenas aqueles sujeitos que tomam parte no governo. Neste sentido, a proposta, aqui, não é que a descrição tencione o nexos central – discursivo ou programático – da ESF; não é, igualmente, propor que o local “descentralize” o geral, mas que, ao analisar a saúde da família em São Martinho, aquilo que se chama Estratégia Saúde da Família seja impossível de ser compreendido sem que se entenda, também, suas composições políticas diversas.

Tecendo uma saúde pública

A Estratégia Saúde da Família possui sua própria história político-institucional, uma história abrangente, que dá justamente a impressão de que sua independência em relação às experiências locais. Buscar abarcá-la por esta perspectiva oferece alguns caminhos comuns. O ponto de partida geralmente situa-se em um antecedente histórico, geralmente referente à sua constituição jurídica. Nesta perspectiva, o Programa Saúde da Família foi formulado no início da década de 1990 e se materializou, oficialmente, em dezembro de 1993 com a portaria MS n. 692. Nesta primeira fase, o programa guardava caráter restrito de atenção primária à saúde – que, na nomenclatura do Ministério da Saúde, é chamado de Atenção Básica –, quando, após a Norma Operacional Básica do SUS (Sistema Único de Saúde) de 1996 (NOB SUS 01/96), passa a assumir o caráter de primeiro nível de atenção, isto é, um conjunto de ações, de caráter individual e coletivo, situadas no primeiro nível de atenção dos sistemas de saúde, voltadas para a promoção de saúde, a prevenção de agravos, o tratamento e a reabilitação. Um dos propósitos da agora Estratégia Saúde da Família (ESF) era colaborar na organização do SUS em seu processo de municipalização, promovendo a integralidade do atendimento e estimulando a participação da comunidade por meio da reorganização das práticas de trabalho. Integra-se, nesta política, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), ponto de partida da implantação da ESF, o Programa de Saúde da Família (PSF), as equipes de saúde bucal e, mais recentemente, o Núcleo de Apoio às Equipes de Saúde da Família (NASF) (TRAD; ESPERIDIÃO, 2010). A Unidade de Saúde de Família (USF) deve constituir uma porta de entrada ao sistema local e o primeiro nível de atenção, o que supõe a integração à rede de serviços mais complexos – chamados de referências, para as quais os pacientes são encaminhados, e contra-referências, quando retornam à USF.

Por ocupar uma posição que parece ser sempre exterior às dinâmicas locais, a ESF é vista, comumente, como uma política de Estado. A história que dela se faz parece indicar sua unidade institucional, e as críticas a ela dirigidas focam, geralmente, em uma esfera de gestão que caberia ao “Estado”⁴. A opção privilegiada para escapar de tal perspectiva é focar a análise nos agentes comunitários de saúde, que traduziriam a linguagem especializada dos profissionais da saúde para a população (COELHO, 2011), ou, em sentido próximo, fariam uso de suas sociabilidades prévias para uma atuação que, entretanto, não deixa de ser burocrática (LOTTA, 2010). Ainda assim, a referência ao Estado, como a entidade última responsável pela organização burocrática da ESF, não deixa de ser feita, como algo que, no máximo, pode ser tensionado pelas idiosincrasias locais, próprias à população atendida ou aos agentes comunitários de saúde. Neste artigo, sigo em direção contrária. Antes de tudo, é preciso trazer a história geral da formulação da ESF – enquanto uma política pública – para uma “contra-história” (FOUCAULT, 2002, p.76-79), que dê primazia para o modo como acontecimentos precisos atuaram em seu funcionamento, ainda que o alcance desta análise limite-se a alguns de seus aspectos. São estes aspectos da história da ESF, entretanto, que interessam a uma etnografia, aqueles que agiram diretamente no processo observado, e não aqueles que estariam na fundação estrutural da política pública.

Da perspectiva de São Martinho, justamente daquela perspectiva oferecida pelos agentes de governo envolvidos na implementação da ESF, não havia no horizonte qualquer unidade burocrática que lembrasse o “Estado”. O município possui atualmente pouco mais de 6.000 habitantes (IBGE, 2010) e localiza-se na região da Encosta da Serra gaúcha, região fortemente marcada pela colonização alemã, iniciada em meados do século XIX. A cidade encontra-se aproximadamente a 80 quilômetros de Porto Alegre, e fazia parte, até 1959 do grande município de Cruz do Bonfim, a nordeste da capital. São Martinho não se emancipou neste ano: o município de Germana foi criado em 1959 e, junto com ele, o distrito de São Martinho, pertencente agora ao novo município. Apenas em 1988 que São Martinho se emancipou de Germana, e, junto com a emancipação, toda a estrutura administrativa do município teve que ser criada: neste projeto estava, é claro, o sistema público de saúde.

São Martinho, no entanto, já contava com o espaço físico para a realização dos atendimentos: o prédio do antigo Hospital São José. O Hospital foi

⁴ Como as críticas de Coelho (2011), Cohn (2009), Weber (2006) e Bousquat (2006).

inaugurado em 1951 e era dirigido por uma sociedade beneficente formada por moradores da comunidade de São Martinho, e mantida por toda a comunidade. Júlio – atual secretário municipal de saúde de São Martinho – tornou-se presidente do hospital em 1972. Pela dificuldade em mantê-lo, Júlio aceitou a proposta de compra de Dr. Romildo⁵, que o manteve em funcionamento entre 1973 e 1985, quando, por dificuldades financeiras, o Hospital foi obrigado a fechar as portas.

Foi durante os anos em que o Hospital esteve fechado, em 15 de abril de 1988, que São Martinho emancipou-se de Germana. A organização da administração do novo município ficou a cargo, principalmente, dos membros que haviam formado, um ano antes, a Comissão Emancipadora: entre eles, Júlio e Gil Fuccio⁶, nomeado primeiro prefeito de São Martinho, que decidiu comprar Hospital de Dr. Romildo e deixar a disposição do município recém-criado. Neste momento de formação, Júlio ficou responsável por organizar a secretária de educação e de saúde, e foi encarregado de contratar uma nova equipe de saúde para São Martinho. Participou, também, da comissão que elaborou o 1º Plano de Saúde Pública do município, aprovado na Câmara, assim como foi responsável pelo convênio de Municipalização da Saúde em São Martinho (Júlio, 12/07/2012⁷).

Após a formação da primeira administração de São Martinho, foi promovida, em 1991, a 1ª Conferência Municipal de Saúde, que tinha por proposta traçar os princípios básicos da gestão da saúde pública. A partir de então, e até 2007, São Martinho contou apenas com um ambulatório médico, batizado de “Ambulatório 15 de Abril”, e apenas com uma equipe de saúde. Em 2007, quando já opositor político de Júlio e membro, mais uma vez, do então governo municipal, Dr. Romildo tornou-se o primeiro médico a integrar uma equipe de saúde da família em São Martinho, que foi formada para integrar a também recém-criada Clínica da Família São Martinho, primeira USF do município, que passou a funcionar nas dependências do antigo Hospital São José, ao lado

⁵ Dr. Romildo possui uma trajetória política expressiva em São Martinho e, atualmente, é o candidato a vice-prefeito da chapa da oposição. As referências a ele sempre serão precedidas pelo título que lhe é conferido, não apenas porque é assim que a população de São Martinho o trata – o que acontece com os demais médicos da cidade –, mas também porque é assim que Dr. Romildo se apresenta politicamente.

⁶ Gil, assim como Dr. Romildo, traçou uma história política expressiva em São Martinho, participando da Comissão Emancipadora em 1987 e foi, nas últimas eleições municipais, candidato a prefeito pela chapa da oposição.

⁷ As referências obtidas nas falas e conversas com meus interlocutores de pesquisa serão referenciadas pelo nome do interlocutor ou interlocutora e dia das notas de campo. As informações que decorrem da observação realizada pela pesquisa de campo, serão referenciadas apenas pelo dia da nota de campo.

do ambulatório municipal. Em 2008, sob a mesma administração, foi criada a USF Mirante, no bairro Mirante, que, diferentemente da Clínica São Martinho, contava com seu próprio edifício. Para a realização dos atendimentos na USF Mirante, Marlos, médico generalista, foi contratado, e permanece atualmente como o médico da equipe de saúde da família da unidade.

Com a vitória do grupo⁸ de Júlio em 2008 e sua nomeação para o governo municipal em 2009, Dr. Romildo deixou o cargo de médico da Clínica São Martinho. Em seu lugar, foi contratado Luca, médico de família e comunidade⁹ que fez sua residência no Grupo Hospitalar Conceição, e atuou em São Martinho até 2010, quando deixou o cargo para trabalhar em Santa Catarina. Com a saída de Luca, Júlio, que assumiu novamente a Secretaria Municipal de Saúde, lhe pediu uma indicação para o posto deixado: Luca indicou um colega, do tempo de sua residência em medicina da família e comunidade, que estava interessado em atuar em uma USF. O indicado foi Fernando, que então se mudou para São Martinho em junho de 2010 com sua família e atua, até hoje, como o médico da equipe de saúde da família da Clínica São Martinho.

Implementação de uma saúde da família

Fernando exercia três funções distintas em São Martinho: era médico da Clínica São Martinho; presidente do Conselho Municipal de Saúde; e diretor clínico do município. Os dois últimos cargos lhe foram confiados ainda em 2010, principalmente por Fernando ser o que Júlio chama de médico comunitário. A intenção de implantar um sistema de saúde voltado para a comunidade é um projeto antigo de Júlio, desde os tempos em que foi presidente do Hospital São José, como descrito. A organização da 1ª Conferência Municipal de Saúde apenas reforçou este projeto pessoal de Júlio, que foi mais uma vez estimulado com a chegada de Fernando.

⁸ Os grupos, em São Martinho, eram formados, principalmente, por famílias, candidatos políticos e agentes de governo, que disputavam votos, trocavam acusações e se relacionavam como heterogeneidades políticas opostas. Apesar de manterem-se fora do período eleitoral, era principalmente no momento da campanha política que os grupos ganhavam forma, principalmente nas notícias e acusações que circulavam pela cidade. Para mais sobre grupos ou facções políticas ver Palmeira (1996), Borges (2003) e Camargo (2012).

⁹ A Medicina de Família e Comunidade está instituída no Brasil desde 1976, sob a forma de Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade (RMFC) da Faculdade de Ciências Médicas/Uerj, e também sob a forma dos Programas de Residência em Medicina Geral Comunitária (RMGC), de Murialdo, Porto Alegre (Grupo Hospitalar Conceição) e Vitória de Santo Antão, que, em 2002, receberiam a mesma denominação do programa da UERJ (RODRIGUES, 2007).

Fernando é natural de Porto Alegre. Cresceu em uma família de médicos: seu pai é um dos mais reconhecidos gastroenterologistas de Porto Alegre, enquanto sua mãe é uma psiquiatra ativa na construção e promoção da terapia de família, e também possui uma clínica particular com este fim em Porto Alegre. Atualmente a mãe de Fernando é casada com outro psiquiatra e ambos fizeram parte do grupo que, em torno do Grupo Hospitalar Conceição, formularam alguns dos princípios da saúde da família. A genealogia se estende até a segunda geração ascendente, pois o avô paterno de Fernando também era médico em Porto Alegre. Outra herança de Fernando é o anarquismo, recebido por parte de seus avós maternos, que tomaram parte na guerra civil espanhola, contra Franco, além de fazerem parte a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Fernando chegou a cursar administração de empresas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mas desistiu e mudou-se para os Estados Unidos, onde estudou ecologia. De volta a Porto Alegre, cursou medicina na UFRGS e fez residência no Grupo Hospitalar Conceição. Possui alguns artigos publicados sobre a relação entre saúde e meio ambiente, e um deles, inclusive, ganhou um prêmio oferecido pela revista britânica *The Lancet* a jovens pesquisadores. Foi justamente enquanto fazia sua residência que conheci Fernando, em Porto Alegre, no final de 2009. Quando mudou-se para São Martinho, Fernando engajou-se pessoalmente na implementação da saúde da família no município, e viu em Júlio um potencial aliado.

Júlio e Fernando empenhavam-se num projeto comum que, entretanto, realizava-se no cotidiano e apoiava-se sobre uma aliança pouco provável. Fernando descrevia Júlio como um “gênio da política” (Fernando, 10/07/2012). Júlio, responsável pelo Plano Diretor de São Martinho, trabalhava com facilidade em torno de toda a institucionalidade, burocracia e legislação necessária para o funcionamento diário da saúde pública do município. Entretanto, a boa relação que Júlio mantinha com Fernando, principalmente na gestão do sistema de saúde, não se repetia com o restante da equipe da Clínica São Martinho. A proximidade entre a Clínica e a sede da Secretaria de Saúde, situadas na mesma rua, fazia com que Júlio interferisse quase diariamente no funcionamento da unidade, o que desagradava sua equipe. A recepção a Júlio na Clínica jamais era simpática. Em um dos dias em que procurava Fernando, que estava em consulta, eu mesmo o recebi e passei seu recado para Fernando. Quando este perguntou do que se tratava, Cida, a auxiliar de enfermagem da Clínica São Martinho, tratou de dar o informe: “Era o Júlio, mas o Everton já conseguiu despachar ele. Ainda bem!” (13/07/2012). Outro incômodo causado por Júlio entre a equipe da unidade,

e também entre a população, eram suas falas extensas sobre a responsabilidade de cada membro da equipe e de cada cidadão martinense para com a saúde do município. Fernando concordava com as opiniões de Júlio a este respeito, mas achava que ele falava de maneira “enfática demais. As reuniões acabam se tornando em uma palestra de Júlio” (Fernando, 06/07/2011).

Era justamente neste ponto que Fernando fazia a mediação entre Júlio e os demais agentes do sistema municipal de saúde, e buscava realizar, também, entre alguns moradores de São Martinho. Na primeira reunião que acompanhei entre duas equipes de saúde da família do município – a da Clínica São Martinho e da USF Mirante – um dos assuntos em pauta era a proposta de Júlio de desativar permanentemente o “Ambulatório 15 de Abril” e permanecer apenas com as unidades de saúde da família para o atendimento da população: as duas citadas e mais uma, a USF da Vila das Araucárias, que ainda era um projeto conjunto de Júlio e Fernando para desafogar a Clínica São Martinho. Marlos e o restante da equipe da USF Mirante acharam a proposta de Júlio um absurdo, mas Fernando a defendeu, dizendo que Marlos estava olhando para o problema através da doença, enquanto era preciso olhar através dos “pilares da medicina de família e comunidade: magnitude, transcendência e vulnerabilidade” (Fernando, 07/07/2011), isto é, olhar a medicina como uma prática que trabalha problemas que atingem grande parte da população, trata de assuntos que já ganharam certo consenso entre a comunidade científica, e que podem ser facilmente prevenidos. E completou: “Não é achismo. É a mais pura ciência” (Fernando, 07/07/2011). Em outra ocasião, na III Conferência Municipal de Saúde de São Martinho, realizada em julho de 2011, após mais uma longa fala de Júlio sobre responsabilidade cívica, na qual cobrou a participação da população, assim como da oposição, nos processos decisórios do governo, Fernando iniciou sua apresentação deixando claro, antes de tudo, que “confiaria a vida de meu filho ao secretário Júlio” (09/07/2011). Na III Conferência, aliás, foram expostas à população, mais uma vez, as estatísticas e números da Estratégia Saúde da Família no Rio Grande do Sul e no Brasil, assim como os números do SUS, através dos quais Júlio e Fernando argumentaram toda a validade do sistema em operação em São Martinho.

Neste esforço, Júlio e Fernando assumiam uma parceria constante. Cada qual sabendo da posição fundamental do outro, aquilo que se via era realmente uma situação de controle da gestão, aquilo que Rancière (1996) chamaria de “razoabilidade”, um terreno no qual o que circulava eram as discussões e as decisões técnico-administrativas, em que Júlio tomava para si a tarefa de decifrar

e enfrentar a burocracia necessária à implementação de uma política de saúde, enquanto Fernando, a partir de sua formação profissional e pessoal, trazia para o discurso científico as opções propostas por Júlio, com sua participação. Os espaços de deliberação pública eram, então, um modo de publicização do governo próprios aos gestores, no qual o público ali presente compunha, antes de tudo, um requisito constitucional e legal para sua validação. Isto não implica que não houvesse outros meios pelos quais moradores pudessem canalizar suas demandas: apenas se dava, principalmente, por outro modo de publicização do governo, as vias de comunicação.

Neste processo, Fernando tinha um interesse particular pelas indústrias calçadistas. Como descrito na citação de meu caderno de campo, que inicia este artigo, Fernando pôde, após a visita realizada à dona Vilma, ter uma conversa com seu filho, Reinaldo, dono de uma das maiores indústrias calçadistas de São Martinho, localizada no bairro Mirante. Como apontado acima¹⁰, a indústria calçadista emprega mais de 20% da população martinense, e é o principal empregador do município, após a agropecuária – que produz, principalmente, batata, aves e acácia para lenha – que, no entanto, geralmente é realizada pelos colonos. Fernando é extremamente crítico das condições de trabalho no interior das indústrias calçadistas. Na maioria das vezes em que o paciente atendido na Clínica São Martinho apresentava dores ou lesões musculares por conta do trabalho em excesso, Fernando propunha que procurassem o sindicato da categoria.

Por esse motivo Fernando ficou tão satisfeito em Reinaldo aceitar o convite para participar da reunião do Conselho Municipal de Saúde. E por esse motivo, também, todo o cuidado em esclarecer a presença de Júlio nas reuniões do Conselho, para evitar que Reinaldo desistisse de sua participação. Quando Fernando e eu estávamos no carro, após a visita à dona Vilma, Fernando disse que uma relação mais próxima com os donos da indústria calçadista poderia ser o primeiro passo para uma ação conjunta em torno da saúde dos funcionários destas indústrias.

Considerações finais: sobre composições de governo

Ter por objetivo analisar a implementação de uma política pública implica, do mesmo modo, analisá-la em ação, no cotidiano de seu funcionamento. Por ser um processo dinâmico, a implementação da ESF se desenha, mesmo tomando

¹⁰ Ver nota 3.

para análise aqueles responsáveis por seu governo, como uma singularidade, que envolve sujeitos, espaços e relações específicas. Sua disposição varia de acordo com os espaços tomados como referência de perspectiva, e isto não implica sua localidade. Uma política pública em ação se faz pelos sujeitos que nela atuam e se constituem, e seus contornos estarão sempre em movimento de acordo com aquilo que está em relação. Assim, a validade de ter por objetivo analisar o processo de implementação desta política pública em São Martinho é não tomá-la por uma totalidade que, no cotidiano, jamais se constitui. A ESF vista de São Martinho derivava sua amplitude de sua especificidade: colocava em relação sujeitos e espaços que, de outra forma, poderiam jamais se relacionar.

Neste artigo, aqueles que poderiam ser chamados de “Estado” conviviam com boa parte dos moradores antes de ocuparem cargos na administração pública, possuem rostos, histórias e trajetórias singulares. O modo como participam deste emaranhado não é enquanto representantes do Estado, mas enquanto agentes de governo. Buscam organizar, controlar, administrar e governar esta multiplicidade de sujeitos e espaços que constitui a ESF, e partilham deste poder com outros agentes que não necessariamente ocupam cargos na administração pública. Assim como em seu surgimento – e acredito que ainda hoje –, o Estado é essencialmente aquela ideia reguladora de uma razão governamental que procura organizar uma série de instituições já existentes (FOUCAULT, 2008, p.384-385). A proposta aqui adotada, então, de não fazer referência ao “Estado” para falar do processo de implementação da ESF em São Martinho, resulta principalmente da incompatibilidade entre aquilo que comumente se chama “Estado” e aquilo que estava disponível à percepção em minha etnografia. Nas situações de campo, sequer como discurso ou como fala o Estado fazia sua aparição.

Ao tomar a conversa entre Fernando e Reinaldo como o ponto de partida descritivo deste artigo, procurei, do mesmo modo, defender que o cotidiano dos agentes da saúde pública de São Martinho não se trata de uma realidade local que apenas interfere no programa e nos princípios minimamente institucionalizados da Estratégia Saúde da Família, mas que, por outro lado, este cotidiano propõe sempre um novo equilíbrio e uma nova distribuição a uma série de emaranhados que constitui esta política pública, que podem ainda formar composições de governo diversas, de acordo com os sujeitos, espaços e situações que permitem seu governo e sua gestão. Estas composições não são externas à Estratégia Saúde da Família enquanto política pública, mas inerentes ao seu funcionamento. Do mesmo modo, ao seguirmos pelas trajetórias e pelas relações entre Júlio e Fernando no processo de implementação da ESF, não tratamos daquilo que era

invariável a esta política pública – o Estado –, nem tampouco aquilo que seria seu ingrediente idiossincrático – o local –, mas justamente daquilo que não para de se movimentar, isto é, o governo, com suas disposições, alianças e trocas, que dava os contornos variáveis a uma política pública que se faz no cotidiano.

**HEALTH, ALLIANCES AND ARRANGEMENTS:
IMPLEMENTATION OF A PUBLIC HEALTH POLICY IN
THE ENCOSTA DA SERRA, RIO GRANDE DO SUL**

ABSTRACT: *In this paper, I seek to examine how the implementation of a public policy of health care – the Family Health Strategy (FHS) – takes place at a municipal level. The article will be based on the notes of my fieldwork in a municipality located in the region of Encosta da Serra, northeastern Rio Grande do Sul. The analysis will start from the description of everyday and trajectories of two actors involved in the public health system, with the proposal to, at the same time we accompany them, we follow also the implementation process of the FHS in this municipality. My guess, finally, is that the singular perspective that ethnography brings about a broad public policy, such as the FHS, contributes to the understanding of its various conformations, resulting from the plurality of agents involved, as well as to follow this policy into action.*

KEYWORDS: *Family Health Strategy. Public Policy. Politics. Public Health System. Government arrangements.*

REFERÊNCIAS

BORGES, A. M. **Tempo de Brasília:** etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

BOUSQUAT, A. et al. Implantação do Programa Saúde da Família e exclusão sócio-espacial no Município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.22, n.9, set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000900025&lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2014.

CAMARGO, C. S. **Partidos e Grupos Políticos num município do Sertão de Pernambuco.** 2012. 179f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro

de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

COELHO, J. A. G. **Saberes e Práticas de Saúde em Campo**: um olhar antropológico sobre a Estratégia de Saúde da Família na Praia Azul-SP. 2011. 179f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

COHN, A. A reforma sanitária brasileira após 20 anos do SUS: reflexões. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.25, n.7, jul. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009000700020&lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2014.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Base de Dados do Censo 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=43&dados=1>>. Acesso em: 18/09/2014.

LOTTA, G. **Implementação de Políticas Públicas**: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família. 2010. 295f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO [MTE]. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), Perfil do Município, 2012**. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 20/11/2012.

PALMEIRA, M. Política, Facções e Voto. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996, p.41-56.

RANCIÈRE, J. O Dissenso. In: NOVAES, A. (Org.). **A Crise da Razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.367-382.

RODRIGUES, R. D. Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade da UERJ: uma perspectiva histórica. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v.3, n.11, p.149-156, out./dez. 2007.

*SAÚDE, ALIANÇAS E DISPOSIÇÕES: IMPLEMENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE
UMA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE NA ENCOSTA DA SERRA GAÚCHA*

TRAD, L. A. B.; ESPERIDIÃO, M. A. Sentidos e práticas da humanização na Estratégia de Saúde da Família: a visão de usuários em seis municípios do Nordeste. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.20, n.4, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312010000400003&lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2014.

WEBER, C. A. T. **Programa de Saúde da Família**: educação e controle da população. Porto Alegre: AGE, 2006.

METODOLOGIAS DE TRANSPARÊNCIA MILITAR: APORTES TÉCNICOS E TEÓRICOS SOBRE O CASO SUL AMERICANO

Diego Lopes da SILVA*

RESUMO: Os mecanismos de transparência militar objetivam dissipar percepções de ameaça entre as nações. Tais ferramentas compõem um conjunto mais amplo chamado de Medidas de Fomento da Confiança e Segurança (MFCS), desenvolvido em sua versão atual na Ata de Helsinki de 1975. Na América do Sul, pode-se encontrar iniciativas bem sucedidas de transparência militar, como o mecanismo estabelecido entre Chile e Argentina em 2001. No ano de 2012, o Conselho de Defesa Sul Americano (CDS), órgão da UNASUL (União das Nações Sul Americanas), publicou o primeiro Registro de Gastos de Defesa. O documento torna transparente os investimentos realizados em defesa pelos doze países membros no período de 2006-2010. A intenção do presente artigo é discutir a partir de uma perspectiva teórica o objetivo da transparência militar, bem como analisar desde um ponto de vista técnico a metodologia desenvolvida pelo CDS.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança regional. Transparência. América do Sul.

Introdução

Como nos foi ressaltado por Raymond Aron, “O desconhecimento do semelhante que há em todo estrangeiro é uma das raízes sociais e psíquicas das distâncias entre as coletividades – isto é, das guerras” (ARON, 2002, p.461)

* Mestrando em Relações Internacionais. UNESP – Universidade Estadual Paulista; UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas; PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-graduação San Tiago Dantas. São Paulo – SP – Brasil. 01001-001 – diego.lopes.silva@outlook.com.

Na passagem citada, Aron aponta a centralidade da percepção mútua entre os povos no estudo da guerra. Ou seja, para a compreensão das razões dos conflitos armados, é preciso que se tenha em conta a maneira como o estrangeiro é considerado. A insciência sobre o estrangeiro é necessariamente a insciência sobre suas vontades, objetivos e métodos, tornando seu comportamento uma incógnita. Tal incapacidade de presunção do comportamento alheio é o substrato da insegurança, dando matéria à formação das percepções de ameaça.

Tendo em conta tal condição, a partir da segunda metade da década de 1970, observou-se no sistema internacional a proliferação de medidas institucionalizadas que objetivavam a diminuição dos níveis de incerteza e insegurança entre os países. As chamadas Medidas de Fomento da Confiança e Segurança (MFCS) entraram na agenda internacional como importante ferramenta nesse processo. Através de sua implementação, buscava-se eliminar a ambiguidade inerente às políticas militares, tornando-as mais transparentes e modificando-as de maneira que a possibilidade de uma percepção equivocada fosse minimizada (TULLIU; SCHMALBERGER, 2004, p.159). Hodiernamente, este conjunto de medidas é parte da agenda de segurança de um grande número de países ao redor do mundo, consolidando-se como mecanismo de aproximação e de transformação de cenários de animosidade em relacionamentos estáveis e amistosos. O objetivo do presente artigo é analisar uma das ferramentas que compõem as MFCS: as medidas de transparência em gastos militares. Para tanto, analisaremos os recentes avanços alcançados dentro do âmbito do Conselho Sul Americano de Defesa (CDS), órgão da União das Nações Sul Americanas (UNASUL). No ano de 2012, o CDS publicou o primeiro Registro Sul Americano de Gastos de Defesa, documento que computa a relação dos gastos militares de todos os doze países membros do órgão regional. O tema da transparência militar será abordado tanto de uma perspectiva técnica, ao discutirmos as diferentes metodologias e suas implicações, quanto de um ponto de vista teórico, ao analisarmos a relação entre ameaça, dissuasão e transparência.

A dimensão do político

Carl Schmitt dedicou grande parte de seu esforço intelectual na tentativa de definir o campo do político. Para o Schmitt, a política é a dimensão onde se distinguem os amigos dos inimigos (SCHMITT, 1984). Essa diferenciação baseia a separação social entre o interno e o externo, nacional e internacional, incluído e excluído. A dicotomia apresentada por Schmitt é a essência do polí-

tico, sendo subjacente a todas as relações. Quanto às caracterizações dos fatores do binômio amigo/inimigo, entende-se, dentro do pensamento de Schmitt, que inimigo é aquele que coloca nossa existência ou modo de vida em perigo. Ou seja, o inimigo é “[...] negação do próprio modo de existir, e por isso é necessário defender-se e combater, para preservar o próprio peculiar modo de vida” (SCHMITT, 1984, p.63). Tal perspectiva acerca do campo político embasa a visão que Schmitt possuía do fenômeno da guerra. O conflito armado, discorre, é a inimizade de modo mais manifesto. Isto é, sua consideração tomada da maneira mais extrema.

Ao partirmos da caracterização schmittiana de inimigo, e consequentemente do que seria a guerra, fica evidenciada a importância da percepção da ameaça na caracterização do político. Visto que o inimigo é aquele que coloca nossa existência em risco, há que se indagar como e quando o indivíduo percebe que sua existência está ameaçada. No que concerne à conceituação da ameaça, alguns pontos importantes devem ser assinalados. O primeiro deles é que a ameaça é, antes de tudo, uma tentativa de estabelecimento de poder. Segundo Raymond Aron, poder “[...] é a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais” (ARON, 2002, p.99). De tal modo, a ameaça é proferida com o intuito de dissuadir o ameaçado a realizar ou continuar uma ação, através da insinuação do que poderia ser feito com ele caso a vontade do ameaçador não fosse respeitada (SAINT PIERRE, 2003)¹. Um segundo ponto de análise na dinâmica da ameaça é sua prática discursiva. A ameaça possui duas modalidades de discurso: a ameaça enquanto discurso ativo é aquela que é declarada, intencional, que visa dissuadir o ameaçado de cometer alguma ação a qual o ameaçador se oponha; todavia, enquanto discurso passivo, a formação da ameaça permite ao emissor a não intencionalidade da ameaça, no sentido de que ela se concretiza na interpretação do receptor, independentemente da intencionalidade do ameaçador. Uma vez apreendida, a ameaça passa a ser a ferramenta do político, isto é, o elemento que difere o amigo do inimigo.

Um último ponto a se mencionar acerca da ameaça é sua consequência: a criação de uma expectativa. Para Saint Pierre, “[...] a ameaça é essencialmente diferente do que ela manifesta: não é ela que provoca o temor, mas quem o anuncia.” (SAINT PIERRE, 2003). De tal forma, a ameaça cria a expectativa

¹ “Em todos esses casos nosso inimigo nos pretende intimidar com a promessa ou o gesto ou a atitude ou a disposição, tanto na mesa de negociações quanto no campo de batalha, insinuando o que poderia acontecer conosco si não nos submetêssemos a sua vontade, ainda que ainda não haja feito nada que nos alcance diretamente, que nos tenha agredido nem causado alguma perda.” (SAINT PIERRE, 2003, tradução nossa).

da agressão. Por sua vez, essa expectativa terá papel fundamental na formulação estratégica das unidades, visto que o cenário de confronto apresenta-se como iminente.

Ameaça, dissuasão e transparência: o soldado “traído”

Nenhum período na história poderia ilustrar de forma tão satisfatória o que seria o político de Carl Schmitt como a Guerra Fria. Um primeiro argumento é a caracterização do inimigo. O maniqueísmo dividiu a política internacional entre os alinhados ao capitalismo e os seguidores do “farol” revolucionário comunista. As partes trataram de, através da propaganda e de manobras exteriores (BEAUFRE, 1998)² demonizar um ao outro, de modo a pintar seu respectivo inimigo como o maior dos perigos. O segundo argumento, decorrente do primeiro, é a utilização da ameaça como ferramenta. Como efeito da nuclearização do conflito e conseqüente estreitamento da margem de Liberdade de Ação das partes, o que sucedeu foi um confronto de ameaças. No período, adotou-se a estratégia de dissuasão, que segundo Beaufre, procurava “[...] atingir diretamente a vontade do adversário, sem passar pelo estágio intermediário de uma prova de força” (BEAUFRE, 1998, p.89). Vê-se, de tal maneira, que a dissuasão procura estabelecer controle da situação e a prevenção do confronto direto.

Acerca da lógica da dissuasão e da ameaça, devem-se apontar algumas peculiaridades. A primeira delas é que o ameaçador e o ameaçado têm interesses conflitantes. O ameaçado está fazendo, ou prestes a fazer, algo que o ameaçador se opõe (SCHELLING, 1991). No entanto, há que se notar um interesse em comum entre as partes: a não materialização da ameaça. Ambas as partes ganham se o ataque puder ser evitado, pois o ameaçado, obviamente, não deseja ser atacado, e o ameaçador não deseja atacar, pois se o quisesse, já o teria feito sem ameaçar. O segundo ponto a ser ressaltado é a centralidade da credibilidade da ameaça nessa dinâmica. A ameaça necessita soar como plausível para que tenha o efeito desejado. Todavia, ainda que o discurso seja persuasivo, isso não

² Utiliza-se aqui a conceituação de André Beaufre. Através da manobra exterior “[...] colocar-se-á em jogo o respeito às formas legais do direito interno e do internacional e invocar-se-ão valores morais e humanitários e procurar-se-á criar no adversário uma consciência pesada na luta, fazendo-o duvidar do bom fundamento de sua causa. Criar-se-á assim a oposição de parte de sua opinião interna, enquanto que se levantará, caso se possa, tal ou qual fração da opinião internacional, criando uma verdadeira coalização moral, para a qual se atrairá simpatizantes ingênuos, seduzidos por argumentos adaptados a seus preconceitos” (BEAUFRE, 1998, p.124).

garante a certeza do ataque. Por isso, “[...] a incerteza constitui o fator essencial da dissuasão” (BEAUFRE, 1998, p.94).

Entretanto, a dinâmica descrita acima se refere à dissuasão em sua forma clássica, ou seja, pelo acúmulo de meios coercitivos. Em contraposição, há o conceito de dissuasão pela transparência, formulado por Jorge Domínguez. O autor discorre que,

Na abordagem convencional à segurança, a dissuasão é alcançada pela obtenção dos meios de repulsão de um ataque advindo de fora das fronteiras nacionais e de infligção de grandes perdas às forças de quem ataca e talvez até no país que ataca. Na abordagem cooperativa à segurança, a dissuasão é alcançada através da transparência dos procedimentos militares e da informação e através de medidas de construção da confiança de modo a envolver as Forças Armadas de qualquer conjunto de países (DOMÍNGUEZ, 1998, p.12).

Sendo assim, a dissuasão pela transparência é alcançada pela demonstração da intenção pacífica. O que se busca não é a demonstração crível da força e o reforço da imagem ameaçadora, mas seu inverso: a desconstrução da ameaça apresentada. Objetiva-se assim eliminar os incentivos para a adoção de um comportamento ofensivo pela outra parte.

Ao realizarmos uma análise comparativa das duas modalidades dissuasórias, destaca-se que por meio da dissuasão pela transparência o que se busca não é ameaçar ou reforçar a ameaça, mas sim seu oposto. A prática da transparência busca mitigar as percepções de ameaça por meio do evidenciamento dos meios militares. Através da transparência, ocorre uma nova relação entre o binômio de comunicação entre as unidades políticas, assim posto por Aron, soldado/diplomata, ou seja, força/palavra. A dissuasão clássica estabelece um relacionamento entre esses dois fatores no qual a palavra usa a força, por diversas vezes blefando, para dissuadir. Todavia, há um rearranjo dessa relação na transparência, pois a palavra, neste cenário, delata a força. O soldado é “traído” pelo diplomata.

A transparência em análise

As MFCS, em sua versão atual, tiveram sua origem na Ata de Helsinki, em 1975, como parte do conjunto de medidas adotadas entre a extinta União Soviética e os países ocidentais detentores de armamentos nucleares. O documento foi assinado na ocasião da Conferência sobre Segurança e Cooperação

da Europa (CSCE) e tinha como objetivo atenuar as consequências do conflito bipolar. Em 1986, a estrutura do acordo foi revisada e relançada no Documento de Estocolmo. Adicionou-se nessa segunda geração de medidas a obrigatoriedade de visitas de observadores a exercícios militares, de intercâmbio dos calendários anuais de atividades. Por sua vez, nos anos noventa, as MFCS se modificaram através dos Documentos de Viena, fechando um ciclo de três gerações³.

Em 1980, através da Resolução 35/142 (ONU, 1980) acerca redução dos orçamentos militares, é estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) o Sistema de Apresentação de Relatórios de Gastos Militares. Na letra de seu documento, é atestada a crescente preocupação com a questão das corridas militares e o impacto dos gastos do setor de defesa nas economias nacionais. Viu-se naquele momento da história, que a guerra era a inimiga do progresso, e não seu oposto (BOBBIO, 2003)⁴. De tal maneira, decidiu-se que os países membros deveriam apresentar ao órgão, anualmente, um relatório que discriminasse seus gastos militares por custo do recurso e por tipo. O principal objetivo do estabelecimento do mecanismo foi, através de medidas de transparência, reduzir os gastos militares. A ONU enxergou nesse conjunto de medidas a possibilidade de construir entre os países membros um ambiente mais seguro. No espaço regional, possuímos como modelos alguns arranjos bilaterais, como, por exemplo, os estabelecidos por Argentina e Brasil no campo nuclear⁵ e por Argentina e Chile⁶. Mais recentemente, estabeleceu-se

³ Outros exemplos de MFCS tratadas na Europa, pode-se citar o Tratado de Céus Abertos, o Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa (FACE), o Conselho de Associação Euro atlântica (CAEU), a Associação para a Paz e a Ata de Fundação das Relações, a Cooperação e Segurança Mútua entre a Federação Russa e a Organização do Tratado do Atlântico Norte.

⁴ Como é argumentado por Norberto Bobbio, “O modo mais comum de justificar a guerra como mal necessário foi ligá-la a ideia de progresso. O progresso teria passado, ou pelo menos passado até agora necessariamente, pela guerra: não se pode conceber progresso sem guerra. Por mais dura, áspera e dolorosa que seja a guerra, ela é uma via obrigatória através da qual passa a história como história do progresso humano.” (BOBBIO, 2003. p.89).

⁵ Em 14 de julho de 1991 foi criada a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). O órgão tem como objetivo tornar as políticas nucleares de ambos os países. O setor nuclear, na década de 1980, foi fonte de grande tensão entre Argentina e Brasil. Após a crise do petróleo de 1973, os dois países buscaram diversificar suas fontes energéticas e investiram maciçamente no setor, padrão que começou a desenhar uma corrida “armamentista”, segundo Moniz Bandeira. A ABACC, por meio de seus mecanismos de transparência, teve papel fundamental no controle da situação e na reaproximação entre Brasil e Argentina. A questão nuclear somada a contenda relativa à construção da usina de Itaipu era os dois problemas que impediam uma aproximação entre os países.

⁶ Em 2001, os governos da Argentina e do Chile requisitaram que a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) desenvolvesse uma metodologia comum para a medição dos gastos em defesa de ambos os países.

pelo Conselho Sul Americano de Defesa um procedimento de homologação dos gastos militares dos países da região, o qual produziu o primeiro Registro Sul Americano de Gastos de Defesa.

A transparência militar preocupa-se em tornar público os gastos dos países em defesa, bem como tratados no âmbito militar que possam gerar desconfiança. Não obstante, há que se definir de antemão o objeto e o escopo de seu método: o que é compreendido como atividade de defesa e qual o nível de transparência, ou seja, o que se transparenta e em que medida. As diferentes definições sobre defesa abarcam diferentes setores a serem transparentados. O mecanismo bilateral de transparência de gastos militares estabelecido entre 1999-2001 por Argentina e Chile entendia que defesa era o conjunto de atividades que buscavam garantir a soberania nacional. Todos os gastos que almejassem tal objetivo compreendiam-se no campo da defesa. Outros organismos que trabalham com medição de gastos militares possuem suas próprias definições. A publicação *The Military Balance* entende que

[...] military expenditure is defined as the cash outlays of central or federal government to meet the costs of national armed forces. The term 'armed forces' includes strategic, land, naval, air, command, administration and support forces. It also includes paramilitary forces such as the gendarmerie, customs service and border guard if these are trained in military tactics, equipped as a military force and operate under military authority in the event of war. (ECLAC, 2005, p.15).

O *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) cataloga como gastos em defesa todo fluxo de capital investido nas Forças Armadas (inclui-se Operações de Paz); Ministério de Defesa ou outras agências governamentais encarregadas de assuntos de defesa; Forças Paramilitares, quando treinadas e equipadas para operações militares; atividades militares espaciais; pessoal militar e civil; operações e manutenção; aquisições; pesquisa e desenvolvimento militar; e ajuda militar (despesa computada nos cálculos do país doador) (ECLAC, 2005).

No que concerne às informações transparentadas, podemos dividi-las em diferentes níveis, determinados pela quantidade de informação discriminada. De acordo com a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe)

De tal modo, a CEPAL publica seu estudo chamado Metodologia Padronizada para Medição de Gastos em Defesa.

(ECLAC, 2005), pode-se dividir as diferentes abordagens metodológicas de transparência em três níveis: G1 (básica), refere-se a todos os gastos governamentais relacionados à administração das atribuições militares. Abarcam-se os gastos com defesa civil, atividades relacionadas à pesquisa na área militar, e gerenciamento e suporte a atividades de defesa que não são catalogadas em outras áreas. Não obstante, essa metodologia não inclui gastos com pensão; G2 (expandida) inclui todos os elementos transparentados pela metodologia G1. Entretanto, agrega gastos com pensão e; G3 (total) é a mais completa metodologia, pois além de conter as informações transparentadas na G2, discrimina também as áreas de P&D, ajuda militar.

O CDS e a transparência militar

Para analisarmos o mecanismo de transparência militar estabelecido pelo Conselho de Defesa Sul Americano, temos que retroceder até o ano de 2009. Nesse ano, foi realizada, em caráter extraordinário, uma reunião do CDS na cidade de Bariloche, Argentina, para discussão do projeto de acordo militar negociado entre Colômbia e Estados Unidos (BRASIL, 2009). Até onde se sabia, o acordo dizia respeito à concessão de sete bases militares aos Estados Unidos por parte do governo colombiano para o combate ao narcotráfico. A justificativa para o encontro em Bariloche se dava pela tensão diplomática gerada pela aproximação entre os países. Bogotá encontrava-se relutante em divulgar o texto do acordo às nações vizinhas. Por seu turno, o governo venezuelano adotou uma postura totalmente contrária ao acordo, pois encarava a movimentação como um exercício do imperialismo norte americano (CANTANHÊDE, 2009). Sendo assim, o que se buscou em Bariloche foi uma maior transparência nos temas relativos à defesa dos países da sub-região. Na ocasião, evidenciou-se a interdependência dos países nos temas de defesa e segurança regional, afirmando assim a necessidade de um órgão como o CDS.

A partir de Bariloche, seguiu-se uma série de reuniões com o objetivo desenvolver medidas de fomento da confiança e de transparência que evitassem o surgimento de percepções de ameaça que perturbassem o equilíbrio sub-regional. Segue abaixo um quadro em sequência cronológica dos avanços das reuniões:

Tabela 1 – Reuniões de Elaboração das MFCS no Âmbito do CDS

REUNIÃO	DATA E LOCAL	AVANÇO
Reunião Extraordinária de Chefes e Chefes de Estados e Governo da UNASUL	15 de setembro e 27 de Novembro 2009. Quito, Equador	Medidas de fomento da confiança foram propostas e medidas específicas já foram aprovadas*
II Reunião da Instancia Executiva do Conselho de Defesa Sul- Americano	28 y 29 de janeiro, 2010. Manta, Equador	Majoria dos procedimentos de fomento da confiança foi aprovada por consentimento
I Reunião Extraordinária da Instancia Executiva do Conselho de Defesa Sul- Americano	5 de maio, 2010. Guayaquil, Equador	Finalização das recomendações formuladas pelos Grupos de Trabalho e remissão do conjunto de medidas aos Ministros de Defesa para aprovação.
II Reunião Ordinária do Conselho de Defesa Sul-Americano	6 y 7 de maio, 2010. Guayaquil, Equador	Aprovação do conjunto de procedimentos para aplicação das Medidas de Fomento da Confiança e Segurança e remissão ao Conselho de Ministros de Relações Exteriores para sua aprovação
III Reunião Ordinária do Instancia Executiva do Conselho de Defesa Sul- Americano	14 y 15 de julho, 2010. Quito, Equador	Argentina, Chile e Peru apresentam o Plano de Trabalho para o desenho de uma Metodologia Comum de Medição de Gastos Militares.
Reunião Extraordinária de Chefes e Chefes de Estado e Governo da UNASUL	15 de julho, 2010, Lima, Peru	Aprovação do Plano de Medição de Gastos e Intercâmbio de Informações

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2009).

*Aprovadas na reunião de 27 de novembro

Depois de 15 de julho, em Lima, outras reuniões foram realizadas para aprimoramento do plano. Podemos citar a IV Reunião Ordinária da Instancia Executiva do Conselho de Defesa Sul americano (28 e 29 de abril, 2011), III Reunião Ordinária do Conselho de Defesa Sul americano (12 e 13 de maio, 2011), V Reunião Ordinária da Instancia Executiva do Conselho de Defesa Sul americano (6 e 7 de outubro, 2011), I Reunião Extraordinária Conselho de Defesa Sul americano (10 e 11 de novembro, 2011).⁷

⁷ Disponível em: <<http://www.unasurcds.org/>>. Acesso em: 4 dez. 2012.

Um primeiro apontamento sobre o desenvolvimento de uma metodologia de mediação de gastos sul americana refere-se aos países responsáveis. O CDS funciona através do estabelecimento de grupos de trabalho. Para cada tarefa é designado um grupo de países para sua realização. A escolha da Argentina, Chile e Peru não foi aleatória. Primeiramente, uma das demandas constantes do Peru refere-se à limitação de armamentos e medidas de transparência nos gastos militares. Uma das razões do desassossego é o alto investimento realizado no setor de defesa pelo Chile⁸. A preocupação peruana foi demonstrada de maneira sistemática na Organização dos Estados Americanos por meio da apresentação de diversos projetos de resolução de limitação de gastos militares e promoção da transparência⁹. Já no caso da Argentina e Chile, os dois países estabeleceram um mecanismo de medição bilateral de gastos militares entre 1999 e 2001¹⁰. Decerto, sua expertise é um ativo de grande valia na definição de uma metodologia no âmbito sub-regional.

O fruto de todo esse processo foi apresentado em 5 de junho de 2012, no Paraguai, na VI Reunião da Instancia Executiva do Conselho de Defesa Sul americano. Na ocasião, apresentou-se o Primeiro Registro Sul americano de Gastos de Defesa. O documento compila dados coletados pelo Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do CDS do período de 2006 a 2010. Uma característica da metodologia desenvolvida no CDS merece uma atenção maior. Tal aspecto refere-se à definição do que é gasto em defesa. Entende-se como gasto em defesa

[...] todos los recursos asignados por el Estado, así como también la asistencia externa (monetaria y no monetaria), destinada al financiamiento de las actividades que comprenden la seguridad exterior de la Nación. Esto incluye el gasto de los Ministerios de Defensa, sus organismos dependientes, las Fuerzas Armadas y toda otra agencia del sector público cuya función prioritaria sea la Defensa del país frente a desafíos externos. (CEED, 2012, p.3).

⁸ Uma das razões para o alto montante investido em defesa pelo Chile deve-se a Lei Reservada do Cobre de 1958, que obriga a destinação de 10% do valor das exportações do cobre e seus derivados, produzidos pela *Corporación del Cobre* (CODELCO), ao financiamento da aquisição de sistemas de armas e equipamentos, de modo a compor o potencial bélico da nação. De todo modo, a lei fixa uma quantidade mínima de US\$ 180.000.000 (cento e oitenta mil dólares). (CHILE, 1958).

⁹ Alguns exemplos são CP/CSH-752/06 rev. 4 de 9 de maio de 2006, CP/CSH-454/02 rev. 3 de 17 de maio de 2002, REP/CITAAC/doc.1/06 rev.3 de 30 de novembro de 2006 (apresentada por Argentina e Chile, mas co-patrocinada pelo Peru), CP/CSH-578/03 rev. 1 de 20 de maio de 2003, CP/CSH-789/06 rev. 1 de 20 de outubro de 2006, AG/doc.4747/07 rev. 1 de 30 de maio de 2007, CP/CSH-634/04 rev. 1 de 11 de maio de 2004 e CP/CSH-765/06 rev. 2 de 17 de maio de 2006.

¹⁰ Ver nota 15.

É de suma importância que se note a inclusão da ajuda externa nos cálculos. O SIPRI computa tais gastos nos cálculos relativos à nação que concede a ajuda, não à que recebe. Isso reflete uma preocupação sul americana, presente em uma metodologia *sul americana*. Em primeiro lugar porque foi o ponto que iniciou as discussões sobre transparência (as sete bases colombianas cedidas aos EUA), e em segundo, porque é uma preocupação constante a ingerência externa à região. Há que se ter em conta que, ainda que tenhamos logrado desenvolver uma autonomia regional frente aos EUA com a UNASUL e com o CDS nos assuntos militares, isso não quer dizer a América do Sul é isenta de sua influência. Tal posição seria de total idealismo.

Conclusão

A proposta da transparência militar apresenta-se de maneira singular. Ao passo que na dissuasão clássica a ameaça ocupa papel central, na dissuasão pela transparência o que se busca é dissipá-la, não obstante, buscando um mesmo objetivo: evitar o conflito em si. A transparência visa uma reinterpretação das relações. A ameaça que se teme em um ambiente de insegurança é um componente que atua no espaço das subjetividades, pois está sujeita à maneira como a realidade social é apreendida e interpretada pelos atores. Por ser, por assim dizer, fruto de uma hermenêutica da realidade social internacional, a formação da ameaça torna o estudo da segurança internacional uma investigação das percepções.

As medidas de transparência no setor militar são ferramentas reconhecidamente importantes na construção da confiança. Desde sua aplicação a nível internacional pelo mecanismo da ONU em 1985, outras medidas foram criadas, como no âmbito hemisférico pela OEA, bilateral como no caso da Argentina e do Chile, ou mesmo regional, assim como visto no Conselho de Defesa Sul americano.

O CDS, através da vontade política e do diálogo aberto acerca da transparência militar na região, superou um período de grande adversidade ao organismo, colocando em xeque sua habilidade enquanto foro de resolução pacífica de controvérsias. O fruto de seus esforços em construir uma região mais estável foi o Registro Sul Americano de Gastos de Defesa, apresentado pelo CEED em 2012. No documento, além das análises acerca das dinâmicas de compras de armamentos, há que se notar a peculiaridade metodológica presente que se refere à computação das ajudas externas aos respectivos países receptores, ao

invés de computá-las aos países doadores, assim como realizado pelo SIPRI. Tal fato mostra uma maturidade sul americana no processo de desenvolvimento de sua metodologia, pois a desenvolveu endogenamente, levando em consideração suas próprias demandas.

METHODOLOGIES OF MILITARY TRANSPARENCY: TECHNICAL AND THEORETICAL APPROACHES ON THE SOUTH AMERICAN CASE

ABSTRACT: *The mechanisms of military transparency seek to dissipate threat perceptions between nations. Such tools compose a wider set called Confidence and Security Building Measures (CSBM), developed in its current version at the Helsinki Act of 1975. In South America, one can find well-succeeded initiatives of military transparency, such as the mechanism established between Chile and Argentina in 2001. In the year of 2012, the South American Defense Council (CDS in its Brazilian acronym), published the first Defense Expenditure Register. The document makes transparent the investments realized in defense by the twelve members from 2006 to 2010. The intention of the present article is to discuss from a theoretical perspective the objective of the military transparency, as well analyze from a technical viewpoint the methodology developed by the CDS.*

KEYWORDS: *Regional security. Transparency. South America.*

REFERÊNCIAS

ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BEAUFRE, A. **Introdução à Estratégia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

BOBBIO, N. **O problema da guerra e as vias da paz**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **II Reunião extraordinária de ministros de relações exteriores e da defesa da Unasul**. 2009. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/11/26/ii-reuniao-extraordinaria-de-ministros-das/?searchterm=unasul>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

CANTANHÊDE, E. Unasul põe transparência militar em pauta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 ago. 2009. Mundo.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA [CEED]. **Informe final Diseño de una Metodología Común de Medición de Gastos de Defensa**. Disponível em: <http://www.ceedcds.org.ar/Portugues/09-Downloads/PORT-Metodologia_Comun.pdf>. Acesso em: 20 de nov. de 2013

CHILE. Lei nº 13.196, de 29 de outubro de 1958. Ley Reservada del Cobre. **Diario Oficial de la República de Chile**, Santiago, 29 out. 1958.

DOMÍNGUEZ, J. Security, peace, and democracy in Latin America and the Caribbean: Challenges for the Post-Cold War Era. In: DOMÍNGUEZ, J. I. (Org.). **International Security and Democracy: Latin America and the Caribbean in the Post-Cold War Era**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1998. p.3-28.

ECLAC. **Methodology for the comparison of military expenditures**. Santiago: Office of the Executive Secretary, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Reduction of military budgets**. Nova York, 12 dez. 1980. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/35/142&Lang=E&Area=RESOLUTION>. Acesso em: 6 dez. 2012.

SAINT PIERRE, H. L. **Las “Nuevas Amenazas” como Subjetividad Perceptiva**. 2003. Disponível em: <<http://www.resdal.org/experiencias/iiichds-ponsaintpierre.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2014.

SCHELLING, T. **The Strategy of Conflict**. Boston: Harvard University Press, 1991.

SCHMITT, C. **El concepto de lo político**. Buenos Aires: Folio, 1984.

TULLIU, S.; SCHMALBERGER, T. (Ed.). **En Buenos términos con la seguridad: diccionario sobre el control de armamentos, desarme y fomento de la confianza**. 2004. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&trct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fmercury.ethz.ch%2Fserviceengine%2FFiles%2FISN%2F92883%2Fipublicationdocument_singledocument%2Fe573a3d0-baa3-45d5-9238-7431c97f6eed%2Fes%2FFull-text_ES.pdf&ei=-CUzVOXuEoKvvgTCuYGoCg&usg=AFQjCNEzJZ12O2R2EUhu2pf7B69vn5WtZA&sig2=eqdeCx33ysG3FivUMoa7-A&bvm=bv.76943099,d.eXY>. Acesso em: 18 set. 2014.

FORMAS DE RESISTÊNCIA E SUBJETIVIDADE NA SEGUNDA GERAÇÃO DE ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA: UMA ANÁLISE DE CASO NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO – BRASIL

Alexsandro ARBAROTTI*

RESUMO: O presente artigo busca compreender as estratégias usadas pelos membros da segunda geração de assentados da reforma agrária para permanência ou volta ao campo no interior do estado de São Paulo. Pensa-se superar a dicotomia ficar e sair como uma categoria concreta ou um movimento definitivo dos jovens e busca-se pensar esses sujeitos da segunda geração como portadores de resistência diante dos percalços e dificuldades encontrados nas relações de micro poderes a que estão envolvidos. Nesse sentido pensa-se que estes são portadores de modelos criativos para superar essas redes e dessa forma passam a serem propositivos de uma nova forma e de outros possíveis. Para a pesquisa foi utilizada a metodologia da história oral em um estudo de caso e os resultados apresentaram variadas formas de permeância e resistência dos sujeitos que passam por estratégias variadas de atividades e geração de renda.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamentos de reforma agrária. Geração. Resistência. Poder.

Introdução

Atualmente os pequenos agricultores enfrentam uma diversidade de problemas que se acumulam desde as últimas décadas e que compreende a deterioração das relações de troca, passando pela falta de políticas públicas até a violenta

* Mestrando em Sociologia. Bolsista FAPESP. UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas – Pós-Graduação em Sociologia. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 – arbarotti@hotmail.com.

expulsão de suas terras. No cerne desta problemática, encontra-se a modernização da agricultura e o aumento e consolidação da expansão capitalista com a presença de grandes empresas nacionais e internacionais (SILVA, 2004). Esses elementos detonaram um processo migratório intenso do campo para as periferias das cidades e fez do Brasil um país com grande concentração fundiária¹.

Todavia, esses fatos não se deram sem resistência dos sujeitos expropriados e violentados. Esse momento de crise produziu levantes e a emergência de novos atores e novos projetos com sujeitos portadores de novas identidades que lutavam pela reorganização do espaço político, econômico e social. Esses momentos de crise são importantes para questionar a imagem da sociedade como algo natural e coloca-la como algo sempre em aberto, em construção (CIUFFOLINI, 2008).

A década de setenta marca o acirramento dessa resistência por parte dos camponeses em varias partes do país². Os camponeses se uniam para realizar a luta popular por direito de acesso a terra, mas com o passar do tempo à luta pela terra foi transformada em luta pela reforma agrária. Dessa forma os embates de cunho verdadeiramente popular e quase espontâneo acabaram por se transformar em movimentos políticos com bandeira, estratégias e cronogramas de luta (MARTINS, 1986). Com isso é “introduzido uma agenda de questões e temas de lutas que renovam o campo das demandas e reagrupa sujeitos no espaço público” (CIUFFOLINI, 2008, p.24, tradução minha). É nesse contexto que surge em 1984 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para justamente articular essas lutas pontuais.

Em resposta as reivindicações e ações dos movimentos de luta pela terra foi implementada a política de assentamentos³. Essa não era uma política de reforma agrária que buscava atender as demandas da população rural, mas uma política paliativa em resposta a violência no campo e as ações dos movimentos

¹ O índice de Gini da concentração da terra aponta o número de 0,836 em 1967; 0,854 em 1972 e 0,857 em 1985. É importante ressaltar que o último número divulgado pelo IBGE do censo Agropecuário de 2006 aponta para uma concentração de 0,854 demonstrando que as políticas de reforma agrária no país estão muito aquém para uma solução efetiva do problema (Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 2006, divulgado em 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>. Acesso em: 22 set. 2014).

² É importante deixar claro que esse foi um momento em que os movimentos ganharam maior força, porém os movimentos de reivindicação no campo têm um passado que pode ser marcado desde a empreitada de Canudos em 1896 passando pelas ligas camponesas da década de 1930 em diante.

³ O termo assentamentos nos processos de políticas públicas de reforma agrária no Brasil se remete ao final dos anos 50 e início dos anos 60. Antes disso eram estabelecidos núcleos coloniais que o governo instituiu e que tinha como objetivo apaziguar conflitos no campo ou, eventualmente, para ocupação de áreas de fronteiras rurais (BERGAMASCO; NODER, 1996).

sociais de reforma agrária. Atualmente o processo de instalação de assentamentos ainda segue essa tendência de políticas pontuais.

Entretanto, a implementação do projeto de assentamento é apenas o primeiro momento da luta, pois as lutas e a resistência não cessaram com a terra conquistada e a continuidade e a viabilidade do projeto de assentamento devem ser conquistados cotidianamente. Sendo assim, passadas algumas décadas desde o estabelecimento dos primeiros assentamentos é importante investigar como esses projetos estão prosseguindo, ou seja, como se dá atualmente o processo de continuidade dessas localidades que são alternativas à produção de alimentos, à questão ambiental, além de ser, também, possibilidade de trabalho. A luta dos pais, a primeira geração, é hoje o desafio e a luta dos filhos, a segunda geração, que está a cada dia buscando estratégias para assegurar a permanência no lote e a continuidade do projeto de assentamento. É sobre essas estratégias criativas de resistência que se desenvolve esse artigo.

A segunda geração nos assentamentos: novas formas de resistência

Os pesquisadores que se debruçam sobre a questão geracional no campo comungam de um relativo consenso ao reconhecerem a diversidade e a não homogeneidade da juventude rural, pois elas estão marcadas por uma grande diversidade relacionada a contextos econômicos, sociais, geográficos e políticos específicos de cada região (WANDERLEY, 2003; MENEZES, 2008). A literatura clássica sobre o campesinato trata a questão geracional no campo ligada a desvalorização do campo frente à cidade (WOORTMAN, 1995; MOURA, 1978). Deste modo é perceptível que os estudos sobre jovens e adultos nos contextos rurais ainda estão muito presos às tradições de estudos do campesinato e do trabalho rural com preocupações sobre as questões de produção, a relação com a manutenção de consumo e migração entre campo-cidade (MENEZES, 2008). Outros assuntos como pluriatividade, administração do trabalho, divisão de tarefas, mudança na estrutura familiar, gênero e geração perpassam somente de maneira indireta estes estudos. Diante disso é necessário observar de maneira mais atenta para estes temas e trabalhar de maneira direta com os elementos simbólicos e subjetivos da constituição da realidade social complexa em que vivem estes atores sociais (SCOTT, 2010).

Na esteira desta discussão, Castro (2008) chama atenção para uma questão importante no debate, pois segundo a autora os estudos sobre juventude rural, principalmente em assentamentos que é o foco do artigo, se prendem muito a

categoria ficar e sair. Neste sentido as pesquisas trazem à tona as dificuldades que estes jovens enfrentam no campo: acesso a trabalho e escola, atração pelo estilo de vida urbano e falta de possibilidades de relacionamentos. Essas abordagens acabam não percebendo outros elementos nas múltiplas formas de vivências que são apresentadas na dinâmica social destes jovens e as novas formas de se relacionarem com a terra. Por isso, é necessário observar com mais critério os números que tratam sobre a juventude nos assentamentos, e perceber os arranjos feitos e as formas criativas de permanência que são possíveis de serem encontradas. Isso é importante, pois é possível observar um número significativo de jovens que vem afirmando que querem assumir o projeto de assentamento, mas em uma nova perspectiva, realizando um reordenamento da imagem e do dito *ethos* do camponês tradicional (PAULO, 2010; CASTRO, 2008).

Nesse sentido, duas reportagens do jornal Folha de São Paulo, do dia 17 de novembro de 2012, tratam do movimento de retorno ao campo que se percebe no Brasil nos últimos anos (MOVIMENTO..., 2012) principalmente de filhos e netos de assentados que estão deixando as cidades e voltando para os assentamentos (COISSI, 2012). Na primeira reportagem, Vera Botta Ferrante, afirma que a volta e a permanência do jovem, contribui para trazer novas ideias como o caso de um jovem que buscou montar uma gráfica para produzir rótulos dos pães e bolos produzidos no Assentamento Bela Vista na cidade de Araraquara, SP. Na segunda reportagem, Bernardo Mançano Fernandes, afirma que a volta das novas gerações tem ocorrido em assentamentos de todo país. Na opinião dele isso ocorre como resultado do alto custo de vida nas cidades e em contrapartida ao aumento da infraestrutura nos assentamentos, bem como as políticas públicas de incentivo a agricultura familiar.

Assim, é necessário pensar que decidir ficar não significa passividade, mas sim o ato de assumir um projeto de vida que contempla e leva em consideração liberdade, autonomia e independência dos pais (MENEZES, 2008). Este fato, por sua vez, não é livre de conflitos, tensões, negociações e disputas, ou seja, é uma vivência emaranhada por complexas teias de poder e significações, pois o cotidiano está permeado por dinâmicas de conflitos que constitui de maneira contínua antagonismos e sujeitos a partir de micro conflitos (LAZZARATO, 2000; CIUFFOLINI, 2008; SCOTT, 2010).

Deste modo é possível pensar que o poder que se coloca em questão na modernidade não é o poder soberano, mas a multiplicidade de forças que atuam e reagem entre eles segundo relações de obediência e mando. Dessa forma a biopolítica se incorpora e se fortalece sobre essa multiplicidade de relações que o

poder coordena, institucionaliza e estratifica. São micropoderes que são exercidos entre homem-mulher, patrão-empregado, pai-filho, morador da cidade-morador do campo (LAZZARATO, 2000).

Os assentamentos, nesse sentido, devem ser entendidos como um universo de vividos múltiplos em que as várias subjetividades estão diferenciadas em projetos que se cruzam e se conflitam dentro das famílias, no assentamento e na teia de relações que são estabelecidas em geral. Estes projetos podem se demonstrar aparentes ou ocultos na representação destes vividos e por isso essas subjetividades devem ser compreendidas como um processo de construção de sentidos individuais, coletivos, culturais e históricos na criação e recriação cotidiana (MARTINS, 2010; FARIAS, 2008).

Considerações sobre as possibilidades criativas

As incursões feitas a campo demonstram as estratégias e as dinâmicas sociais que possibilitam aos sujeitos da segunda geração formas criativas de resistência. O que se pode observar são modos de escape diante dos distintos modos de permanência⁴. Isso é possível porque os sistemas de poder que perpassa os sujeitos não são absolutos. Os sujeitos têm capacidade de resistir e escapar das linhas de força e poder, uma vez que o poder passa pelos corpos, isto é, os corpos não estão capturados de forma absoluta pelos dispositivos de poder. É nesse sentido que Foucault diz, “onde há poder há resistência” e o que ele busca em sua formulação é justamente determinar “o que na vida resiste e, ao resistir, cria novas formas de subjetivação e formas de vida que escapam aos biopoderes” (LAZZARATO, 2000, p.1). O próprio Foucault (1979) afirma nesse sentido que resistência é a palavra mais importante e que está acima de todas as forças do processo e justamente por isso ela não é uma substância.

Ela [a resistência] não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é co-extensiva a ele e absolutamente contemporânea [...] Não coloco uma substância da resistência face a uma substância do poder. Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar

⁴ O local das incursões de campo agrovila Campinas no assentamento Reunidas no município de Promissão-SP. Este assentamento é resultado de um processo de reivindicação iniciado com 44 famílias acampadas as margens da rodovia BR 153, na altura do município de Promissão-SP no ano de 1983.

sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (FOUCAULT, 1979, p.241).

É nesse sentido que Foucault vai afirmar que a resistência não é somente um ato de negação e sim um processo de criação. Como ele mesmo disse: “Criar e recriar, transformar a situação, participar ativamente no processo, isso é resistir” (FOUCAULT, 1979 apud LAZZARATO, 2000, p.8, tradução minha).

Nesse sentido foi possível perceber as diferentes e dispareas estratégias de resistir dos sujeitos, sempre de forma criativa e ligada as suas experiências, trajetórias e sentimentos. Essas estratégias passam principalmente pela diversificação de atividades de trabalho e geração de renda, o que caracteriza os lotes como localidades não mais exclusivas de produção agrícola como indica Carneiro (2012):

Destacam-se também as famílias pluriativas, que se caracterizam pela combinação da atividade agrícola a outras ocupações, como estratégia familiar de melhoria das condições de vida, ou mesmo, como condição de permanência no campo (CARNEIRO, 2012, p.29).

Em todos os lotes pesquisados os sujeitos estão envolvidos em atividades diversas, ligadas diretamente a agricultura ou sem relação direta. São novas formas de organização dentro dessas localidades, que assumem novos significados e buscam ser alternativas ao êxodo rural, ao desemprego urbano e ao padrão agrícola dominante. Os lotes e o Assentamento como um todo ficam, assim, marcados pela variação de um conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas.

O que marca a permanência, nesse sentido, são os sentimentos de pertencimento à localidade rural e as experiências nas trajetórias dos sujeitos que lhes proporciona repertório para articular estratégias para permanecer no lote por meio de atividades diversificadas. Sinteticamente as estratégias encontradas em campo são as que seguem.

O sujeito⁵ do Lote “A”⁶, que é do gênero masculino e nunca teve experiência de trabalho na cidade desde que se mudou com os pais para o assentamento, organizou sua estratégia de permanência com atividades agrícolas e não agrícolas. Agrícolas na produção de pepinos em estufas, por meio de emprego de trabalho assalariado de outros assentados; não agrícola na ativi-

⁵ Os nomes reais foram substituídos por sujeitos.

⁶ O nome dos lotes não correspondem a realidade.

dade empresarial que desempenha na compra dos produtos dos assentados e revendendo no CEASA.

O Lote “B” tem uma complexidade maior, pois há duas famílias que vivem dele, ambas com sujeitos da segunda geração que tiveram experiência de viver trabalhando por alguns anos fora do assentamento depois de terem se mudado com os pais para o lote. O sujeito 1 desse lote, que é do gênero feminino, exerce atividades agrícolas junto com seu marido de plantio de maracujá e horta para a CONAB⁷ e algumas vacas de leite para consumo próprio. As atividades não agrícolas é a venda de produtos da revista Hermes e Avon e de queijos e doces. Também há o emprego do marido como produtor rural no lote “A”. O sujeito 2, do gênero masculino, desempenha como principal ocupação a atividade não agrícola de pedreiro no município próximo e como atividade agrícola produz hortaliças para venda para a CONAB e arrenda a maior parte do lote para plantação de milho transgênico.

Essas estratégias, de variados tipos de ocupação por uma mesma pessoa ou na família, não podem ser vistas como um simples processo de aculturação e “descampenização” do campo. A pluriatividade deve ser vista como a resposta do agricultor familiar ao processo de modernização, que tem a capacidade plástica de relacionar e reinventar as suas tradições culturais as novidades trazidas pela relação com outras localidades. Assim sendo, a realidade mostra que as localidades rurais atualmente não podem ser mais caracterizadas somente pela atividade agrícola, mas sim por atividades não agrícolas dentro e fora das localidades rurais, ou seja, pela pluriatividade. Esse conceito é importante, pois possibilita:

[...] juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Assim, permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias (DEL GROSSI; SILVA, 1998, p.26).

Essa ressalva é importante para romper com o paradigma da cultura camponesa como passiva e oposta à mudança. A cultura camponesa não deve ser vista como algo estático, mas inserida na dinâmica da sociedade e capaz de se

⁷ Companhia Nacional de Abastecimento. Veja os programas que fazem parte da CONAB no portal da Companhia: <<http://www.conab.gov.br/>>. Acesso em: 19 set. 2014.

reelaborar diante das novas estruturas, sem abrir mão de seus valores, visão de mundo e formas específicas de organização social (CARNEIRO, 2012). É exatamente a observação feita acima por Lazzarato (2000) sobre a capacidade do sujeito de resistir por meio da criação e recriação, transformando a situação de forma ativa no processo que está inserido.

Essas múltiplas formas de vividos e estratégias possibilitam uma maior resistência por partes desses sujeitos às imposições do mercado. A exploração de outras atividades acabam por introduzir novas possibilidades de trabalho complementares ou alternativas à agricultura, ampliando assim, a rede de sociabilidade. E por fim, esse sujeito do campo afirma a sua identidade em um processo na qual as características do campo e da cidade se misturam, ou seja, “[...] são cidadão plenos, em articulação com os habitantes das cidades” (WANDERLEY, 2009, p.134).

Não é possível, portanto, pensar a ruralidade somente como penetrada pelo mundo urbano e industrial, mas sim em uma troca de bens simbólicos e materiais, de práticas culturais e representações sociais dialéticas em que os sujeitos têm a capacidade criativa de resistência e proposição. Assim, o importante é deixar claro, por meio do ponto de vista dos sujeitos os significados de suas práticas sociais que operacionalizam essa interação e que alteram tanto o campo como os centros urbanos. Esses sujeitos que tem a possibilidade viver no espaço rural revelam em sua fala os valores e os elementos que buscam como disponibilidade, espaço e relações sociais de interconhecimento.

Por fim, é possível perceber a busca de formas distintas e de certa forma criativas que tem em vista o objetivo e a busca de viabilizar a permanência no campo. Essa resistência cotidiana aponta para a possibilidade de outras formas de possíveis.

FORMS OF RESISTANCE AND SUBJECTIVITY IN THE SECOND GENERATION OF SEATED AGRARIAN REFORM: A CASE STUDY IN THE INTERIOR OF SÃO PAULO – BRAZIL

ABSTRACT: *This paper seeks to understand the strategies used by members of the second generation of settlers of the agrarian reform to permanence or return to field in the state of São Paulo. It is thought overcome the dichotomy stay and go out as a category concrete or definite movement of young people and seeks to think these subjects the second generation as having resistance to the drawbacks and difficulties in the relations of micro-powers that are*

enveloped. In this sense it is thought that these carriers are creative models to overcome these networks and so start to be a new propositional form and from other possible. For the research was used the methodology of oral history in a case study and the results showed various forms of resistance and permeance of subjects who pass through a variety of strategies and activities for generate of income.

KEYWORDS: *Agrarian reform settlements. Generation. Resistance. Power.*

Referências

BERGAMASCO, S. M.; NODER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

CASTRO, E. G. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais. In: FERRANTE, V. L. B.; WHITAKER, C. A. (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento:** desafios e rumos da política de assentamentos rurais. São Paulo: UNIARA, 2008. p.112-130.

CARNEIRO, M. J. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: _____. (Coord.). **Ruralidades contemporâneas:** modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012. p.23-50.

CIUFFOLINI, M. A. **Pensando el presente:** uma construcción de herramientas conceptuales para comprender las luchas sociales. Córdoba: EDUCC, 2008.

COISSI, J. **Filhos e netos de sem-terra deixam cidade e voltam para o campo.** Folha de São Paulo, São Paulo, 17 nov. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/1186860-filhos-e-netos-de-sem-terra-deixam-cidade-e-voltam-para-o-campo.shtml>>. Acesso em: 19 set. 2014.

DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G. A pluriatividade na agropecuária brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.11, p.26-52, out. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/grazia11.htm>>. Acesso em: 19 set. 2014.

FARIAS, M. F. L. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, V. L. B.; WHITAKER, C. A. (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento:** desafios e rumos da política de assentamentos rurais. São Paulo: UNIARA, 2008. p.151-170.

MOVIMENTO de retorno ao campo se repete no país, afirma docente. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 nov. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/1186862-movimento-de-retorno-ao-campo-se-repete-no-pais-afirma-docente.shtml>>. Acesso em: 19 set. 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LAZZARATO, M. Del biopoder a la biopolítica. **Revista Multitudes**, Paris, n.1, p.1-10, 2000.

MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2010.

MENEZES, M. A. Juventude e educação em assentamentos do brejo paraibano. In: FERRANTE, V. L. B.; WHITAKER, C. A. (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. São Paulo: UNIARA, 2008. p.131-150.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: Hucitec, 1978.

PAULO, M. A. L. Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p.343-366.

SCOTT, P. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p.15-36

SILVA, M. A. M. **A luta pela terra**: experiência e memória. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. **Juventude rural**: vida no campo e projetos para o futuro. 2003. Projeto de pesquisa. Mimeografado.

_____. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

WOORTMAN, H. F. H. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo; Brasília: Hicitec: EdUNB, 1995.

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E INTEGRAÇÃO REGIONAL: DIÁLOGOS ENTRE O MERCOSUL E A UNASUL

Beatriz Isola COUTINHO*

RESUMO: O presente artigo insere uma discussão acerca do Mercosul e da Unasul enquanto partícipes macroestruturais da migração internacional contemporânea no continente sul-americano. Partindo da relação existente entre o fenômeno migratório e os processos de integração regional, buscamos inserir considerações preliminares sobre a temática no qual enfocamos o debate tal qual é realizado no plano do discurso político, considerando-os espaços fundamentais de reflexão e propostas sobre os deslocamentos populacionais na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração. Mercosul. Unasul. Integração regional. América do Sul.

Introdução

As migrações internacionais de trabalhadores, refugiados e o tráfico de seres humanos, apesar de suas naturezas essencialmente distintas e diversas, partilham uma importância social, econômica e política comum nos dias de hoje. Tornou-se realidade pungente tantos aos países “expulsores” quanto aos países “receptores” dessas populações. O massivo deslocamento por entre as fronteiras nacionais coloca em pauta novas problemáticas pertinentes as imigrações contemporâneas, assim como reinsere tantas outras, transfiguradas pelo mundo glo-

* Doutoranda em Ciências Sociais. Bolsista CNPQ. UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campinas – SP – Brasil. 13083-896 – beatrizisolacoutinho@gmail.com.

balizado. Entre essas, encontram-se a formação de blocos econômicos, tratados multilaterais e organizações supranacionais que articulam um espaço de diálogo privilegiado entre diferentes nações.

Logo a princípio, o fenômeno migratório expõe aquela que vigora como a grande contradição dos nossos tempos, quer seja, a de que a supressão dos limites à circulação de capital econômico a nível mundial não se faz, *pari passu*, à circulação de pessoas. Ao contrário, vê-se um notável crescimento das medidas anti-imigratórias por parte dos governos nacionais – sobretudo das nações economicamente desenvolvidas – materializadas em muros e vigilância excessiva e ratificadas por leis desumanizadoras do imigrante. Na base dessa condição encontra-se o status jurisdicional de ilegal recebido pelos imigrantes que entram nos países de destino alheios aos olhos das autoridades e/ou assim permanecem¹.

A condição de clandestino situa o imigrante em espaços onde o informal é determinante das relações que este estabelece em seu projeto migratório, abrindo caminhos para aquilo que Harvey (2010) chamou de “economias subterrâneas” e para o crescimento destas, mormente nas grandes cidades. A relação entre a imigração laboral e a informalidade é tema bastante abordado pelas ciências sociais contemporâneas, acompanhada pela abertura aos estudos sobre tráfico humano e a formação de estruturas criminosas transnacionais, como no caso da exploração sexual de mulheres.

Diante da bipolaridade territorial que necessariamente envolve todo deslocamento humano, as ações e políticas migratórias devem ser pensadas pelos países envolvidos conjuntamente. A formação de blocos de interação econômica entre grupos de países pode colocar o debate acerca da questão migratória em patamares de maior reconhecimento, como ocorreu nos casos da União Europeia (UE) e do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), salvo a agudez de suas diferenças. Se por um lado ambos incrementaram fluxos migratórios legalizados de trabalhadores altamente qualificados, em um processo conhecido por “fuga de cérebros” (IQBAL, 2000; PEIXOTO, 2001), por outro, contribuíram para introduzir a discussão do imigrante ilegal no processo de integração (ALBA; LEITE, 2004).

No caso da América do Sul, o notório crescimento das migrações intrarregionais, sobretudo a partir dos anos 1980, colabora para o cenário global das migrações sul-sul. Na última década, o Brasil ganhou destaque como país recep-

¹ Nos Estados Unidos o imigrante em condição ilegalizada torna-se automaticamente criminoso, passível de punição por parte do Estado (NGAI, 2004). A não criminalização do imigrante em condição jurídica ilegal é ponto norteador das políticas públicas de direitos humanos e imigração, adotadas pelo MERCOSUL e pela UNASUL.

tor das imigrações internas ao continente, não raro de trabalhadores com baixa qualificação profissional rumo às grandes cidades do país, onde permanecem sob o status jurisdicional de ilegal. Igualmente, salientam-se cidades receptoras em regiões fronteiriças e aquelas situadas nas rotas dos fluxos migratórios (SOUCHAUD, 2011; MARQUES, 2012).

Precisar dados quantitativos acerca dos imigrantes presentes no território brasileiro, assim como suas trajetórias migratórias e suas motivações em transitar-se é tarefa árdua, uma vez que grande parte desses indivíduos está sob o status jurisdicional de clandestino e deixa de responder as pesquisas censitárias. Outro entrave a essa coleta de dados é explicada pela aplicação decenal do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois que a transitoriedade é umas das características marcantes da imigração na contemporaneidade. Ademais, a própria natureza do questionário aplicado no recenseamento abre falhas para que se constitua um instrumental adequado para o estudo do fenômeno, uma vez que além de considerar imigrantes aqueles brasileiros que retornaram ao país, não aprofundam questões que possam elucidar dinâmicas fundamentais à migração internacional. Mesmo assim, o último censo realizado em 2010 aclarou o incremento das imigrações internacionais para o Brasil, que passou de 143 mil entre os anos de 1995 e 2000 para 268 mil entre os anos de 2005 e 2010. Nesse último período, as dez nacionalidades de maior presença em território nacional, em percentual, eram: Estados Unidos (25%), Japão (20%), Paraguai (12%), Portugal (11%), Bolívia (8%), Reino Unido (6%), Espanha (6%), Itália (5%), Argentina (4%) e França (3%) (IBGE, 2012).

Outrossim, a diversidade das fontes e dos resultados quantitativos, encontramos diferentes apreciações teóricas e conceituais para o fenômeno migratório que incorporam não somente determinantes de origem econômica, mas também, motivações subjetivas, ideológicas e determinações socialmente construídas capazes de ativar e manter redes internacionais de deslocamento de trabalhadores. Tais interpretações somam aquelas cujo *leitmotiv* é a mobilidade geográfica de trabalho ancorada no aspecto econômico e no desenvolvimento desigual entre os países, configurando áreas receptoras e áreas expulsoras de mão-de-obra que é mobilizada pelo capital por entre as fronteiras nacionais. Desta forma, além do fator econômico, comumente destacado pelos estudos migratórios como uma variável macroestrutural de análise, a exemplo de Portes (2001) e Marroni (2006), a formação dos blocos econômicos contempla uma nova chancela a ser considerada nas leituras com maior amplitude. Tal afirmação faz-se válida para pensarmos nosso caso em específico, uma vez que,

[...] a permeabilidade das fronteiras que integram os países da América Latina, num contexto de integração econômica regional, vem contribuindo para a intensificação dos deslocamentos de população de tipo fronteiriços ou entre países limítrofes, com os deslocamentos transfronteiriços. (BAENINGER, 2012, p.10-11).

Por meio de um enfoque em dois blocos regionais dos quais o Brasil é partícipe, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL, 1991) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL, 2014) e em seu contraponto, pretendemos discutir brevemente de que forma os mesmos repercutem sobre as migrações internacionais no continente e absorvem o debate imigratório em nível macro-estrutural e no plano do discurso político, partindo da leitura de alguns dos seus documentos oficiais onde aparece a temática da imigração. Há que se destacar que enquanto os estudos a respeito dos deslocamentos transnacionais sobre o primeiro se encontram mais desenvolvidos, apenas se delineiam perspectivas para o segundo.

MERCOSUL e a migração intrarregional

Os efeitos do MERCOSUL sobre as imigrações entre os países membros (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e entre os países associados (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, e Peru) são alvo de estudos crescentes, empreendidos não somente pelo meio acadêmico, como, também, pelos governos nacionais e pelas secretarias criadas com a união aduaneira, a partir de 1991. Tais pesquisas apontam para um incremento dos fluxos imigratórios entre as nações participantes, sobretudo os laborais.

A centralidade da questão imigratória no âmbito do MERCOSUL Social pode ser verificada, entre outras, nas políticas públicas regionais voltadas ao trabalho e previdência social, integração e direitos humanos, enfrentamento ao tráfico de pessoas e nas áreas de saúde e educação.

Um marco na construção das mesmas foi o Seminário “MERCOSUL e as Migrações”, realizado nos dias 12 e 13 de dezembro de 2007, em Brasília. Por ocasião do encontro, Carlos Lupi, então Ministro do Trabalho e Emprego do Brasil, afirmou que a coesão e integração dos povos participantes têm no ir e vir das pessoas seu maior estímulo. Consoante com o tom do discurso interposto no encontro que reuniu gestores dos estados, ONG’s, movimentos sociais, comunidades eclesiais de base, pesquisadores e sociedade civil, foram

os Acordos sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL, Bolívia e Chile), através da promulgação dos decretos n° 6.964, no dia 29 de setembro de 2009 e do decreto n° 6.975, no dia 7 de outubro de 2009². Conforme preceituam, tanto os estrangeiros em situação migratória regular quanto aqueles em situação irregular podem requerer o direito a residência, desde que cidadãos mercosulinos sem antecedentes criminais no país de origem e no país de destino. Uma vez obtido o direito de residência no exterior, o imigrante passa a gozar de igualdade de direitos civis e de tratamento para com os nacionais³. Ainda que com importantes restrições a serem vencidas, trata-se de um avanço positivo nas políticas migratórias dos países signatários, assim como modelo a ser seguido pelos demais blocos multilaterais do continente, em matéria de garantias sociais e trabalhistas.

Cabem críticas também à aplicação dos decretos por parte de cada um dos países, porém, como sugerem Gruppelli e Saldanha (2007), o acordo foi um passo importante para a integração regional, pois se propõe a atuar sobre o tráfico humano, na livre circulação de pessoas e na situação migratória daqueles que estão irregulares no exterior. Esse último aspecto que passa pelo reconhecimento político e jurídico do trabalhador estrangeiro em condição irregular merece substancial atenção. Pois a informalidade é o aspecto marcante da condição imigrante na contemporaneidade e delinea a formação de uma classe de trabalhadores sujeita a formas de precarização e exploração do trabalho a níveis dramáticos, provocando alterações profundas no entendimento atual do trabalho escravo, como no caso da servidão por dívida⁴.

Em realidade, seu crescimento faz-se consequência do amplo processo de reestruturação produtiva que desloca capital e mão-de-obra em nível mundial e reconfigura o mercado de trabalho de grandes centros urbanos com a expansão da economia informal e do autoemprego (SASSEN, 1992; HARVEY, 2010). A regularização da residência não encerra, contudo, outros

² O texto do acordo foi assinado nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002, durante a XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, em Brasília-DF.

³ A residência temporária é válida por dois anos, após esse período o estrangeiro pode obter a residência permanente. Somam-se a esses decretos os acordos bilaterais realizados, a exemplo do Brasil e Bolívia e Brasil e Argentina.

⁴ A servidão por dívida caracteriza-se pelo impedimento da vítima poder deixar o seu trabalho ou a terra onde trabalha até que sua dívida seja quitada. Ou seja, trabalhadores podem ser privados de sua liberdade por dívidas contraídas com adiantamentos por agentes de recrutamento e transporte, muitas vezes empreiteiros de mão-de-obra para proprietários de terra ou para outros setores (OIT, 2001 apud CACCIAMALI; AZEVEDO, 2006, p.133).

pontos fundamentais ao universo do trabalhador transnacional, em particular, pertencentes à seguridade social. No caso da participação à previdência social, o MERCOSUL se utiliza de um mecanismo chamado *totalização*, que se traduz pela “[...] possibilidade de que os tempos de contribuição em cada país possam ser somados.” (ARRUDA, 2008, p.95). Ou seja, o trabalhador imigrante pode contribuir com a previdência social do país de destino e passa a gozar, juntos aos seus familiares, do direito de acesso aos benefícios⁵. As políticas públicas destinadas ao trabalho nos países mercosulinos exigem capacidade de negociação entre as nações participantes e adequação das diferentes regulações.

A despeito dos progressos obtidos, a complexidade do fenômeno e sua tendente ampliação provocam um descompasso com a aplicação dos acordos laborais e de livre circulação. O crescimento do número de trabalhadores latino-americanos no Brasil, conforme Baeninger e Leoney (2000) esta relacionado aos imigrantes com origem na América do Sul e, mais especificamente, daqueles participantes do MERCOSUL. Ao analisar os estrangeiros com autorização de trabalho no período compreendido entre 1993 e julho de 2000⁶, as autoras chamam atenção para a predominância de profissionais qualificados que, por sua vez, ligam-se aos critérios de concessão utilizados pelo governo brasileiro. Sabe-se, no entanto, que se levantados os índices de estrangeiros ilegalizados, os números dessas imigrações seriam substantivamente maiores.

Embora a deficiência de dados demográficos sobre os imigrantes no bloco, algo apontado por Bercovich (2000) e Martes e Sprandel (2008), a última década manteve o padrão de crescimento dos imigrantes laborais legalizados e ilegalizados para o Brasil, com predominância desses segundos. Refere-se a uma realidade que, mormente, não é contabilizada pelos estados e traz ao palco outros deslocamentos, ainda mais circunscritos a coxia da realidade imigratória. Esse é caso do tráfico humano, para fins de exploração laboral e sexual, a que estão sujeitas em sua maior parte as mulheres e as populações de baixo rendimento econômico. Uma vez mais o Brasil se destaca como rota desses deslocamentos, de acordo com Milesi e Marinucci (2008). O enfrentamento se dá por ações

⁵ Conforme o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul, o trabalhador submete-se a legislação do estado parte em que desempenha atividade laboral.

⁶ Baeninger e Leoney (2000) falam em mais de 60 mil autorizações concedidas entre 1993 e 2000. Sobretudo dos imigrantes temporários e/ou com vínculo empregatício. Até 1997, somavam mais de 4.500 entre os mercosulinos. Importante salientar que nesse número se encontram apenas os imigrantes legalizados.

conjuntas entre os países, em cidades gêmeas⁷ e regiões de fronteira⁸, sendo alvo de debates no MERCOSUL Social. Entre os mecanismos de atuação encontram-se o GT Brasil-Colômbia, Brasil-Venezuela, Brasil-Uruguai e o GT Niño@Sur, voltado para as crianças e os adolescentes (SOUZA, 2008). Em pouco mais de duas décadas de existência, o MERCOSUL presenciou a importância crescente da migração internacional enquanto um fenômeno social, assim como os desafios que se impõem para a superação de interesses particulares e para que o desenvolvimento social ocorra concomitantemente à sua preocupação original de captar investimentos e capitais que estimulem a economia regional. O que a experiência demonstra é que mesmo para blocos regionais cuja preocupação econômica sobrepõe-se as demais, a preocupação com o social é fundamental para a efetiva integração entre os países e para sua existência, reforçando

[...] o novo, difícil e conflituoso papel dos Estados Nacionais e das políticas sociais em relação aos processos internacionais e internos de distribuição da população no espaço, cada vez mais desigual e excludente; há que se tomar em conta as tensões entre os níveis de ação internacional, nacional e local; enfim, há que se considerar que os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global. (PATARRA; BAENINGER, 2006, p.84).

Tanto quanto a disparidade econômica entre os países membros, a governabilidade da migração internacional realizada por cada Estado membro atua de maneira a configurar as dinâmicas imigratórias que serão articuladas pelos imigrantes. Olhar para os diferentes casos, espaços e motivações dos deslocamentos traz à tona, portanto, os limites mercosulinos. A questão imigratória está no cerne das discussões da recém-formada UNASUL, que assume logo a princípio um discurso abrangente de construção de um espaço de diálogo na América do Sul que leve em conta os aspectos social, cultural, econômico e político dos povos.

⁷ Treze cidades gêmeas são priorizadas nos seguintes estados: Amazonas na fronteira com a Colômbia; Acre, Rondônia e Mato Grosso do Sul na fronteira com a Bolívia, Roraima na fronteira com a Venezuela; Mato Grosso do Sul na fronteira com o Paraguai; Paraná na fronteira com o Uruguai e com a Argentina e o Rio Grande do Sul na fronteira com o Uruguai e a Argentina.

⁸ Fronteiras de nove estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Roraima, Acre, Amazonas, Rondônia e Amapá) e nove países (Guiana Francesa, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina).

UNASUL e a migração intrarregional

Ainda debutante no cenário mundial, a União das Nações Sul-Americanas estreia com o impactante número de doze países signatários⁹, equivalentes a 68%¹⁰ da população total da América Latina. É de se esperar que diante do volume populacional e das disparidades de desenvolvimento econômico entre as regiões dos países e, principalmente, entre os países, ocorra um adensamento dos fluxos da migração internacional, tanto laboral quanto aquela caracterizada por tráfico humano. Um argumento a esse favor foi defendido pela CEPAL (2011) para quem esse fenômeno explicaria a queda das migrações internas vivenciada pelos países participantes.

Com um *stock* de migrantes de quase dois milhões e meio de pessoas, majoritariamente imigrantes laborais destinados a nichos do mercado de trabalho não qualificado¹¹, já formam a maior parte das migrações intra-regionais latino-americanas (CEPAL, 2011). Um capítulo a parte na diminuição dos problemas econômicos e sociais da América do Sul, a imigração interna ao continente encontra sua explicação enquanto fenômeno social nos fatores macroestruturais e, ao mesmo tempo, é encarada como ponto primordial de resolução das disparidades em que se fundamenta.

Nesse sentido, a UNASUL pode colocar em xeque a estimada cidadania sul-americana quando consideradas as políticas nacionais dos países que ratificaram o Tratado em março de 2011. Por um lado, existe o entusiasmo político com que tem sido levado a cabo o debate imigratório em seu âmbito durante a última década, focado na formação da identidade supranacional e na defesa dos direitos humanos. Por outro, a expressão quantitativa das migrações internas de hoje e de amanhã, exige que os Estados se empenhem em criar mecanismos eficazes de gestão do transnacionalismo “feito por baixo”, termo cunhado por Portes (2001)¹², não somente dentro do novo bloco, mas também, a nível nacional.

⁹ Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Colômbia e Paraguai ainda não depositaram seus instrumentos de ratificação.

¹⁰ 391.841.958 habitantes.

¹¹ Refere-se, sobretudo, aos trabalhos domésticos, no qual prevalece o trabalho feminino; a terceirização de etapas produtivas manuais de indústrias em contexto reestruturado, como no caso da produção de vestuário e; setores de serviço (limpeza, restaurantes, entre outros).

¹² De acordo com Portes (2001), o transnacionalismo “feito por baixo”, ou seja, pelo movimento cotidiano de imigrantes entre as diferentes nações, corresponderia as microestruturas da migração internacional, construídas pelo ir e vir das pessoas que buscam melhores condições de vida. Ainda conforme o autor, coabita com essas primeiras o transnacionalismo “feito por cima”, pelos grupos econômicos e industriais espalhados pelo globo, capazes de

A justeza dessa afirmação reside nos obstáculos encontrados pelo MERCOSUL no que tange a imigração. Obstáculos esses debatidos na XI Conferência Sul-americana sobre migrações (CSM, 2011), entre os dias 19 e 21 de outubro de 2011 na cidade de Brasília-DF. Constavam representantes de todos os doze países da UNASUL nessa Conferência que é realizada anualmente e que se tornou referência no diálogo multilateral sobre a temática. Baluarte da discussão sobre a questão imigratória, os direitos humanos e laborais – nos seus diferentes aspectos e com relação aos diferentes tipos de imigração – nortearam o encontro que terminou com a produção de um documento indicativo da necessidade de uma harmonização das políticas migratórias entre o grupo de países. Parte fundamental dessa política reside na alteração do status jurisdicional de ilegalizado, massivo entre os imigrantes e tão contrário a ideia e a prática de cidadania. Schimdt (2010) observa que embora a UNASUL possa elevar a integração latino-americana a um novo patamar, o que necessariamente baseia-se em priorizar o aspecto social da integração e que fora pauta desde o princípio dessa união, existe a necessidade de que as medidas sociais saiam do papel e sejam efetivamente aplicadas, por meio de “políticas transnacionais”. Há que se ressaltar, ainda conforme o autor, que a própria cidadania tal qual entendida pelo bloco “[...] não configura um paradigma pós-nacional, porquanto é dependente da nacionalidade cidadãos dos Estados-membros daquele esquema de integração.” (SCHIMDT, 2010, p.65).

Conclusão

Como pudemos observar, a integração regional encerra a necessidade de uma gestão coletiva das imigrações e coloca como ordem no dia a construção de uma identidade não circunscrita aos limites territoriais do Estado-nação. No limite, seria revisitar o conceito de cidadania assentado ao pertencimento a um espaço geográfico e a uma identidade nacional, adequando-o a um mundo globalizado (KERBAUY; TRUZZI, 2007).

Em matéria de migração internacional, são inúmeras as lacunas no tratamento de um tema por si só complexo. Em parte, vivemos um período em que estas se aprofundam, diante dos múltiplos agentes e interesses envolvidos em escala global. Por outro lado, a capacidade de juntar interlocutores tão variados traz efeitos profícuos e fundamentais ao processo de entendimento e transforma-

ção da realidade. Ramirez e Alfaro (2010) destacam o papel fundamental desses espaços multilaterais de discussão, onde recomendações e mecanismos de ação são propostos regionalmente. Nesse sentido, a UNASUL encontra um interessante legado deixado pelo MERCOSUL, enquanto esse último beneficia-se dos horizontes abertos por aquele primeiro. Cabe agora ampliar a participação efetiva daqueles que são peça essencial em todo esse processo, quer seja, os imigrantes.

De igual maneira, ressaltamos a pertinência da colaboração ímpar que os sindicatos e outras formas de representação dos trabalhadores, como a auto-organização em movimentos sociais, possuem para a imigração laboral. Vários exemplos de uma luta por melhorias para os trabalhadores imigrantes feitas pela base, em países como os Estados Unidos, a Espanha e a França são possíveis modelos (NESS, 2006). Um caminho a ser pensado para a consolidação de uma atuação transnacional dos trabalhadores imigrantes que supere as distâncias territoriais, culturais e étnicas, em prol do desenvolvimento social sem fronteiras.

INTERNATIONAL MIGRATION AND REGIONAL INTEGRATION: DIALOGUE BETWEEN MERCOSUR AND UNASUR

ABSTRACT: *This article introduces a discussion about Mercosur and Unasur while macro-structural participants in South-America contemporary immigration. Given by the relation between immigrant phenomenon and the regional integration process, we search to insert preliminary considerations about the theme focusing the main aspects raised in politician speech, considering them basic spaces for reflections and proposals about actually displacements.*

KEYWORDS: *Immigration. Mercosur. Unasur. Regional Integration. South America.*

REFERÊNCIAS

ALBA, F.; LEITE, P. Políticas migratorias después del 11 de septiembre: los casos de TLCAN y la UE. **Migracion y desarrollo**, México, n.2, p.4-20, abr. 2004.

ARRUDA, G. A construção de políticas públicas regionais: trabalho e previdência social. In: MARTES, A.; SPRANDEL, M. (Org.). **Mercosul e as migrações: os movimentos na fronteira e a construção de políticas públicas regionais de integração**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego: CNIg, 2008. p.94-97.

BAENINGER, R.; LEONCY, C. Perfil dos estrangeiros no Brasil segundo autorizações de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego) e registro de entrada e saídas da Polícia Federal (Ministério da Justiça). In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO [CNPD]. **Migrações Internacionais: contribuições para políticas**. Brasília, DF: CNPD, 2000. p.187-242.

BAENINGER, R. O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In: BAENINGER, R. (Org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: NEPO/ UNICAMP: Fapesp: CNPq: Unfpa, 2012.

BERCOVICH, A. O censo 2000 no Mercosul: uma experiência transnacional. In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO [CNPD]. **Migrações Internacionais: contribuições para políticas**. Brasília, DF: CNPD, 2000. p.275-279.

CACCIAMALI, M. C.; AZEVEDO, F. A. G. Entre o Tráfico Humano e a Opção da Mobilidade Social: os imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, ano 5, v.1, p.129-143, 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/2006_1_7.pdf>. Acesso em: 6 out. 2014.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE [CEPAL]. **UNASUR: un espacio de desarrollo y cooperación por construir**. Santiago de Chile, 2011. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/uploads/40/c3/40c341c59b9bf9ca86694cb52796c62e/Publicacion-Cepal-UNASUR.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2014.

CONFERENCIA SUDAMERICANA SOBRE MIGRACIONES [CSM], 11., 2011, Brasília. **Declaración de Brasilia: Rumbo a la Ciudadanía Sudamericana**. Brasilia, out. 2011. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/BDL/2011/8166.pdf?view=1>>. Acesso em: 6 out. 2014.

GRUPPELLI, J.; SALDANHA, J. A circulação laboral dos imigrantes mercosulinos: análise do acordo sobre residência. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16., 2007, Pelotas. **Anais...** Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2007.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: Loyola, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo demográfico 2010: resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro, 27 abr. 2012. p.1-65.

IQBAL, M. **The migration of high-skilled workers from Canada to the United States:** empirical evidences and economic reasons. San Diego: University of California, 2000. Disponível em: <<http://ccis.ucsd.edu/wp-content/uploads/2012/08/wrkg20.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2014.

KERBAUY, M.; TRUZZI, O. Globalização, migrações internacionais e novos desafios à cidadania. **Perspectivas**, Araraquara, v.31, p.123-135, 2007.

MARQUES, A. Fronteira e saúde: Puerto Quijarro e Puerto Suárez (Bolívia) e Corumbá (Brasil). In: BAENINGER, R. (Org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: NEPO/UNICAMP: Fapesp: CNPq: Unfpa, 2012. p.297-306.

MARRONI, M. G. Migrantes Mexicanas em los Escenarios Familiares de las Comunidades de Origen: amor, desamor y dolor. **Estudios Sociológicos**, México, v.24, n.72, p.667-699, mai. 2006.

MARTES, A.; SPRANDEL, M. Introdução. In: _____. (Org.). **Mercosul e as migrações:** os movimentos na fronteira e a construção de políticas públicas regionais de integração. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego: CNIg, 2008.

MERCOSUL. **Tratado de Assunção:** tratado para a constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República do Uruguai. 1991. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_de_Assuncao..pdf>. Acesso em: 8 out. 2014.

MILESI, R.; MARINUCCI, R. Migrações contemporâneas: panoramas, desafios e prioridades. In: MARTES, A.; SPRANDEL, M. (Org.). **Mercosul e as migrações:** os movimentos na fronteira e a construção de políticas públicas regionais de integração. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego: CNIg, 2008. p.19-41.

NESS, I. **Immigrants, Unions, and the New U.S. Labor Market**. Philadelphia: Temple University Press, 2006.

NGAI, M. **Impossible subjects:** illegal, aliens and the making of modern America. New Jersey: Princeton University Press, 2004.

PATARRA, N.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.21, n.60, p.83-102, 2006.

PEIXOTO, J. Migrações e políticas migratórias na União Europeia: livre circulação e reconhecimento de diplomas. **Análise Social**, Lisboa, v.36, p.153-183, 2001.

PORTES, A. Inmigración y metrópolis: reflexiones acerca de la historia urbana. In: **Migraciones Internacionales**, Geneva, v.1, n.1, p.111-134, 2001.

RAMIREZ, G.; ALFARO, A. Espacios multilaterales de diálogo migratorio: el proceso Puebla y la Conferencia Sudamericana de Migración. **Boletín Andina Migrante**, Quito, Equador, n.9, p.2-10, dez. 2010. Disponível em: <<http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/2769/1/BFLACSO-AM9-01-Ramirez.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2014

SASSEN, S. **The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SCHIMDT, R. A constituição da Unasul e as possibilidades de avanços para a cidadania e os direitos humanos na América do Sul. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.1, n.2, p.56-69, 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/16581/10022>>. Acesso em: 6 out. 2014.

SOUCHAUD, S. A visão do Paraguai no Brasil. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.33, n.1, p.131-153, jun. 2011.

SOUZA, M. A construção de políticas públicas regionais: saúde, educação, assistência social e turismo. In: MARTES, A.; SPRANDEL, M. (Org.). **Mercosul e as migrações: os movimentos na fronteira e a construção de políticas públicas regionais de integração**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; CNIg, 2008. p.118-125.

UNASUL. **Tratado constitutivo da União de Nações Sul-Americanas**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul/tratado-constitutivo-da-unasul>>. Acesso em: 6 out. 2014.

“AINDA SOMOS OS MESMOS”: UM ESTUDO SOBRE DRAMA SOCIAL EM UMA ESCOLA CARIOCA

Raquel Ferreira Rangel GOMES*

RESUMO: No trabalho de campo, realizado em uma escola estadual da zona sul do Rio, foi utilizada a perspectiva de análise de Victor Turner, a partir do conceito de drama social. Um evento extraordinário rompeu as relações reguladas pela norma iniciando o drama. Na crise desencadeada tornaram-se claras as linhas de força que estruturavam as relações sociais no interior da escola e desta com a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. O diretor foi afastado, a escola passou por um uma espécie de interstício entre a antiga norma e a que estava por vir. O rito tornou-se coletivo. Ocorrendo a expressão pública e simbólica da reconciliação entre as partes envolvidas no conflito com a reconstituição, ao menos temporária, do tecido social esgarçado. Ao final prevaleceu o código baseado no carisma e nos julgamentos morais. Com isso, o drama não produziu uma ruptura, mas consolidou as regras tradicionalmente vigentes naquela escola.

PALAVRAS-CHAVE: Drama social. Ensino médio. Escola.

Introdução

Esse ensaio está fundamentado nos dados coletados durante a realização do trabalho de campo em uma unidade escolar da rede estadual de ensino médio em um bairro da zona sul da cidade do Rio de Janeiro entre agosto de 2010 e dezembro de 2011.

* Mestre em Sociologia. UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 20051-070 – raquelfrg@yahoo.com.br.

Os acontecimentos ocorridos no Colégio Estadual Calixto Campus¹ serão narrados a partir da perspectiva de análise – e guia para a própria descrição etnográfica – de Victor Turner (1957), por meio do conceito de drama social. A riqueza desses momentos está na possibilidade de apreender as representações do conjunto dos atores sociais envolvidos nesse processo e seus respectivos posicionamentos diante da situação.

Trata-se de um drama social, iniciado por uma ordem expedida pela SEEDUC, que culminou com o afastamento do diretor geral e com a posse de uma nova diretoria. Aos poucos ficava evidente como cada qual escolhia o seu adversário e edificava sua própria versão sobre a natureza dos fatos e sobre a conjuntura. Nesse ponto, as questões deixavam de ser apenas restritas ao campo educacional, passando para a arena política, pois o que estava em disputa eram as diversas formas de conceber o poder dentro da escola. Que sistema normativo se tornaria efetivo? Seria um modelo mais carismático, como vinha sendo desenvolvido pelo então diretor geral Oséias ou o padrão burocratizado e racional proposto pela nova gestão de Salomé?

Os estudos realizados no campo educacional frequentemente têm se dedicado às análises dos saberes, do conhecimento, dos currículos, dos espaços, dos tempos, das instituições escolares, da materialidade escolar e dos métodos de ensino. Mas, poucos trabalhos têm se debruçado sobre a cultura escolar apreendendo-a do ponto de vista dos que vivenciam esse cotidiano. Nesse sentido, minha preocupação neste trabalho é perceber a dinâmica da vida social de uma escola carioca e assim descrever os modos pelos quais os próprios atores sociais constroem suas relações e suas práticas no dia a dia.

A inspiração para esse esforço antropológico baseou-se na análise da professora Yvonne Maggie (2001), em “Guerra de Orixá”, quando descreveu o processo de nascimento, vida e morte da tenda espírita Caboclo Serra Negra. Sua descrição, por sua vez, fundamentou-se na perspectiva de análise proposta por Victor Turner (1957) em “Schism and Continuity in an African Society”, quando foi elaborado o conceito de drama social para descrever a lógica processual da vida social em uma aldeia ndembu na África Central.

Segundo Turner (1957), o drama social expõe o caráter processual da vida social através das crises, distúrbios e conflitos, que com extensão e intensidades variáveis opõem pessoas ou grupos no seio de uma totalidade. Nesses

¹ Os nomes próprios utilizados nesse trabalho, incluindo o nome da escola, são fictícios a fim de manter em sigilo a identidade dos informantes.

interstícios, as partes envolvidas podem tanto invocar a lealdade a princípios diferentes, quanto a uma regra comum de cuja violação uma delas é acusada pela outra ou ainda o direito a posições de autoridade ou privilégio estabelecido na lei ou no costume. Um drama tem início, meio e fim, podendo ser expresso por um modelo agonístico, em situações de crise ou iminência de ruptura de um sistema. Nesse período de tensão, os resultados podem ser diversos. Pode predominar o peso da tradição, mantendo a continuidade da estrutura então abalada, adaptando-a ou pode predominar o peso das forças que levam à ruptura.

Para descrever o conflito, Turner (1957) propõe um modelo com quatro estágios, que não necessariamente estão presentes nessa disposição na realidade. A primeira fase seria composta pela ruptura de alguma relação vista como crucial no grupo em questão, relação que lhe fornece não só o seu contexto, mas também muitos de seus objetivos. Em seguida vem uma fase de rápida ampliação da crise na direção de uma intensificação da clivagem social. Como terceiro estágio existe um período para a aplicação de meios legais ou rituais de reparação ou reconciliação das partes em conflito, no campo da ação. O estágio final é a expressão pública e simbólica da reconciliação em diferentes padrões ou do rompimento irremediável.

Tendo então como base as quatro fases do drama propostas por Turner, passo agora à descrição da escola e dos fatos acontecidos entre maio e julho de 2011 no Colégio Estadual Calixto Campus.

Notas sobre a escola

O Colégio Estadual Calixto Campus estava situado em uma rua de grande movimentação em um bairro da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Ao redor da escola havia uma grande praça e estabelecimentos comerciais diversos: restaurantes, lojas, papelarias, dentre outros; além de alguns prédios residenciais. A praça era bem arborizada, com alguns quiosques de vendedores de flores, chafariz central, mesas para jogos como damas e xadrez, onde frequentemente era possível ver pessoas, em sua maioria idosos, que passavam ali grande parte do dia. A estação do metrô mais próxima estava localizada na praça, assim como também uma academia ao ar livre que fazia parte do programa de atividades para a terceira idade. Havia ainda uma cabine e uma patrulha da Polícia Militar e, a todo o momento, guardas municipais em ronda circulavam pelo local em um pequeno carrinho motorizado, semelhante a um carrinho de golfe. No entorno da praça havia uma imponente igreja, lojas, supermercados, drogarias, galerias,

restaurantes, cinemas, posto dos correios, algumas escolas particulares e vários prédios residenciais.

O colégio atendia a 3.500 alunos do ensino médio de várias partes da cidade. Dois dos principais motivos dessa variedade de público na escola, segundo diziam os próprios estudantes e até os professores e funcionários, era em primeiro lugar a sua localização que aumentava a procura de alunos que trabalhavam no centro e adjacências, pois podiam estudar em um período, almoçar na escola e depois ir para o trabalho sem grandes deslocamentos; e em segundo, a facilidade no acesso pela variedade de meios de transporte próximos à escola, como o metrô e as várias linhas de ônibus com trajetos que ligavam a zona norte ao centro e a zona sul.

Acrescentava-se a estas razões espaciais a mudança ocorrida no processo de matrículas nas escolas da rede estadual do Rio de Janeiro, que até pouco tempo era feito pelos pais/responsáveis no próprio estabelecimento escolar e havia prioridade no preenchimento das vagas para os estudantes com endereços próximos à escola. O processo foi modificado. Desde então, os pais/responsáveis realizam a pré-matrícula do estudante através do site <www.matriculafacil.rj.gov.br>, em um período específico. Na ficha preenchida o aluno deve indicar o nome de pelo menos cinco escolas de sua preferência. Com a divulgação da confirmação da matrícula na unidade escolar, o aluno deve comparecer no período de até 30 dias para confirmação da mesma. Desta forma, o item “bairro/ localidade de moradia” não é utilizado como critério prioritário no preenchimento das vagas. Essa mudança no método de matrículas, juntamente com a democratização e expansão do sistema educacional, proporcionou maior diversidade de público nas escolas em geral.

A escola contava com um diretor geral, três diretores adjuntos, seis funcionários na secretaria, seis funcionários na limpeza, três funcionários na cozinha e quatro funcionários na biblioteca. Ao todo eram 32 professores e professoras com cargas horárias variáveis que atendiam às turmas de segundo ano. No turno da manhã havia um coordenador de turno, dois inspetores e uma supervisora pedagógica.

O prédio, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tinha dois andares, era arejado e espaçoso, embora apresentasse problemas de conservação que chegavam a comprometer o uso de determinados espaços como as quadras e algumas partes do pátio. A escola tinha biblioteca, refeitório, auditório, duas quadras esportivas (sendo que uma estava desativada devido a problemas de estrutura), sala de multimídia equipada com

DVD, televisão, data show e condicionador de ar, além de um pequeno pátio onde os alunos circulavam na hora do intervalo.

Escolhi realizar minha pesquisa de campo com os alunos do turno da manhã pelo fato de ser considerado pela própria escola como sendo “o melhor”. Dessa forma, acompanhei 315 alunos do segundo ano, divididos em sete turmas inicialmente, e, depois organizados em cinco turmas no terceiro ano até a sua formatura no ensino médio. Optei por acompanhar aqueles que sobreviviam aos bimestres, isto é, aqueles que conseguiam avançar e não desistiam e/ou saiam da escola ao longo do ano letivo.

Como tudo começou: a ruptura da norma

Era uma terça-feira, dia dez de maio de 2011, começo do segundo bimestre. Este seria o início de mais uma semana de aulas como tantas outras que pude observar desde o início da pesquisa. Havia alguns alunos na praça em frente à escola, outros no portão lateral do colégio tentando entrar mesmo que atrasados, enfim: aparentemente tudo estava no seu devido lugar. Porém, ao entrar na escola percebi que havia alguma coisa diferente do habitual. Cheguei por volta das 8h30min e pude perceber muitos alunos circulando pelo pátio e pelos corredores por onde passei, diferentemente do que vi em outras ocasiões. Uma inquietação tomava conta dos corredores e das salas de aula.

Já na sala do Serviço de Orientação Pedagógica (SOP) encontrei a coordenadora pedagógica, o inspetor e a coordenadora de turno bastante agitados. Havia ainda alguns professores e também alunos na sala. Todos conversavam e a Sandra, coordenadora de turno, estava bastante alterada repetindo várias vezes “quero ver aonde isso vai dar...”. Procurei entender o que estava acontecendo e, perguntando daqui e dali, ouvindo cada um dos alunos que entravam, consegui juntar as peças e montar o quebra-cabeça. A direção anunciou que recebera uma ordem da SEEDUC segundo a qual só poderia liberar os alunos após o término do período de aulas da manhã, às 12h20min, independentemente de eles terem ou não aula.

Para a cultura daquela escola², a ordem foi entendida nos seguintes termos: estava proibida a prática costumeira do “adiantamento de aulas” e da liberação das turmas antes da hora oficial do término do turno. Essa foi a forma como o

² Nesse trabalho o termo cultura escolar é entendido como os rituais cotidianos da escola, suas práticas organizacionais e as crenças partilhadas por aqueles que nela trabalham e estudam.

diretor geral, Oséias, explicou a ordem da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) em uma Comunicação Interna (CI) endereçada ao corpo docente e discente, enviada dia 12 de maio, quinta-feira. A CI informou ainda que: “Haverá otimização de turmas, as quais serão informadas por essa direção à comunidade escolar na segunda-feira dia 16.05.2011”.

Os dois enunciados dispostos no documento causaram grande reboliço. Todos pareciam inconformados com a proibição. Os alunos reclamavam, porque seriam obrigados a ficar na escola sem “fazer nada”. Professores e coordenadores criticavam a regra dizendo que, com a proibição de adiantar tempos de aulas vagos, seria difícil conseguir dar aulas aos poucos alunos que estavam em sala, já que haveria grande movimentação pelos corredores e pátios e boa parte dos estudantes aproveitariam a confusão para “matar aula”³.

Os professores estavam apreensivos e queriam saber quais turmas seriam “otimizadas” e já previam a devolução⁴ de colegas à SEEDUC. Essa previsão exaltou os ânimos, principalmente de professores recém-chegados ao colégio. Afinal, um dos critérios de seleção em cogitação, segundo eles, seria o tempo de trabalho na escola, o que lhes seria desfavorável. Depois de entender o significado daquela CI, o burburinho que percebi ao chegar à escola passou a fazer mais sentido e tudo ficou claro para mim. O grande número de alunos nos corredores era decorrente da falta de professor e a inquietação devia-se ao fato de que ninguém – nem professores nem alunos – poderia adiantar aula e sair mais cedo.

Ao longo do trabalho de campo, percebi que existiam três tipos de horários vagos. Um primeiro tipo, que aqui chamarei de “estrutural”, era produzido pela direção da escola ao organizar os horários, em virtude da carência de professores. De modo que, cada turma tinha em média dois horários vagos por semana. O outro tipo de horário vago era decorrente da falta ocasional de algum professor, mas como, em geral, os professores não eram assíduos e não havia substituto, ele deixava de ser, de fato, ocasional, passando a compor a rotina – ocorrendo no mínimo um caso por dia—. Um terceiro tipo era causado pela falta de professores por motivo de licença médica ou de licença maternidade. Os licenciados

³ Essa é uma expressão recorrente no ambiente escolar e significa que o aluno não assistirá a aula, mesmo que ela esteja acontecendo. Os alunos costumavam sair de suas salas e ficar pelo pátio, ou até mesmo sair da escola e ficar na praça.

⁴ A expressão “devolvido” significava que com a “otimização” das turmas, isto é, com o ajuntamento de turmas que estivessem com poucos alunos frequentando e conseqüentemente com o fechamento de turmas, alguns professores seriam dispensados, sendo então “devolvidos” a secretaria de educação para que fossem realocados em outra escola da rede, onde houvesse a necessidade de professores.

não eram substituídos pela SEEDUC, de forma que algumas turmas chegavam a ficar um bimestre inteiro sem determinada disciplina, visto que a licença médica poderia ser renovada por longos períodos.

Os horários vagos acarretavam o famoso e conhecido “adiantamento das aulas”, isto é, alunos e professores, em comum acordo, adiantavam os horários ou seus tempos de aula. Assim, um professor chegava a “dar aula” ao mesmo tempo para até três turmas. Para dar conta de toda essa demanda, os professores passavam atividades e fichamentos sobre a matéria para que os alunos entregassem ao final do horário. Essas atividades passavam, então, a substituir as aulas do professor que havia faltado e contavam como aulas dadas da disciplina do professor que o estava substituindo.

A nova ordem da SEEDUC era manter os alunos na escola, mesmo quando estivessem com horários vagos. A orientação era encaminhá-los para a biblioteca, para o laboratório de informática ou para alguma outra atividade, mas, como não havia essa estrutura na escola, os alunos ficavam sem ter o que fazer, vagando pelos corredores e pelos pátios, “tumultuando” o funcionamento da escola. Nesse caso, até existia a biblioteca, mas o acesso era restrito devido ao horário de funcionamento reduzido.

Ao longo da semana do dia dez de maio a situação se repetiu: diversas turmas estavam sem aula e os alunos vagavam pelos corredores. A regra emitida pela SEEDUC, no qual se reafirmava uma norma da estrutura oficial, produziu o rompimento de uma norma razoavelmente consensual e difundida pela prática escolar do “adiantamento de aulas”. Com isso, aquela semana, que começou como outra qualquer, acabou sendo o início dos acontecimentos que marcaram todo o ano letivo de 2011 no Colégio Estadual Calixto Campus.

O Agravamento da crise

Na semana seguinte, que começou no dia 16 de maio, os alunos, chefiados pelos membros do grêmio estudantil, organizaram uma passeata saindo da escola e seguindo em direção à SEEDUC, localizada na Rua da Ajuda, no centro da cidade. O diretor geral disse que não apoiaria diretamente a manifestação dos estudantes, pois não poderia se colocar contra as ordens da SEEDUC, mas não se oporia e colaboraria, de maneira discreta, ajudando no que os alunos precisassem. Alguns professores colaboraram na elaboração de cartazes e faixas, mas nenhum deles participou da passeata e apenas se concentraram em frente ao colégio. As principais reivindicações dos estudantes eram: a contratação de

novos professores e o fim da regra “imposta” pela SEEDUC, que proibia o “adiantamento de aulas”.

Os alunos começaram organizando o movimento em frente à escola. Eram aproximadamente 600 alunos, parte deles estava do lado de dentro da escola e outra parte na praça em frente. Alguns preparavam os cartazes para a manifestação no *hall* de entrada do colégio. O material utilizado foi fornecido pelo diretor geral ao grêmio, que por sua vez disponibilizava aos alunos, cartolina, canetas, tintas, entre outros materiais para a confecção dos cartazes e faixas. Outros alunos do grêmio distribuíam apitos entre os estudantes do lado de fora da escola.

Os alunos caminharam por cerca de 5 quilômetros. Ao chegarem ao prédio da SEEDUC, os alunos faziam bastante barulho com apitos e gritos de guerra que ecoavam por entre os altos edifícios. Passados alguns minutos após a chegada dos manifestantes, os seguranças do prédio formaram uma espécie de “cordão humano” proibindo a entrada dos alunos e, ao mesmo tempo, empurravam-nos para fora da calçada. O clima ficou tenso e o “empurra-empurra” ia exaltando cada vez mais os ânimos. Apesar disso, a manifestação continuou sem grandes agressões, embora algumas pessoas das janelas dos prédios jogassem água e garrafas de plástico em cima dos estudantes. Depois de algum tempo de espera, funcionários da SEEDUC disseram que alguns alunos estavam autorizados a subir e seriam atendidos pelo secretário de educação. O grupo decidiu que cinco alunos do grêmio iriam para a reunião. O secretário ouviu as reivindicações e prometeu aos alunos uma visita à escola – que mais tarde foi feita pelo subsecretário Antônio Neto e também pelo próprio secretário de educação, Wilson Risolia.

“A passeata dos alunos foi um sucesso”, disse o presidente do grêmio. Os alunos sentiram-se prestigiados e felizes por terem sido atendidos. Já alguns professores não ficaram muito satisfeitos com a recepção dada aos alunos. Achavam um “absurdo” eles terem sido ouvidos enquanto os professores, que desde março organizavam passeatas em busca de reajuste salarial, não tivessem tido o mesmo tratamento.

Conforme prometeram, as visitas das autoridades ocorreram ainda no mês de maio. Pude acompanhar a inspeção do subsecretário de educação. Ele chegou à escola ainda cedo e permaneceu por toda a manhã, acompanhado por uma assessora. Andaram por toda escola – quadras, refeitório, auditório, biblioteca, sala de vídeo –. Olharam as instalações elétricas, a precariedade da estrutura física das quadras e dos banheiros, registrando através de fotografias tiradas com o

celular os casos mais graves. O subsecretário perguntava aos alunos e aos professores se eles sabiam quanto a escola recebia de recursos da SEEDUC, o que era feito com os recursos recebidos, como era conduzida a aplicação desse dinheiro e quais os principais problemas da escola. Mas, ninguém soube responder às suas indagações. A visita do secretário Wilson Risolia foi realizada também na terceira semana de maio, no turno da tarde e sem aviso prévio. Ao longo da semana não se falou de outra coisa.

Na semana seguinte a essas visitas, cheguei à escola numa terça feira e o assunto era o afastamento do diretor geral Oséias. Ele já havia retirado os seus pertences da sala da direção e todos comentavam a publicação no Diário Oficial de 23 de maio (segunda feira) oficializando o seu “afastamento do cargo”. O fato de ter sido publicado afastamento do cargo no lugar da exoneração foi usado pelo ex-diretor Oséias para reforçar sua versão de que era vítima da perseguição por parte de um diretor adjunto da gestão anterior que fora devolvido à SEEDUC. Para Oséias, se houvesse realmente provas que reforçassem as acusações, ele seria exonerado de uma vez. Dizendo isso, o ex-diretor também alimentava a esperança de um possível retorno.

Em virtude desse acontecimento, os alunos organizaram uma segunda passeata, no dia 26 de maio, reivindicando a volta do diretor. Nos três dias entre a publicação no Diário Oficial e a passeata realizada pelos alunos, o ex-diretor encontrou-se secretamente com o presidente e o vice-presidente do grêmio para entregar-lhes um dossiê com toda documentação que, segundo Oséias, provava sua inocência em relação às acusações de que estava sendo vítima. O dossiê, posteriormente apresentando a SEEDUC, continha e-mails, cartas e comunicados expedidos pela direção da escola e endereçados à SEEDUC sinalizando o cumprimento das determinações feitas pelo órgão público e explicando os motivos quando essas não puderam ser cumpridas principalmente no que se referia às obras de reestruturação da escola, da quadra e da rede elétrica.

O principal argumento do subsecretário e do superintendente de gestão da rede para justificar o afastamento do diretor foram as críticas feitas pelos estudantes durante a primeira passeata, que desencadearam as visitas das autoridades da SEEDUC ao colégio. Segundo as autoridades, os próprios alunos provocaram o afastamento do diretor, pois “chamaram atenção” da SEEDUC para as reais condições da escola e a péssima gestão dos recursos. Outra linha de argumentação pautava-se no fato de o diretor não estar cumprindo a carga horária exigida de um diretor geral de uma escola com três turnos (um total de 40 horas semanais).

Os alunos ficaram desconsolados e não aceitaram as acusações. A todo o momento, enquanto mostravam os papéis, os alunos falavam que as autoridades não podiam colocar um diretor desconhecido na escola, porque esse novo diretor não conheceria a escola tão bem quanto o diretor Oséias, que havia estudado no Calixto, que fora professor e só depois diretor. Segundo os estudantes, o ex-diretor, mais do que ninguém, conhecia os alunos, a escola e os problemas da escola. Os estudantes afirmavam também que a escola havia melhorado muito na sua gestão. Não havia mais “pichações nem gente fumando nos banheiros”. Diziam que “a escola era outra” em comparação com a situação da gestão da antiga diretora Rosana. No entanto, apesar do dossiê e da conversa com os alunos, a decisão da SEEDUC estava tomada. Era irreversível.

Nessa manifestação os alunos também contaram com pouco apoio dos professores. Os docentes do Calixto Campus estavam divididos. Uma primeira divergência era decorrente do fato de que, no período de intervenção sofrido pela escola em 2008⁵, quando a antiga direção fora exonerada, Oséias assumira o cargo a pedido da SEEDUC, tornando-se depois o diretor geral. Oséias foi acusado de ter traído a antiga direção e, com isso, ganhou aliados e inimigos dentro da escola. O corpo docente se dividiu em dois grupos principais: um grupo de professores favorável à permanência da então diretora Rosana e, portanto contrário a Oséias, de um lado e, de outro, um grupo favorável à saída da ex-diretora e que demonstrava total apoio ao novo diretor. Mas, uma segunda fonte de discórdia estava relacionada com o momento de drama social aqui descrito. Enquanto o conflito e a crise estavam se desenrolando na escola, o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/ RJ) anunciou greve geral por reajuste salarial e contra a atual gestão da SEEDUC.

⁵ No mês de junho de 2008, com a saída de uma das diretoras adjuntas, Oséias foi convidado para ocupar o cargo vago. Em outubro do mesmo ano, poucos meses depois da aceitação do convite, a diretora foi exonerada do cargo, juntamente com todos os outros adjuntos, menos Oséias, sob acusação de desvio de verba da merenda escolar, da xérox que funcionava dentro do colégio e cobrava pelas cópias, e também das festa organizadas pela diretora em parceria com os alunos do grêmio. A comissão de intervenção permaneceu na escola por mais ou menos um mês e, durante esse período, Oséias permaneceu no cargo auxiliando a comissão como um intermediário entre a SEEDUC e a escola. Com o fim do período de intervenção, em meados de novembro veio o convite para que ele se tornasse diretor geral. Tendo aceitado o convite, Oséias nomeou dois diretores adjuntos e a SEEDUC nomeou um terceiro diretor adjunto para fazer parte da nova equipe de direção do colégio – o Gilson. Esse professor nomeado pela SEEDUC como diretor adjunto, se tornou um desafeto de Oséias, e tempos depois foi “devolvido” a Secretaria de Educação pelo então diretor, sob acusações de problemas com alunos e com a direção. Gilson foi realocado em cargos administrativos, tornando-se posteriormente superintendente da rede estadual. Segundo Oséias, foi Gilson quem causou seu “afastamento” do cargo de diretor, como uma espécie de vingança.

Boa parte dos professores do Calixto Campus era sindicalizada e aderiu à greve. E esse foi outro motivo causador de divisões no grupo dos docentes: uns professores eram a favor e outros eram contra a greve. No entanto, a divisão por questões internas se sobrepôs à divisão dos professores em relação à greve geral e, na passeata pela volta do diretor Oséias, realizada pelos alunos, o apoio dos professores foi ainda menor.

O período liminar

Descrevi até aqui as duas primeiras fases do drama. Em primeiro lugar, o rompimento de uma regra fundamental naquela escola, o adiamento de aulas e o afastamento do diretor. Em seguida, um período de liminaridade, no qual as regras foram suspensas e as fronteiras entre os papéis na escola não estavam bem definidos. Alunos, professores e diretores tiveram como que suspensos os seus papéis costumeiros.

Pude perceber, no momento de liminaridade, a aproximação dos movimentos sociais com a escola, principalmente dois movimentos estudantis: a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a Associação dos Estudantes Secundaristas do Estado do Rio de Janeiro (AERJ). O primeiro fez seu contato com o C.E. Calixto Campus por meio da Malu, estudante da escola no turno da noite e uma das líderes do movimento. O outro movimento era liderado por Cláudio, estudante de uma escola técnica na zona norte da cidade. Apesar das diferenças de opiniões e disputas entre esses movimentos sociais pelo domínio da escola, os dois enfatizavam a necessidade de separar a luta dos estudantes daquela empreendida pelos professores e não aceitavam a liderança do SEPE. O movimento dos alunos seguiu independente do movimento dos professores até certa altura. Cada grupo erigia o seu adversário e construía sua própria versão sobre a natureza dos fatos e sobre a conjuntura.

Minha própria posição dentro da escola ao longo do drama me fez perceber vários dos impasses existentes entre esses movimentos. Em um determinado momento minha permanência na escola foi ameaçada. O fato de ter participado de manifestações e passeatas, assim como também das reuniões do grêmio e dos professores para tentar compreender aquele drama, fez com que alguns professores passassem a me considerar *persona non grata*. Uma professora de sociologia chegou a me ameaçar, dizendo que falaria com a minha orientadora, sua ex-professora, sobre meu “mau comportamento” e que me delataria à direção,

impedindo minha presença na escola. A cada momento vários papéis sociais eram imputados a mim: relatora da SEEDUC, “x9” do grêmio estudantil, pertencente aos movimentos estudantis, etc.

Com o início da greve geral, à qual aderiram dezesseis professores do turno da manhã, e o afastamento do diretor geral a escola viveu um momento de liminaridade. Sem uma direção estabelecida e com boa parte dos professores em greve, os alunos, em sua maioria, também declararam greve, permanecendo assim durante todo o mês de junho e a primeira quinzena de julho sem frequentar a escola. Assim, o segundo bimestre passava em meio a muitas tensões dentro e fora da unidade escolar.

Durante esse período intersticial, era como se a escola estivesse sendo preparada para algo novo que estaria por vir. Diferentemente de outros casos em que os diretores foram afastados e uma comissão de intervenção tomou a direção da escola, assim como analisou Galeno (2009) e como havia acontecido em 2008, com a exoneração da diretora Rosana no próprio colégio Calixto Campus. Dessa vez entre a saída da antiga direção e a chegada da nova diretoria, houve um período no qual a escola ficou sem uma liderança, aguardando o que estava por vir. Tal como afirmou Victor Turner (1974), os atributos da liminaridade são ambíguos e indeterminados, uma vez que essa condição e essas pessoas escapam às classificações que determinam as posições no espaço cultural. Por isso, em muitos casos, a liminaridade é comparada à morte ou ao período em que nos encontramos no útero. Essa fase liminar de transição representava o interstício entre as condições sociais prévias e um período de incorporação a uma nova condição ou reagregação à antiga ordem.

A expressão simbólica da reconciliação: considerações finais

Durante o período liminar, a relação com a SEEDUC estava como que em suspenso. Com a chegada da nova diretora, os laços foram simbolicamente reatados e uma nova gestão estabelecida. Salomé, a nova diretora, havia dirigido uma escola noturna na zona norte da cidade e havia participado do curso de capacitação de gestores promovido pela SEEDUC como parte do “plano de metas”⁶. Um dos meus primeiros contatos com a nova diretora aconteceu por causa da pesquisa que eu realizava na escola. Ela não aceitou as regras que

⁶ O “plano de metas” era o apelido dado pelos professores e alunos às políticas propostas e implementadas pela SEEDUC a partir da posse do secretário Wilson Risolia, em janeiro de 2011. Por se tratar de uma cartilha com estratégias e metas definidas e pontuadas, a série de medidas proposta ganhou essa alcunha no ambiente escolar.

havia sido anteriormente estabelecidas para a minha permanência na escola e informou que eu deveria providenciar autorização da SEEDUC e só depois poderia retomar as atividades⁷.

Durante pouco mais de um mês tentei conseguir a autorização da SEEDUC e, quase no final do mês de agosto, finalmente obtive o documento necessário para retomar meu trabalho de campo. Quando retornei à escola percebi muita coisa diferente, desde o portão de entrada dos alunos, passando pela organização das salas, mobiliário, professores e até a rotina dos conselhos de classe.

A entrada de alunos, antes feita pelo portão principal, passou a ser realizada pelo portão lateral. Através da organização do espaço da escola foi marcada uma diferença entre alunos, de um lado, e de outro os professores, familiares e visitantes que deveriam entrar pelo portão principal. Algumas turmas mudaram de sala em função de uma melhor adequação do número de alunos ao espaço físico, assim como também mudanças foram feitas na disposição dos alunos durante a aplicação de provas, sinalizando uma racionalização dos espaços.

De início, os arquivos da escola foram reorganizados. Os documentos dos alunos antigos, que antes ficavam divididos em estantes em um corredor que levava a sala da direção e em um pequeno cômodo que ficava no final do pátio, foram retirados e todos foram organizados em uma única sala localizada no térreo próximo a secretaria da escola, facilitando o acesso e otimizando o tempo para encontrá-los. Os diários de classe que ficavam com os professores em suas casas ou em seus armários na sala dos professores, passaram a ficar na escola em pastas dentro de um enorme escaninho localizado na sala do SOP. Os professores deveriam lançar as notas e a frequência dos alunos nos diários durante o período em que estivessem no colégio. As informações dos alunos também eram lançadas no sistema informatizado – o “conexão”⁸ – e em um novo sistema, que continha todo o histórico escolar informatizado de cada aluno, produzido pela equipe da diretora Salomé.

Com relação ao conselho de classe foram acrescentados novos pontos na pauta da reunião, como organização das listagens de alunos identificando-os

⁷ Quando me apresentei ao antigo diretor professor Oséias ele apenas pediu uma carta de recomendação da minha orientadora e ele mesmo escreveu no canto direito da folha: “*A mestranda está autorizada a desenvolver a pesquisa solicitada em uma turma de 2º ano no 1º turno*”. Não houve necessidade de autorização da SEEDUC.

⁸ O Conexão Professor é um sistema de lançamento de notas da SEEDUC, no qual o professor tem uma data limite para enviar as notas obtidas pelos alunos em cada bimestre, assim como também o número de faltas, as notas da recuperação, os alunos reprovados, entre outras informações. Trata-se de um diário de classe informatizado.

como “assíduos”, “fantasmas”, “faltosos” e “sumidos”, com objetivo de otimizar as turmas. Além disso, durante a reunião bimensal os professores eram auxiliados por um novo sistema contendo fichas, histórico escolar e uma foto dos alunos.

Como somente o diretor Oséias havia sido afastado do cargo, os três diretores adjuntos tiveram seus cargos mantidos. Porém, com a chegada da nova direção, o diretor adjunto Silvio tirou licença médica para fazer uma cirurgia e, quando retornou, pediu para ser alocado em outra atividade dentro da escola, passando a trabalhar na biblioteca. Essa atitude, segundo o próprio diretor adjunto, era uma atitude de repúdio à saída do diretor Oséias. As outras duas diretoras adjuntas permaneceram no cargo e outra professora, indicada pela diretora Salomé, assumiu a vaga ocupada antes por Silvio.

A antiga direção, a do professor Oséias, mantinha uma relação conflitante com a SEEDUC, mas não estabelecia uma oposição claramente demarcada. Segundo o ex-diretor, os pedidos feitos por ele à secretaria não eram atendidos, devido a problemas pessoais com um ex-professor e diretor da escola que agora era o superintendente da secretaria e para o qual ele deveria encaminhar as solicitações e memorandos ou ofícios. Não se pode afirmar que havia uma resistência clara da direção do professor Oséias às ordens da secretaria, mas, sim, uma indiferença aos comandos da SEEDUC. O que por vezes proporcionava outra impressão era o fato de que o colégio era uma das unidades escolares que mais concentrava “sepistas”, isto é, professores sindicalizados. O SEPE se posicionava contrário à política do novo secretário e, por vezes, esse posicionamento foi responsável pela resistência dos professores da escola ao “plano de metas”, à aplicação do SAERJ⁹ e a outras medidas tomadas recentemente pela SEEDUC como forma de estar cada vez mais presente na escola.

Na vigência da nova direção havia uma total aceitação do “plano de metas” e das ações da SEEDUC, o que de fato não impedia o posicionamento e a ação dos professores “sepistas”. Todavia, estando a direção em conformidade com as normas da SEEDUC, as manifestações contrárias tendiam a ficar mais abafadas. A nova diretoria restabeleceu os laços da escola com a SEEDUC. Nesse sentido, nos primeiros meses houve uma intenção de retribuir, mostrando o apoio da SEEDUC à escola. As obras foram rapidamente iniciadas; a escola foi reorganizada em termos de secretaria escolar, arquivamento de documentos, otimização dos espaços, reorganização das salas de aula, das salas da secretaria

⁹ Sistema de Avaliação da Educação do Rio de Janeiro – avaliação anual aplicada em toda rede estadual com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes em português e matemática, promovendo assim um “diagnóstico” da educação no estado.

e apoio escolar, do refeitório; painéis contendo informações sobre as metas da SEEDUC, os resultados das avaliações diagnósticas (SAERJ) e a missão da escola foram espalhados pelo colégio.

A luta que se travou na escola e que se materializou no drama descrito deveu-se a esta duplicidade de perspectivas. Se de um lado a escola tradicionalmente foi regida por princípios carismáticos, no qual o diretor Oséias mantinha um relacionamento próximo aos alunos e aos funcionários, e normas informais como o “adiantamento de aulas” eram tornadas práticas escolares amplamente difundidas e consolidadas, mesmo que se colocassem contrárias a estruturação oficial dos horários, em que os julgamentos morais dos professores em relação aos alunos eram sacralizados e considerados o princípio fundamental de organização da cultura escolar, de outro, a nova gestão propunha uma organização mais burocrática, com certo distanciamento e marcação das hierarquias escolares, voltada para a melhoria do ensino, como determinava o “plano de metas” da SEEDUC e determinada a sacralizar a estruturação oficial proposta pela secretaria de educação.

Todavia, o código que prevaleceu foi o código baseado no carisma, nos julgamentos morais e na afetividade e a nova gestão não atingiu seu objetivo de impor uma organização baseada em um código mais burocrático-racional. Nos moldes como o drama se estabeleceu criou-se uma oposição entre duas “culturas de gestão” – carismática *versus* burocrática – impossibilitando uma terceira via em que traços de ambos os tipos estivessem mesclados. Assim, o drama não produziu uma ruptura ou cisão, mas o reforço das regras tradicionalmente vigentes. Os atores daquela escola continuaram com a escola de sempre, continuaram os mesmos.

“WE ARE STILL THE SAME”: A STUDY OF SOCIAL DRAMA IN A SCHOOL CARIOCA

ABSTRACT: *During the fieldwork, conducted in a state school in the south zone of Rio, we used the analytical perspective of Victor Turner, from the concept of social drama. An extraordinary event broke relations governed by the standard starting drama. In crisis triggered became clear the power lines that structured social relationships within the school and this with the State Department of Education of Rio de Janeiro. The director was away, the school went through a sort of interstitial between the old rule and what was to come. The rite has become collective. Occurring public expression and symbolic reconciliation between*

“AINDA SOMOS OS MESMOS”: UM ESTUDO SOBRE
DRAMA SOCIAL EM UMA ESCOLA CARIOCA

the parties to the conflict to reconstruction, at least temporarily, the social fabric frayed. At the end prevailed code based on charisma and moral judgments. With that, the drama did not produce a break, but consolidated the traditionally existing rules that school.

KEYWORDS: *Social Drama. High school. School.*

REFERÊNCIAS

GALENO, S. **Uma escola de luta:** os significados da educação em análise num estudo de drama social. 2009. 169f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MAGGIE, Y. **Guerra de Orixá:** um estudo de ritual e conflito. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

TURNER, V. **O Processo Ritual.** Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. **Schism and Continuity in an African Society:** a study of Ndembu Village Life. Oxford; Washington, DC: Berg, 1957.

O HABITUS DO CORPO: FUTEBOL E NEGRITUDE NO BRASIL

Carlos Eduardo PAIVA*

RESUMO: Este artigo analisa a relação entre a visão do corpo negro e o futebol no Brasil. Utilizando-se do conceito de *habitus* do sociólogo Pierre Bourdieu, demonstramos como a construção social do corpo negro na prática esportiva revela uma face do racismo brasileiro. Além disso, busca-se uma análise do processo de profissionalização dessa prática esportiva em consonância à urbanização e industrialização da sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVES: Corpo. Negritude. Futebol. *Habitus*.

Introdução

A especificidade do corpo como dispositivo da ação social possui uma relativa tradição nas Ciências Sociais, segundo Breton (2007) diversos sociólogos apontaram o corpo como elemento privilegiado para entender as práticas sociais. Marx já se referia ao corpo em sua obra *O Capital*, se bem que nesse caso a análise da corporeidade se apresentava pela denúncia da miséria e da exploração que perpassava os corpos da classe trabalhadora inglesa durante a revolução industrial. Por outra perspectiva, encontra-se em Durkheim uma dura crítica às teorias que enfatizavam a perspectiva corporal, principalmente por encerrar o modelo biológico como explicação do social. Tal esforço de precaução resultará em um aprisionamento da corporeidade no domínio do orgânico. No entanto, foi justamente seu sobrinho, Marcel Mauss (2003), quem demonstrou a importância do corpo como veículo de práticas culturais. Em seu importante

* Doutorando em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – du-paiva@hotmail.com.

ensaio, *Sobre as técnicas corporais*, Mauss (2003) emprega o termo *habitus* para compreender a interiorização das diferentes culturas nas técnicas corporais. Nas palavras do autor:

Assim, durante muitos anos tive a noção da natureza social do “habitus”. Observem que digo em bom latim, compreendido na França, “habitus”. A palavra exprime, infinitamente melhor que “hábito”, a “exis” (hexis), o adquirido e a “faculdade” de Aristóteles (que era um psicólogo). Ele não designa hábitos metafísicos, a “memória” misteriosa, tema de volumosas ou curtas e famosas teses. Esses “hábitos” variam não simplesmente com os indivíduos em suas imitações, variam, sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios. É preciso ver as técnicas e a obra da razão prática coletiva e individual, lá onde geralmente se vê apenas a alma e suas faculdades de repetição. (MAUSS, 2003, p.404).

Nota-se que no pensamento de Mauss a relação indivíduo-sociedade se apresenta pelo dispositivo corporal. Aqui, o conceito de *habitus* se refere à incorporação pelos agentes de experiências coletivas, interconectando o social ao individual pela prática corpórea.

Seguindo essa perspectiva um importante pensador que buscou entender a relação social que perpassa os corpos foi Pierre Bourdieu (1983a). Dando continuidade à tradição do pensamento social que se preocupou com as especificidades do corpo na esfera social, o sociólogo desenvolveu o seu próprio conceito de *habitus*. Vale lembrar que o conceito de *habitus* em Bourdieu não se refere apenas ao corpo, o conceito nos permite sua aplicação no campo das práticas sociais que não se reduzem àquelas em que o corpo se apresenta como mais evidente. O *habitus* se inscreve também nos gostos, nas visões de mundo e formas de sociabilidade. É uma matriz de percepção e de ação e diz respeito àquilo que o indivíduo adquire socialmente, ou seja:

Um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isso é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente regulamentadas e reguladas sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas

sem serem o produto da ação organizadora de um maestro. (BOURDIEU, 1983a, p.60).

Assim, *habitus* se apresenta como um dispositivo de socialização, mas também de individualização. Socialização porque é compartilhado pelo grupo, individualização porque cada agente possui sua própria trajetória.

Sendo “estrutura estruturante”, o *habitus* é também “estrutura estruturada”, não se refere apenas às construções sociais dos corpos, mas à maneira como os indivíduos se vêem e se classificam, nesse sentido é que o *habitus* se estrutura nos gostos de grupo sociais e em seus julgamentos valorativos:

O *habitus* é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o mundo social representado, ou seja, espaço dos estilos de vida. (BOURDIEU, 2008, p.162).

Ao formar os gostos e se inscreverem nas práticas sociais os *habitus* diferenciados de determinados grupos se concretizam em práticas que reproduzem distinções de gostos e estilos de vida. Tais distinções acabam por se naturalizar formando crenças generalizadas sobre grupos sociais, que podem servir à reprodução de julgamentos e classificação. Tais formações de *habitus*, ao servirem como formas de classificação do outro, engendram também julgamentos classificatórios que constitui o que o sociólogo denomina como o mundo social representado, mas também incorporado pelos agentes

Por essa perspectiva buscaremos demonstrar como no Brasil se formou determinado *habitus* que de certa maneira reproduz práticas racistas no país. Estruturas estruturantes e estruturadas que servem como mecanismos de classificação e dispositivos de distinção social.

Negritude e corpo, a formação do *habitus*

Prevalecem no Brasil algumas crenças sobre os corpos afro-brasileiros que usualmente são incorporados pelos agentes do grupo. É comum ouvirmos afirmações que reproduzam ideias a respeito da negritude como um símbolo étnico

de determinadas prática vinculadas ao corpo, tais como a dança, o jogo de futebol ou a execução de instrumentos musicais percussivos. Essa visão tem sua eficácia produzida e reproduzida pela grande mídia, nas novelas, no noticiário esportivo e em épocas comemorativas como o carnaval.

A prática social inscrita sobre os corpos possui sua função reprodutora do racismo no Brasil, principalmente por essencializar o negro como portador de um corpo mais propenso à ginga, ao futebol e a dança, o mito sobre o corpo do negro é reproduzido como fenômeno social cotidianamente nas falas dos agentes sociais e nas grandes mídias. Assim, essa crença interiorizada acaba por servir como propulsora de uma diferenciação entre os agentes desse grupo, criando uma distinção inscrita e reproduzida sobre os corpos. O conceito de *habitus* pode nos auxiliar a entender a construção social em torno do corpo negro que tem suas raízes históricas na escravidão moderna.

É sabido que desde o período colonial brasileiro o corpo negro simbolizou tanto desejo quanto perigo, estando vinculado ora à repugnância ora ao desejo carnal dos senhores de escravos. A obra de Gilberto Freyre (1995) se apresenta como um importante marco na interpretação dos desejos reprimidos da sociedade escravocrata. Em um de seus livros mais famosos, *Casa Grande & Senzala*, o autor demonstra as particularidades sadomasoquista da sociedade brasileira, revelando as práticas sexuais inconfessáveis dos senhores com suas mucamas, apresenta também a tortura sobre os corpos escravizados. É interessante notar que mesmo denunciando as práticas da escravidão no Brasil, a obra de Gilberto Freyre auxiliou na construção do mito da democracia racial, bem como na visão sexualizada sobre o corpo negro na sociedade brasileira. Assim, a sexualidade do corpo negro se apresenta como uma de nossas heranças coloniais; trata-se de uma classificação dos indivíduos negros como mais propensos às práticas carnis. Como já demonstrou Franz Fanon (2008), tal visão aproxima o negro de uma natureza selvagem e incontida, reproduzindo o discurso biologizante e o racismo como forma de classificação.

No entanto, o corpo negro não foi só visto como desejo, em muitos casos representou também o perigo das revoltas e das rebeliões em que o corpo tornava-se o único instrumento de luta. Sabe-se que até a primeira República, a capoeira foi proibida por se tratar de uma técnica corporal marcial praticada por negros escravizados e ex-escravizados na luta contra a perseguição policial. Percebendo seu perigo como prática difundida entre descendentes de negros marginalizados Getúlio Vargas legalizou, instituiu e folclorizou a capoeira como esporte nacional. O ato revela uma política pública de controle sobre os corpos,

ao transformar uma prática de combate em folclore, o então presidente tirava dela seu caráter subversivo de confrontação à ordem.

O processo de folclorização denota uma tentativa de deshistoricizar a prática da capoeira, transformando-a em prática pedagógica e ginástica nacional. Segundo Letícia Reis (2000) a construção da imagem do Brasil como um país “moderno” e “civilizado” no início do século passado supunha a eliminação dos traços de nossas heranças africanas. Nesse contexto é que começa a surgir um empreendimento de transformar a capoeira em “jogo nacional” representante de nossa mestiçagem. Tal visão, que supunha uma relação pacífica e harmoniosa entre as “três raças” formadoras do Brasil, ganha força na década de 1930 com a instituição do Estado Novo.

A prática da capoeira está inscrita também na ginga e no andar de figuras vinculadas à negritude, tais como a do malandro. É sabido que os grandes malandros cariocas da Primeira República eram excelentes capoeiristas, e usavam dessa técnica para o enfrentamento com a polícia, como é o caso do famigerado *Madame Satã*, figura excepcional da malandragem carioca, negro, malandro e homossexual, costumava afrontar a polícia empregando a prática da capoeira.

Maria Ângela Salvadori (1990), em seu estudo sobre malandros e capoeiras, demonstra uma tradição comum de resistência presente na capoeira e na malandragem. Segundo a autora, as duas práticas se cruzam demonstrando uma ancestralidade comum na luta pela liberdade desde o tempo da escravidão, revelando práticas sociais que desvendam a busca por uma autonomia de vida das classes populares até o fim da Primeira República. Destarte, o uso do corpo, tanto no jogo da capoeira quanto no andar do malandro, representa uma forma de apropriação do espaço público.

Para além de uma estratégia de defesa, a capoeira se refere a uma cosmovisão afro-brasileira distinta da visão de mundo ocidental. Na capoeira o corpo torna-se arma no combate ao oponente e instrumento de ocupação dos espaços sociais. Uma postura diferente da concepção asséptica do corpo construída pela lógica burguesa, assim, a prática da capoeira instituía uma forma de resistência aos processos de disciplina dos corpos.

A transformação da capoeira em “esporte nacional” durante o Estado Novo esteve atrelada à política trabalhista do governo Vargas. Como se sabe a ideologia trabalhista buscava disciplinar a classe operária, o esforço ideológico do Estado na transformação do malandro em trabalhador pode ser observado em diversos sambas do período em que se destaca o abandono da vida malandra e a

adesão ao mundo do trabalho. Nesta perspectiva a capoeira também deveria ser disciplinada, transformada em ginástica e desvinculada do combate.

O processo de disciplinarização da capoeira não deve ser observado apenas como cooptação do Estado, é importante destacar a esfera da negociação por parte dos agentes. Assim, se por parte do Estado houve uma tentativa de disciplinar a prática, do lado dos agentes houve um esforço de reconhecimento. Trata-se de uma tática de ocupação dos espaços, muito comum nas práticas culturais e religiosas negras no Brasil. Uso aqui o termo tática tal como definido por Michael de Certeau, que enuncia a tática como o ato de transformar os acontecimentos em ocasiões, o movimento dentro do campo do inimigo (CERTEAU, 1998).

É notório que a ginga tão aclamada nos corpos dos negros é derivada da capoeira, a própria palavra ginga foi subtraída dessa luta. O andar gingado reproduz as técnicas de confronto do lutador, que dentro da roda de capoeira não pode parar, precisa continuar gingando para confundir seu oponente e preparar-se para o ataque. A ginga como prática corporal reflete a tática de ocupação dos espaços pelos afro-brasileiros. Assim, a instabilidade gingada pode ser reconhecida como uma matriz de ação incorporada como *habitus* do corpo negro, entretanto, reflete também a inconstância e contingência que estaria presente no próprio modo de vida das classes populares.

Negritude e futebol, o *habitus* incorporado

A ginga, difundida como técnica corporal está presente também nas visões sobre o corpo negro no futebol, é recorrente associar o estilo futebolístico brasileiro a certo gingado ou negaceio típico do negro e do mulato. Mais uma vez encontramos em Gilberto Freyre (2003) essa aproximação do negro ao futebol:

O desenvolvimento do futebol, não num esporte igual aos outros, mas numa verdadeira instituição brasileira, tornou possível a sublimação de vários daqueles elementos irracionais de nossa formação social e de cultura. A capoeiragem e o samba, por exemplo, estão presentes de tal forma no estilo brasileiro de jogar futebol que de um jogador um tanto álgido como Domingos, admirável em seu modo de jogar, mas quase sem floreios – os floreios barrocos tão do gosto brasileiro (...) Com esses resíduos é que o futebol brasileiro afastou-se do bem ordenado britânico para tornar-se a dança cheia de surpresas irracionais e variações dionísicas que é a dança dançada baianamente por um Leônidas;

e por um Domingos, com uma impassibilidade que talvez acuse sugestões ou influências ameríndias sobre sua personalidade ou sua formação. Mas de qualquer modo, dança. (FREYRE, 2003, p.25).

Observa-se nas palavras de Freyre uma aproximação da prática futebolística à dança, mais especificamente ao samba, ou seja, o próprio estilo futebolístico está associado ao *habitus* difundido pelas populações negras e incorporado por parte da população das classes populares brasileiras. Mesmo sem essencializar o corpo, Freyre não deixa de assinalar a cultura híbrida brasileira como irracional, uma irracionalidade sublimada, segundo o sociólogo, pela institucionalização do futebol, que no Brasil teria se transformado em dança e numa instituição sublimadora de nossas irracionalidades.

Na passagem notamos os limites na interpretação freyriana ao apontar para uma suposta irracionalidade da cultura negra. O autor parece se basear em uma interpretação positivista e evolucionista em que o negro e o ameríndio surgem como elementos primitivos e irracionais em oposição à ordem racional eurocêntrica. O discurso de Freyre não deixa de se inserir em uma retórica burguesa do “saber-poder” que por meio de enunciados classificatórios hierarquiza as práticas corporais como irracionais ou anormais no caso dos negros e ameríndios, e bem comportadas e assépticas na descrição do uso dos corpos pelos britânicos.

Os estudos que privilegiam o esporte como fenômeno para a compreensão das mudanças sociais destacam o vínculo entre a sua institucionalização e o advento da civilização. O conceito de civilização, tal como elaborado por Norbert Elias (1990), aponta para um autocontrole emocional e gestual durante o processo civilizatório, que por sua vez esteve associado ao processo de centralização da violência legitimada pelo Estado. É nesse contexto que a prática esportiva aparece como sublimadora da violência, afinal o esporte coletivo se constitui como um duelo controlado, a institucionalização das regras esportivas surge como um instrumento de controle cada vez maior dos aspectos violentos dos combates. Nas palavras de Elias:

Ao comparar as atividades de lazer contemporâneas com as dos primeiros estágios, pode notar-se que apenas sobreviveram aquelas que conseguiram adaptar-se a repugnância normalmente muito forte dos seres humanos em relação à possibilidade de infligirem ferimentos físicos a outros. (ELIAS, 1992, p.70).

De acordo com o sociólogo a prática esportiva, e com ela os aspectos controladores subjetivos e corporais adentram no processo civilizador do Estado moderno. Dessa forma, podemos compreender os aspectos racionalizador destacado por Gilberto Freyre de maneira menos etnocêntrica, como um processo de controle social interno e externo na busca de uma minimização da violência nas relações sociais.

A interpretação sugerida por Freyre nos revela outro aspecto importante da história do futebol. O sociólogo assinala um estilo bem ordenado do jogo inglês, que no Brasil teria se “adocicado” – para usarmos os termos do próprio autor – ou se tornado dionísíaco e dançante. As mudanças nas técnicas corporais e esportivas parece ser um fenômeno recorrente, vinculadas diretamente aos *habitus* e estilo de vida das classes sociais e das diferentes configurações culturais. Marcel Mauss (2003) já demonstrava a multiplicidade de técnicas corporais na prática de determinados esportes entre as diferentes nações europeias. Assim, a história do futebol no Brasil nos permite observar uma transformação nesse esporte vinculado à história da industrialização do país e às formas de sociabilidade das camadas populares. A observação da transformação da técnica corporal sob este ângulo permite-nos afastarmos de uma leitura etnocêntrica e evolucionista.

O futebol, surgido na Inglaterra, veio para o Brasil por intermédio de Charles Miller, para ser difundido entre os ingleses que moravam em São Paulo. O esporte, que em princípio era praticado por imigrantes e membros de clubes paulistanos, logo se difundiu entre as classes populares, principalmente pela presença destas nas arquibancadas dos campeonatos interclubes. A propagação do esporte se deu em consonância à industrialização, as fábricas que não encontravam jogadores suficientes nos postos da alta hierarquia, viam-se obrigadas a convocar os trabalhadores da camada proletária para as partidas futebolísticas.

A entrada de membros das classes trabalhadoras no esporte acabou forçando uma profissionalização, já que os primeiros jogadores das classes proletárias acabavam tomando a prática esportiva como um trabalho. Foi nesse momento que entraram em combate pela legitimação da prática esportiva jogadores das classes dominantes amadores e jogadores proletariados em vias de profissionalização. Assim, em princípio a característica amadora do futebol marcava uma distinção de classes. Como descreve Anatol Rosenfeld (2007, p.80):

De forma semelhante aos torneios da Idade Média, de que só podiam participar cavaleiros cuja origem nobre pudesse ser aprovada por quatro gerações, os primeiros jogadores do Paulistano eram predominantemente “paulistas de

quatrocentos anos” E como na Idade Média a donzela confiava ao eleito um signo Mirne, assim agora, depois do encontro marcado as escondidas durante a missa, o jovem craque entravam no campo adornado com o gorrinho tricotado pela namorada, quando não seu lençinho colorido de seda na cinta ou no braço.

A descrição de Rosenfeld demonstra bem as características quase que medievalescas do esporte que se tornaria nacional. A prática do futebol pela elite paulistano se encontrava ainda em um momento anterior à sua massificação.

Em seu ensaio a respeito das práticas esportivas Bourdieu aponta para a gratuidade do exercício físico dentro das instituições escolares voltadas para a aristocracia, em que se forma um *ethos* específico dessa classe. Nesse caso, prevalece certo desinteresse diletante e um ascetismo que busca converter-se inclusive na formação de líderes:

A constituição de um campo das práticas esportivas se acompanha da elaboração de uma filosofia política do esporte. Dimensão de uma filosofia aristocrática, a teoria do amadorismo faz do esporte uma prática tão desinteressada quanto a atividade artística, porém mais conveniente do que a arte para a afirmação das virtudes viris dos futuros líderes: o esporte é concebido como uma escola de coragem e de virilidade, capaz de “formar o caráter” e inculcar a vontade de vencer (“*will to win*”), que é a marca dos verdadeiros chefes, mas uma vontade de vencer que se conforma às regras é o *fair play*, disposição cavalheiresca inteiramente oposta à busca vulgar da vitória a qualquer preço. (BOURDIEU, 1983b, p.40).

Nesse diletantismo da prática desinteressada o esporte aparece como um valor em si mesmo, o *esporte pelo esporte* revela a distinção de classes, já que se opõe diametralmente à prática futebolística entre os jogadores das classes subalternas, que não tendo outras oportunidades de ascender socialmente, se agarravam ao jogo como uma das poucas chances de ascensão social. Aqui, mais uma vez a descrição de Rosenfeld (2007, p.85) pode auxiliar em nossa interpretação:

Apenas poucas décadas antes havia sido abolido o sistema de escravidão. Ainda aderia uma mancha a qualquer trabalho manual. Dar pontapés numa bola era um ato de emancipação. De repente o próprio jogo tornou-se para eles um trabalho, e pode igualmente relacionar-se com a emancipação dos

escravos – num país que nunca teve equilíbrio de uma ética puritana do trabalho – o fato de que, por outro lado, muitas vezes também o trabalho foi realizado com se fosse um jogo.

Rosenfeld acentua a distinção e o significado do jogo para as classes populares no Brasil, enquanto para os estratos dominantes imperava um amadorismo desinteressado e distintivo de uma prática que se dava apenas pelo prazer e pelo status, para a classe operária, e para os negros de maneira geral, o futebol surgia como profissão. É certo que Rosenfeld exagera ao vincular o futebol à emancipação do negro no Brasil, mas não deixa de ter razão ao aproximar o jogo ao trabalho, principalmente em uma sociedade pós-escravista em que o trabalho se apresentava como um martírio.

Aqui a posição de classe se entrelaça à questão racial, a distinção entre os jogadores amadores e aqueles em vias de profissionalização não se refere apenas a uma questão de classes, ela enuncia também uma distinção étnico-racial. Jogadores negros, de maneira geral, dificilmente se inseriam nas escolas amadoras voltadas para elite branca do país. O processo de profissionalização do futebol traz a tona também o fenômeno da aceitação do negro no campo, que se utilizará de maneira tática de seu “capital corporal” na busca de inserção social por meio do esporte.

Assim, para os diferentes grupos sociais a prática futebolística acaba se constituindo como uma forma de capital corporal em um processo de profissionalização e racionalização do esporte. A ideia de capital corporal nos remete ao pensamento de Bourdieu na compreensão da lógica dos campos, para além da lógica econômica, o capital corporal tem a propriedade e possibilidade de se transformar em outros tipos de capitais, como social, econômico ou simbólico.

A análise das lutas simbólicas necessárias para a consolidação e profissionalização do futebol no Brasil pode ser mais bem evidenciada ao pensarmos a lógica dos campos que estabelece uma intrínseca relação entre *habitus*, capitais específicos e campos sociais. Se em princípio o amadorismo futebolístico aparecia como fundamento legitimador dessa prática esportiva dentro das escolas das elites, a massificação e conseqüente popularização do esporte trazem uma legitimidade corporal racionalizada por meio do treinamento específico do campo esportivo, o que forma e valoriza o capital corporal dos atletas.

O campo das práticas esportivas é o lugar de lutas que, entre outras coisas, disputam o monopólio de imposição da definição legítima da prática espor-

tiva e da função legítima da atividade esportiva, amadorismo contra profissionalismo, esporte-prática contra esporte-espetáculo, esporte distintivo – de elite – e esporte popular – de massa – etc.; e este campo está ele também inserido no campo das lutas pela definição do corpo legítimo e do uso legítimo do corpo, lutas que além de oporem entre si, treinadores, dirigentes, professores de ginástica e outros comerciantes de bens e serviços esportivos, opõem também os moralistas e particularmente o clero, os médicos e particularmente os higienistas, os educadores no sentido mais amplo – conselheiros conjugais, dietistas, etc. –, os árbitros da elegância e do gosto – costureiros, etc. (BOURDIEU, 1983b, p.143).

Partindo desta perspectiva podemos tentar interpretar a posição estrutural do negro no processo de profissionalização do futebol no Brasil. Como observamos a massificação do esporte exigia um profissionalismo cada vez maior, o que contrastava com o ideal amadorístico das camadas brancas e dominantes dos primeiros times do início do século XX. Tal processo abriu uma brecha para que jogadores das classes trabalhadoras brasileira entrassem no campo futebolístico investindo profissionalmente em seu capital físico. Isso não significa que a profissionalização do futebol tenha ocorrido de maneira harmônica, representou um espaço de combate simbólico impregnado de práticas distintivas e racistas. Sabe-se que muitos times possuíam uma postura extremamente aristocrática, o time carioca do Fluminense, por exemplo, quando abriu suas portas para jogadores negros coagia esses a usarem pó de arroz para que assim parecessem “mais brancos”, aí o apelido de “pó de arroz” que prevalece ainda hoje não só nesse time, mas também no time paulistano São Paulo Futebol Clube. A metáfora “pó-de arroz” é um epíteto revelador de práticas racistas reproduzido de maneira quase que inconsciente pelas torcidas organizadas.

Nesse momento se instaura a tática de inserção social do negro no futebol, o uso de seu capital corporal foi fundamental para o sucesso e expansão da negritude dentro do campo (digo aqui campo nos dois sentidos: no conceito formulado por Bourdieu e do campo de futebol). O *habitus* incorporado foi capitalizado como tática de inserção social e difusão do futebol como prática esportiva de grande mobilização popular no Brasil.

Mesmo se constituindo como uma construção social e mitificadora sobre os corpos negros, a relação entre a negritude e o futebol, assim como na dança e na música, traz a tona questões fundamentais a respeito da formação social do Brasil. O ensaísta e crítico literário José Miguel Wisnik (2008) busca interpretar

o vínculo entre esporte e raça no país partindo da suposição de uma cultura recalçada, assim:

O mulato não é o tal do futebol brasileiro, nesse caso, apenas por uma questão ontologicamente racial, mas porque é através dele que os elos recalçados da cultura e da sociedade falam. Esse nem rejeitado nem admitido, que guarda o segredo inconfessável do todo (séculos de escravidão e miscigenação), é o intérprete privilegiado da sociabilidade ambivalente, do interstício, do intervalo, da margem em que o sentido se põe e se suspende, ou, em suma, o agente metacultural por excelência da prontidão e da bossa. O mediador da cultura: não o representante de uma suposta naturalização da cultura, mas o relativizador da fixidez das raças e das culturas. (WISNIK, 2008, p.231).

Deslocando a questão biológica para uma interpretação cultural (como já fizera Gilberto Freyre), Wisnik busca uma solução para a ambivalência da questão do corpo negro no esporte pela interpretação da formação social brasileira. Não se trata de uma versão culturalista renovada, mas de uma interpretação da condição do negro e do mulato como portadores de uma experiência social que, guardada as devidas proporções, carregam a experiência histórica e as formas ambíguas de sociabilidade trazidas pela escravidão. Como já nos referimos, o *habitus* formador de uma corporalidade está intimamente vinculado às formas de sociabilidade das classes e etnias.

Aqui a prontidão e a ginga futebolística surgem como uma espécie de figuração de matrizes de nossa formação social, tais como a malandragem e a cordialidade, formas de sociabilidade singulares e ambivalentes advindas da escravidão e da colonização, e que servem ainda hoje como interpretação da formação social brasileira.

Assim, o *habitus* se revela como formação histórica, trazendo uma análise do corpo transcendente ao natural. A busca de uma interpretação social do corpo revela uma chave interpretativa desmistificadora das formas de classificação raciais engendradas no próprio processo de formação social. O *habitus* do corpo interpretado pela formação histórica ajuda a desvendar a singularidade da formação social brasileira incorporada em nossas práticas sociais e corporais. A interpretação da prática corporal como um dispositivo de ação transcende a perspectiva essencialista do corpo negro demonstrando assim suas especificidades históricas.

Neste artigo, procuramos evidenciar como os corpos adquirem determinados *habitus* incorporados historicamente e dentro do campo específico. Assim, o conceito de *habitus* aparece como mediador da relação indivíduo e sociedade, permitindo observar as práticas corporais construídas historicamente em formas de sociabilidades, lazer ou mesmo combate, em que o corpo torna-se instrumento central. Sob essa perspectiva, entender o corpo construído socialmente pode ser uma chave importante para o combate de algumas visões essencialistas, passo fundamental para o combate ao racismo no país.

THE BODY HABITUS : FOOTBALL AND “BLACKNERS” IN BRAZIL

ABSTRACT: *This article analyzes the relationship between the perspective over the black body and football in Brazil. Using Pierre Bourdieu's concept of habitus, we demonstrate how black body's social construction in sports reveals a face of Brazilian racism. In addition, we seek to analyze the professionalization process of sport practice in consonance with urbanization and industrialization in Brazilian society.*

KEYWORDS: *Body. Blackness. Football. Habitus.*

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **A Distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. Esboço de uma teoria prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu:** sociologia. Rio de Janeiro: Ática, 1983a. p.46-81.
- _____. Como é possível ser esportivo. In: _____. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b. p.136-156.
- BRETON, D. L. **A Sociologia do Corpo.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ELIAS, N. **A Busca da Excitação.** Lisboa: DIFEL, 1992.
- _____. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FANON, F. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREYRE, G. Prefácio. In: FILHO, M. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p.24-27.

_____. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 30.ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

SALVADORI, M. Â. B. **Capoeiras e Malandros**: pedaços de uma sonora tradição popular. 1990. 350f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

REIS, L. V. de S. **O mundo de pernas para o ar**: a capoeira no Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

ROSENFELD, A. **Negro, Macumba e Futebol**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

WISNIK, J. M. **Veneno Remédio**: o futebol e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VELHOS DILEMAS, NOVOS DESAFIOS: NOVAS FORMAS DE TRABALHO, TERCEIRIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SINDICAL NO MEIO RURAL PAULISTA

Gabriel da Silva TEIXEIRA*
Rosemeire SALATA**

RESUMO: O intenso processo de mecanização da colheita de cana de açúcar na última década compõe um cenário bastante diverso daquele verificado em décadas anteriores no tocante à organização do trabalho e aos padrões de inserção da mão de obra empregada no setor sucroalcooleiro. A nova dinâmica produtiva deste setor, constantemente reestruturada a partir da entrada de novos grupos investidores, é acompanhada por reflexos importantes para os trabalhadores que compõem a área rural das usinas e suas entidades representativas. O presente artigo visa problematizar as novas formas de inserção dos trabalhadores no processo produtivo, dando especial atenção ao processo de terceirização das atividades de corte, carregamento e transporte da cana de açúcar pelas empresas sucroalcooleiras e às perspectivas sindicais de ação e representação neste contexto. O universo empírico da análise tem por base a região de Ribeirão Preto/SP, polo nacional de produção de açúcar e álcool.

PALAVRAS-CHAVE: Setor sucroalcooleiro. Mecanização da colheita. Mercado de trabalho. Organização do trabalho. Sindicalismo.

* Doutorando em Ciências Sociais. UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campinas – SP – Brasil. 13083-896. Membro da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA-SP) – dasilva.gp@gmail.com.

** Doutoranda em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – rosemeire.salata@gmail.com.

Introdução

Na última década assistimos a uma nova expansão do agronegócio sucroalcooleiro no Brasil. Um complexo de fatores tem influenciado esta retomada recente e, no que se refere à questão social do trabalho – tema central deste artigo – engendrado novas dinâmicas que dão continuidade e aprofundam os efeitos da modernização das unidades produtivas, assentada principalmente na mecanização intensa que passou a predominar nos canaviais paulistas.

O dinamismo que hoje caracteriza esta produção atrai novos grupos investidores para os negócios sucroalcooleiros. Mudanças na estrutura de capital das empresas – a partir da entrada da indústria de capital de risco, de uma série de grupos de investimento e da emissão de títulos para comercialização no mercado de capitais – estão na base das “novas” reestruturações socioeconômicas do capitalismo contemporâneo, impactando também as configurações que assume o mercado do etanol brasileiro, conforme demonstra Mundo Neto (2009). Através da inversão de capitais de grandes grupos financeiros, nos últimos anos, o controle sobre parte significativa da produção do álcool brasileiro tem se transferido para grupos transnacionais.

A reorganização da economia brasileira na última década parece ter recolocado no centro da política agrícola o chamado “agronegócio”, num processo de reprimarização de nossa economia, assentada na geração de saldos de comércio exterior. O Estado volta a ocupar papel central neste contexto, sustentando esta rearticulação das cadeias agroindustriais (DELGADO, 2005, 2010).

É neste contexto que ganha destaque o setor sucroalcooleiro, especialmente durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010). No âmbito da política agrícola interna, conforme sinaliza Boito Jr. (2007), o período é marcado por uma política agressiva de exportação, onde se passa a implantar as medidas cambiais e creditícias necessárias à sua manutenção. Tendo o “etanol” como um dos carros-chefe das exportações brasileiras, os investimentos estatais neste setor têm possibilitado a utilização dos recursos disponíveis para a modernização do parque produtivo e para a compra de maquinários agrícolas. As linhas de crédito atualmente disponibilizadas são oriundas do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – e captada em várias fontes, sendo a principal delas o FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador (ALVES, 2009).

Diante desta nova expansão, discutimos alguns aspectos deste novo cenário do setor sucroalcooleiro nacional, fortemente lastreado na diminuição de custos e subordinado a padrões internacionais de concorrência. Tal cenário é marcado

por novas singularidades, discutidas a seguir, com reflexos importantes tanto para a forma como se organiza o trabalho, quanto para as entidades de representação dos trabalhadores que compõem a atividade rural das empresas sucroalcooleiras.

Internacionalização do setor sucroalcooleiro e terceirização: alguns apontamentos

Se para “sobreviver” aos anos de 1990, principalmente por conta da desregulamentação estatal, o setor sucroalcooleiro adotou novas formas de organizar e gerir o processo produtivo¹, traduzidas pela lógica da “produção enxuta”, o cenário atual aponta para outras estratégias de gestão administrativa, financeira e dos setores de recursos humanos das empresas sucroalcooleiras.

Assim, em consonância com o processo iniciado na década de 1990, no qual se generalizaram experiências de reestruturações produtivas, o período atual dá continuidade à assimilação de formas mais complexas de gestão produtiva por parte das empresas. Motivados, sobretudo, pelas boas perspectivas do “etanol” no mercado mundial, novos atores, como fundos de investimentos, empresas atuantes em outros ramos econômicos e grupos de capitais de risco, passam a desenvolver e ampliar o parque produtivo sucroalcooleiro.

As principais corporações que passam a predominar no setor, principalmente através das estratégias de fusões e aquisições são a Louis Dreyfus Commodities, COSAN, BUNGE e a francesa TEREOS. Uma ampla gama de petroleiras e outros investidores que, diferenciando-se parcialmente da estratégia de fusão e aquisição, passam a investir no setor através da participação acionária ou através da constituição de grupos privados de investimento, são a British Petroleum, SHEEL, ADM, CARGIL, ADECOAGRO, a ETHBioenergia (subsidiária do grupo ODEBRECHT) e a INFINITY BIOENERGY.

A presença destes novos investidores traz consigo novas estratégias e os investimentos são efetuados de forma a auferir os melhores ganhos diferenciais aos seus portadores. O processo de compra de ações da usina Vale do Rosário (Grupo Junqueira Franco) por parte da família Biagi em 2007, por exemplo,

¹ Parte significativa da literatura trata das consequências da adoção de formas de gestão do processo produtivo e da força de trabalho no contexto da abertura dos anos 90. A “qualidade total”, mote das empresas da qual nos fala Scopinho (2000), se traduzia em intensificação do ritmo e da jornada de trabalho para os trabalhadores, em perdas salariais (DIEESE, 2007), em aumento dos ritmos de acidentes e mortes por excesso de trabalho (NOVAES, 2007) e em perda do poder de barganha dos trabalhadores, principalmente pelo contingente demitido com a adoção de tecnologias para a colheita mecânica.

movimentou mais de R\$ 1,5 bilhão e contou com a participação de investidores como o BNDESPar, Goldman Sachs e Bradesco Investimentos. São comuns os casos em que intermediários financeiros aplicam e desaplicam seus investimentos em momentos mais “favoráveis”. Cabe também ressaltar a participação do Estado brasileiro – principalmente a partir do BNDES e BNDESPar – como investidor direto em unidades do setor sucroalcooleiro nacional.

Neste cenário nota-se, inclusive, a compra de unidades agroindustriais seguidas de sua desativação, expressão das novas estratégias de estruturação e “governabilidade” das empresas. O grupo RAIZEN, oriundo da fusão entre o grupo COSAN e SHEEL, por exemplo, praticou a desativação de unidades agroindustriais nas proximidades do município de Dobrada/SP, ocasionando a demissão de parte significativa dos trabalhadores empregados para, em seguida, aplicar a infraestrutura na ampliação do parque produtivo de outras usinas na região de Ribeirão Preto/SP².

Uma das novas tendências que se coloca é a terceirização do processo chamado CCT – Corte, Carregamento e Transporte da cana de açúcar. Num cenário mais competitivo, a tendência de terceirização das etapas de CCT possibilita a liberação de recursos que estariam antes imobilizados nos ativos necessários à colheita mecanizada. O ganho diferencial da terceirização das operações de CCT passa a ser investido em outras atividades mais rentáveis ao contexto de expansão (MUNDO NETO, 2012). O grupo COSAN, terceirizando suas operações de CCT para as empresas *Júlio Simões* e a *Gafor*, ampliou seus investimentos para os ramos de distribuição de combustíveis e lubrificantes, transporte ferroviário de açúcar e álcool e criou empresas para monitorar o mercado de terras. Na lógica descrita acima, os gastos agroindustriais com o processo seriam reduzidos em 30-40% dos gastos totais de produção, variando de acordo com a distância entre as áreas de plantio e as plantas industriais³ (TRANSPORTE MODERNO, 2009).

Em relação ao crescimento do mercado de CCT, a empresa de logística Júlio Simões em seus últimos relatórios afirma ter celebrado contratos em torno

² Os dados aqui apresentados foram coletados no âmbito das pesquisas de mestrado dos autores.

³ Predominam no Brasil os novos investimentos em plantas industriais nas vastas planícies do Centro – Oeste. Lá o crescimento da área plantada de cana-de-açúcar cresce em média 12% ao ano (MONITORAMENTO..., 2014). Estimativas feitas pela Secretaria de Agricultura do Estado de Goiás apontam valores próximos a 10 bilhões em investimentos até 2015, sendo 75% deles voltados para projetos no setor sucroalcooleiro (GOIÁS, 2014). A corrida para estados desta região guarda forte relação com a maior viabilidade da colheita mecânica, principalmente pela geografia favorável. O crescimento da área plantada nesta região, entre os anos de 2003 e 2012, é da ordem de 45,20% em Mato Grosso, 83,90% em Mato Grosso do Sul e 83,15% no Estado de Goiás.

de R\$ 55 milhões só com empresas do setor sucroalcooleiro para a terceirização de CCT. Para o biênio 2009-10 a empresa alocou aproximadamente 60% de todo o investimento na aquisição de novos maquinários, colheitadeiras e caminhões, apostando na expansão da atividade terceirizada. Entre os clientes da *Júlio Simões (JS)* estão o grupo COSAN, a Clealco – sendo estas duas no estado de São Paulo – e a ETHBioenergia, com contrato em uma de suas unidades produtivas em Goiás. Para o biênio de 2011-12, a *JS* afirma ter 25% da estimativa de sua receita bruta derivada de atividades de CCT. Em 2011 a empresa investiu mais de R\$ 800 milhões em suas atividades, com um valor próximo a 75% do total alocado para novos maquinários. Outras empresas do ramo de terceirização e logística são a *Ouro Verde* (que presta serviços para a ETHBioenergia, no estado de Mato Grosso do Sul), a *Gafor* (que tem como uma de suas clientes também a COSAN), a *Binotto* e a *Luft Agro*.

Acreditamos que este cenário emergente de avanço do corte mecanizado, de remodelação da estrutura empresarial e conseqüentemente de aumento da tendência de terceirização de certas atividades, recoloca a necessidade de se avaliar os rumos dos distintos atores envolvidos na dinâmica produtiva deste setor. Nos limites dos territórios que apresentam crescimento dos índices de mecanização, começam a despontar outros personagens e relações ainda pouco conhecidas e exploradas, como a contratação de tratoristas, operadores de colheitadeira e motoristas por parte das empresas de CCT.

Todo um novo conjunto de trabalhadores emerge neste cenário reestruturado, adequando-se às novas formas de organização, dinâmicas e flexíveis, decorrentes da financeirização da atividade. Todavia, combinam-se ao trabalho mecanizado e terceirizado formas manuais no cultivo e colheita da cana de açúcar, historicamente praticadas e conhecidas por sua precariedade. São funções que, neste contexto de predomínio da atividade mecanizada, consistem em recolher restos de cana deixados pelas máquinas ou mesmo “limpar” o terreno dos canaviais, antes do plantio e da colheita. O trabalho na recolha de pedras por exemplo, evita que, porventura, estas possam danificar os maquinários (SILVA, 2011). Também é comum, mesmo nas áreas mecanizadas, a existência de canas de mais difícil acesso, ou partes do terreno de declividade acentuada, onde cortadores manuais ainda são mantidos.

As demandas por tipos de trabalhadores e por tipos de ocupação, conforme apresentamos, são diferenciadas de acordo com a dinâmica de cada região e conforme a estrutura de mercado. Há que se considerar ainda que a prática da terceirização não é nova neste setor, ela envolveu durante as últimas décadas a

figura dos chamados “gatos” e dos agenciadores de mão de obra na contratação dos trabalhadores do corte manual. No entanto, a terceirização por parte de grandes empresas de logística desenvolve-se em um cenário significativamente diferente, que demanda ser mais detidamente analisado.

Estratégias empresariais e ação sindical: limites e perspectivas

Neste cenário de intensa metamorfose da forma de ser do trabalho canavieiro, assentada na crescente eliminação dos postos de trabalho para o corte manual da cana de açúcar, as estratégias sindicais⁴ têm apontado em dois sentidos. A primeira delas, diz respeito à participação em acordos para a melhoria das condições de trabalho dos cortadores manuais: incluímos aí a participação na Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana de Açúcar, que deu origem em 2009, ao *Compromisso Nacional*⁵, e as parcerias firmadas entre empresas e sindicatos com vistas à qualificação profissional dos trabalhadores do corte. A segunda estratégia mobilizada aponta para a modificação no modelo organizativo destes sindicatos, que transita de um modelo de categoria profissional para o de representação por ramo de produção. Assim, a representação de todos os trabalhadores da área rural, operadores de maquinários, motoristas e demais ocupações, passa a ser a principal forma de buscar o fortalecimento da entidade frente à nova dinâmica produtiva e de organização do trabalho, que vem constantemente reduzindo seu poder de pressão. Esforços neste sentido têm sido observados tanto no âmbito do sindicalismo da FETAESP quanto da FERAESP.

O *Compromisso Nacional*, acordo tripartite celebrado entre o sindicalismo paulista (FERAESP e CONTAG), as empresas do setor e o governo federal, traz como pontos pactuados diversas melhorias para os trabalhadores manuais empregados na cultura canavieira, como pausas garantidas e acondicionamento de alimentos durante a jornada de trabalho, condições seguras de transporte, garantia de contrato formalizado, carteira assinada e recolhimento de impostos trabalhistas, segurança no trabalho sindical dentro das usinas, etc.

⁴ Há duas federações no Estado de São Paulo que representam os trabalhadores assalariados rurais. A FETAESP (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo), ligada à CONTAG e a FERAESP (Federação dos Empregados Assalariados Rurais do Estado de São Paulo).

⁵ Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/compromissos-nacionais/canadeacucar>>. Acesso em: 10 out. 2014.

O *Compromisso* prevê também, como alguns de seus encaminhamentos, o engajamento sindical tanto nos processos de auditoria das usinas a serem certificadas⁶ como no processo de formação do contingente a ser desempregado, visando, sobretudo, qualificá-los para o provimento das novas vagas abertas.

Um exemplo interessante para a reflexão acerca da continuidade dos conflitos sociais e políticos no setor sucroalcooleiro é o das auditorias privadas feitas nas empresas sucroalcooleiras, em razão do selo de conformidade atribuído às “empresas exemplares”. Regulamentadas por decretos presidenciais, normativas da Secretaria Geral da Presidência da República e respaldadas pelo arbítrio da *Comissão Nacional de Diálogo*, composta por membros do sindicalismo rural, empresários e governo, as auditorias preveem a consideração das entidades sindicais locais para efetivação da outorga do selo às usinas auditadas⁷.

Para o caso das auditorias realizadas em sete usinas da macrorregião de Ribeirão Preto/SP, analisadas a partir de processos do Ministério Público do Trabalho de Araraquara, notamos grande descompasso entre as determinações do *Compromisso Nacional* e a dinâmica concreta da relação empresas-sindicatos. Foram observados casos de fraudes e de coação de trabalhadores na coleta de depoimentos por parte dos auditores⁸.

Casos semelhantes aconteceram também na Usina São José da Estívia, localizada em Itápolis/SP, numa usinado grupo Raízen na cidade de Ibaté/SP, na Usina Santa Fé, situada no município Nova Europa/SP e na Usina Santa Cruz, em Américo Brasiliense/SP. Em todos os casos citados o processo de auditoria das usinas foi feito ignorando a presença de representantes sindicais⁹. Não obstante a ausência da participação sindical nas auditorias de diversas usinas cabe mencionar o caráter meramente burocrático da participação sindical, quando concretizada, conforme o relato de um dirigente sindical entrevistado:

⁶ A este respeito consultar Brasil (2012). O Compromisso, de adesão voluntária, tem como pressuposto processos de certificação das usinas que estiverem em conformidade com as cláusulas acordadas.

⁷ A este respeito consultar Brasil (2012).

⁸ Para o caso da Usina Malosso, o representante sindical não foi comunicado da auditoria, ficando ciente, após o término da mesma, que um técnico da usina havia encaminhado um correio eletrônico para uma conta desativada do sindicato (ARARAQUARA, 2012a).

⁹ Ressalva deve ser feita quanto ao caso da usina do grupo RAIZEN localizada em Ibaté/SP. O representante sindical também não foi comunicado, mas tomou conhecimento da realização da auditoria e enviou representante, que esteve presente, contudo, apenas no último dia de auditoria.

Quando somos chamados para participar das auditorias, encontramos alguns problemas com os técnicos que realizam a certificação. O sindicato é convidado a participar, mas também a ficar calado durante a realização, já que dizem que uma manifestação do sindicato poderia interferir na neutralidade do trabalho dos técnicos certificadores. (Wilson Rodrigues, 2011).

Neste mesmo sentido, outro caso emblemático foi o do próprio SER de Araraquara, cujo dirigente Élio Neves, presidente da federação que participou da assinatura do acordo, também não pode acompanhar as auditorias realizadas nas usinas de seu município. Nas palavras do dirigente:

[...] não houve acompanhamento da vistoria por auditoria privada na usina Tamoio em Araraquara em razão de divergências da direção do Sindicato, na representação da categoria, com a direção da empresa no que diz respeito a essas duas unidades (ARARAQUARA, 2012b).

Nos casos citados, todas as usinas foram certificadas como “exemplares”. Observamos, inclusive, que diversos auditores fiscais das empresas de certificação mantinham vínculos com as usinas fiscalizadas no interior paulista. Alguns chegaram a ser, posteriormente, contratados por algumas usinas, ou mesmo “fizeram carreira” anteriormente em algumas delas, como estagiários das empresas que fiscalizaram. O forte trânsito de profissionais entre estas empresas revela, assim, as redes de amizade, conhecimento e favorecimento que, no limite, configuram as relações observadas, baseadas no clientelismo e no favorecimento pessoal. Os descompasso entre os pontos acordados e seu cumprimento efetivo por parte das usinas, observados nos casos apontados, permitem sinalizar a fragilidade do processo de conformidade. O grande marco de “humanização” para os trabalhadores manuais do corte dá, assim, sinais de seus limites.

Cabe ainda indicarmos a participação do sindicalismo rural em programas de qualificação profissional¹⁰ que visam capacitar trabalhadores do corte para a ocupação de novas funções abertas pela mecanização. A observação da dinâmica de remanejamentos de trabalhadores do corte manual após os treinamentos de

¹⁰ Trata-se da qualificação desenvolvida no âmbito do chamado “Programa Renovação”; tal projeto decorre de parceria entre a entidade representativa dos industriais da atividade sucroalcooleira, a UNICA – União Nacional de Cana de Açúcar – e a FERAESP, e é apresentado como uma iniciativa de responsabilidade social frente à diminuição dos postos de trabalho dos cortadores manuais. Visa qualificar trabalhadores para a operação de colheitadeiras, tratores, para a formação de mecânicos, soldadores, eletricitistas, etc. e vem sendo desenvolvido desde o ano de 2010.

qualificação nos fornece uma ideia clara da nova dinâmica produtiva e de organização do trabalho no contexto mecanizado. A despeito de seu caráter agora mais “qualificado” – anunciadosobretudo pelas empresas – as novas funções pouco contemplam as expectativas dos trabalhadores no que tange a melhores condições de trabalho: nota-se redução salarial¹¹, jornadas realizadas em regime 5x1, e a ocupação de novas funções que não estão relacionadas à qualificação recebida pelos trabalhadores¹².

Após treinamento, trabalhadores têm sido redirecionados para o chamado “rastelo”, atividade que consiste em juntar os restos de cana que caem dos caminhões; outros ainda (em sua maioria mulheres) têm sido dirigidos para o trabalho nas plantadeiras ou para atividades que consistem em reparar o trabalho já realizado pelas máquinas, principalmente na atividade de plantio da cana de açúcar ou para o engate e desengate de caminhões que chegam carregados da matéria-prima para a moagem. Pelo caráter de apêndice que tais funções cumprem no processo agora mecanizado, são realizadas em três turnos ininterruptos de trabalho; o trabalho noturno e o regime em 5x1 trazem implicações não somente para um adequado descanso, mas também e principalmente interferem na sociabilidade dos trabalhadores¹³.

Observamos junto aos trabalhadores que a necessidade de qualificação passa a orientar suas opções práticas, engendrando uma busca constante por aquisição de novos conhecimentos. Estar qualificado neste caso nos parece uma condição institucional da mistificação, proveniente da natureza das instituições que organizam e gerenciam o trabalho (BURAWOY, 2010). Jogar o “jogo das qualificações” e estar sempre à espera da ocupação de novas e melhores funções, contribui, assim, para forjar o consentimento social adequado à nova dinâmica de reestruturações. Ademais, a qualificação profissional dirigida a estes trabalhadores tem sido um veículo privilegiado de difusão das novas necessidades do processo produtivo, assentadas principalmente na polivalência do trabalho e na ênfase dada ao “trabalhador colaborador” e suas “competências”, permeadas sempre pela necessidade de adaptação e participação dos trabalhadores; são estratégias gerenciais que tem por base uma tentativa de redução do embate entre capital e trabalho. As funções no chamado “rastelo”,

¹¹ A redução nos salários está vinculada à ausência de pagamento por produção nas funções mencionadas.

¹² As considerações são feitas com base na observação de duas turmas de qualificação, voltadas à formação de tratoristas e mecânicos.

¹³ Conforme é de conhecimento, o regime de trabalho em 5x1 não faz coincidir os dias de descanso remunerado com os finais de semana, o que contribui para o processo que sinalizamos.

no “repasso”, no engate e desengate de caminhões indicam assim que, atreladas às funções propriamente de operação de maquinários, o trabalho manual se reconfigura no setor.

Dadas estas particularidades, a contribuição desta qualificação para os trabalhadores mostra também seus limites no tocante ao desempenho de funções que os alçariam a melhores condições de trabalho, além é claro, de tal iniciativa atingir um número reduzido de trabalhadores, já que o quadro funcional fixo e reduzido com o qual operam as usinas paulistas passa a alterar significativamente a dinâmica de contratações, excluindo os trabalhadores migrantes safristas, principais impactados pela mecanização.

A participação neste tipo de iniciativa empresarial revela também indeterminações dos sindicatos frente às mudanças técnico-organizacionais levadas a cabo nos últimos anos. Em posição marcadamente ambígua, se os sindicatos reconhecem que a qualificação é uma alternativa insuficiente, ela ainda continua sendo referência de atuação no contexto atual.

Algumas conclusões

As considerações que realizamos sobre a nova dinâmica deste setor e as formas como se relacionam os atores coletivos envolvidos neste processo nos remete tanto à nova forma de valorização do capital nesta região agrícola, quanto a uma mudança na dinâmica do uso da força de trabalho dela decorrente. Ainda que a efetividade da ideia de um grande *pacto* ou *diálogo social* entre capital e trabalho seja bastante problematizada pela literatura atual, conforme os trabalhos de Verás de Oliveira (2007), Jardim (2007), Oliveira (2010) e Antunes (2011), como estratégia sindical orgânica de melhoria de condições para um segmento – os trabalhadores cortadores manuais – os dados colhidos junto aos sindicatos rurais paulistas parecem dar sinais de pouca efetividade desta fiscalização por parte das instituições representativas dos trabalhadores rurais. Por outro lado, conforme apontamos, inúmeras são as novas formas de ser trabalhador manual na cana de açúcar hoje.

A projeção do agronegócio sucroalcooleiro durante a última década e as formas de adesão do sindicalismo rural às novas determinações deste espaço produtivo parecem corroborar com as reestruturações em curso e legitimar as novas formas de apropriação do trabalho neste contexto. A crise das estratégias tradicionais dos sindicatos e o direcionamento para outras formas de atuação guarda forte relação com a ausência de um projeto político definido e organizado

junto às suas bases, assim como diz respeito às intensas transformações que o trabalho na atividade vem sofrendo ao longo dos últimos anos.

Nesse sentido, conforme as estratégias sindicais por nós visualizadas, o lugar ocupado pelos cortadores manuais diante deste processo nos parece incerto e, no limite, circunscrito às determinações do *Compromisso Nacional*. Por outro lado, conforme buscamos apontar, caberia acompanhar quais as perspectivas de organização para o conjunto dos trabalhadores da área rural das usinas, se o cenário é marcado por um forte crescimento das terceirizações nesta etapa do corte mecanizado.

OLD DILEMMAS, NEW CHALLENGES: NEW FORMS OF WORK, OUTSOURCING AND REPRESENTATION IN RURAL PAULISTA UNION.

ABSTRACT: *The intense process of mechanization of sugar cane harvesting in the last decade composes a scene quite different from that seen in previous decades regarding the organization of work patterns and the insertion of labor employed in the biofuels industry. The new production of this dynamic industry constantly restructured with the entry of new investors groups is accompanied by significant repercussions for workers and their representative institutions. This article aims to discuss new forms of workers insertion in the production process, giving particular attention to the process of outsourcing activities of cutting, harvesting and transportation of sugarcane for sugar and alcohol companies and the prospects of union representation and action in this context. The universe of empirical analysis is based on the region of Ribeirão Preto/SP, national reference of sugar and alcohol production.*

KEYWORDS: *Sugarcane sector. Harvest mechanization. Labor market. Labor organization. Unionism.*

REFERÊNCIAS

ALVES, FJ. C. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana. **Revista RURIS**, Campinas, v.3, n.1, p.153-178, mar. 2009.

ANTUNES, R. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARARAQUARA (SP). Procuradoria do Trabalho. **Ação Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela em face de Usina Ipiranga de Açúcar e Álcool S.A.** 24 set.

2012a. Disponível em: <<http://minhateca.com.br/cesar.leao/Arquivos/Usina+Ipiranga+selo+social,74012951.doc>>. Acesso em: 13 out. 2014.

_____. **Ação Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela em face de Raizen Energia S.A. e Raizen Araraquara Açúcar e Álcool LTDA.** 27 set. 2012b. Disponível em: <<http://minhateca.com.br/cesar.leao/Arquivos/Usina+Raizen+Araraquara+selo+social,74012949.doc>>. Acesso em: 13 out. 2014.

BOITO JUNIOR, A. A burguesia no governo Lula. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, v.1, n.21, p.52-76, 2007.

BRASIL. Resolução n.1, de 23 de maio de 2012. Dispõe sobre o mecanismo de reconhecimento de empresas que aderirem ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar e cumprirem as práticas empresariais nele contidas. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 maio 2012.

BURAWOY, M. A fabricação do consentimento. In: _____. **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2010. p.85-88.

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010. p.81-112.

_____. A questão agrária no Brasil: 1950-2003. In: RAMOS FILHO, L. O.; ALY JÚNIOR, O. (Org.). **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: INCRA, 2005. p.51-90.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS [DIEESE]. Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, v.3, n.30, p.2-34, fev. 2007.

GOIÁS (Estado). Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. **Pesquisa de intenção de investimento no estado de Goiás**. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj10/artigo09.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2014.

JARDIM, M. A. C. **Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula**. 2007. 421f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

MONITORAMENTO da Cana-de-açúcar: via imagens de satélite. **CANASAT**. 2012. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/colheita.html>>. Acesso em: 14 out. 2014.

MUNDO NETO, M. **Transformações na indústria sucroalcooleira no início do século XXI**: das famílias aos acionistas. 2012.226f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

_____. **Atores na construção do mercado do etanol**: a UNICA como foco de análise. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SBS, 2009.p.1.

NOVAES, J. R. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.21, n.59, p.167-178, 2007.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas: decifra-me ou te devoro. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.p.21-27.

SCOPINHO, R. A. Qualidade total, saúde e trabalho: uma análise das empresas sucroalcooleiras paulistas. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v.4, n.1, p.93-112, jan./abr. 2000.

SILVA, M. A. Moraes. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais, Araraquara, v.39, p.11-46, 2011.

TRANSPORTE MODERNO: campo aberto para a logística. **Luft Logistics Solutions**. 2009. Disponível em: <http://www.luftsolutions.com.br/2012/index.php?view=article&catid=34%3Aluft&id=220%3Atransporte-moderno-campo-aberto-para-a-logistica&option=com_content>. Acesso em: 13 out. 2014.

VERÁS DE OLIVEIRA, R. O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil: o que se pode esperar? In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C.S. **A Era da Indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p.49-69.

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E AS RELAÇÕES COM O PARAGUAI: A REVISÃO DO TRATATO DE ITAIPU

Orlando FERNANDES DE PAULA*

RESUMO: A ascensão do presidente Lula em 2003 colocou a América do Sul como prioridade máxima da política externa brasileira. Políticas afirmativas demonstraram a intenção do Brasil em aprofundar a integração e ampliar sua presença regional. Entretanto, com a ascensão de governos de esquerda na América do Sul, alguns conciosos políticos, comerciais e energéticos envolveram o Brasil. Nesse contexto, o presente artigo busca analisar o episódio da reivindicação paraguaia para a revisão do Tratado de Itaipu a partir da eleição de Fernando Lugo, em 2008. Esse acontecimento representou um momento de tensão entre os dois países e gerou grande repercussão na mídia brasileira e paraguaia. O Brasil buscou atuar como “*paymaster*” regional para diminuir as assimetrias com países menores, mas concomitantemente procurou consolidar seu projeto de integração, representado pela UNASUL, com a projeção de empresas e das exportações brasileiras na América do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa Brasileira. América do Sul. Itaipu.

Introdução

Com a ascensão de Lula à Presidência do Brasil, em 2003, a política externa brasileira colocou a América do Sul como prioridade máxima em sua agenda externa. O trato com os países da região e sua atuação nos mecanismos regionais

* Mestre em Relações Internacionais. UNESP – Universidade Estadual Paulista; UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas; PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-graduação San Tiago Dantas. São Paulo – SP – Brasil. 01001-001- orlando.depaula@hotmail.com.

tiveram especial atenção. A conjuntura política sul-americana vivenciou uma ascensão inédita de governos de esquerda e quase todos os países. Essas novas lideranças políticas representaram políticas favoráveis à integração, porém com ressalvas nacionalistas.

Nesse contexto, por diversos momentos surgiram contenciosos nos quais o Brasil esteve envolvido diretamente, como foram os casos dos contenciosos comerciais com a Argentina (2005), a nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia (2006), a recusa do Equador em pagar uma dívida à empresa brasileira Odebrecht (2006) e a reivindicação do Paraguai para a revisão do Tratado de Itaipu (2008).

Nesse artigo se pretende analisar o contencioso entre Brasil e Paraguai a partir da eleição do presidente paraguaio Fernando Lugo, em 2008. Para isso, buscou-se compreender o contexto da assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973, e o processo subsequente que levou à construção da maior usina hidrelétrica do mundo. A partir de então, foi exposta uma análise da atuação do Brasil na América do Sul durante os dois mandatos de Lula e o contexto da ascensão de Lugo para melhor compreender a postura de ambos os países durante a negociação.

O Tratado de Itaipu e a construção da maior usina hidrelétrica do planeta

Em abril 1973, os presidentes de Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, que estabelecia as diretrizes para a construção da maior usina hidrelétrica do mundo à época. Nunca antes dois países haviam somado esforços para um empreendimento de tamanha magnitude. Porém, o ano de 1973 é apenas o meio de uma história que havia começado com as primeiras intenções brasileiras de utilizar o potencial hidrelétrico do Rio Paraná em finais dos anos 1950.

Os primeiros estudos concretos se deram no início da década de 1960 e despertara preocupações de Paraguai e Argentina pelo receio de impactar futuros projetos de aproveitamento no Rio Paraná. De acordo com Osny Pereira, a maior parte dos estudos técnicos demonstravam que a região de Sete Quedas possuía o maior potencial hidrelétrico, e permitia diversas possibilidades de se construir usinas menores nos afluentes do Rio Paraná em território brasileiro (PEREIRA, 1974).

Nesse contexto, o Paraguai passou a reclamar pela posse territorial de uma área fronteira na região de Sete Quedas, afirmando que tal área estava

pendente desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança (pelo Tratado de Limites de 1872). O Tratado de Limites de 1872, assinado por Brasil e Paraguai, afirmava que:

O território do Império do Brasil divide-se com a República do Paraguay pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguassú até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná; Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracaju até onde ela finda; Daí segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a Serra Amambahy; Prossegue pelo mais alto desta serra até à nascente principal do rio Apa, e baixa pelo álveo deste até a sua foz na margem oriental do rio Paraguay (BRASIL, 1872).

Nos estudos da Comissão Mista responsável pela demarcação da fronteira entre 1872 e 1874, houve uma desavença quanto ao que se refere sobre o “mais alto” da Serra do Maracaju”, pois esta se dividia em dois ramais, um ao norte e outro ao sul. A Comissão Mista havia parado a demarcação no ponto onde a Serra se dividia em dois ramais até Sete Quedas, equivalente a 20 km de fronteira não demarcada (GOMES, 2009).

No entanto, somente um desses ramais, o sul, era onde a Serra seguia em direção a Sete Quedas. Portanto, não haviam dúvidas de que o ramal principal, ou o “mais alto da Serra de Maracaju” da qual o Tratado se referia, correspondia ao ramal sul. Segundo Artur Oliveira, tendo em vista a dificuldade contra os argumentos técnicos do Brasil sobre a fronteira, Strossner iniciou uma campanha antibrasileira na década de 1960 (OLIVEIRA, 2012).

Essa campanha preocupou os dirigentes brasileiros, pois o país adotava uma política, desde o final da Era Vargas, de aproximação com o Paraguai com o intuito de quebrar o domínio argentino sobre o país guarani, tendo em vista a dependência paraguaia dos portos argentinos para exportação.

Após um período turbulento na relação entre Brasil e Paraguai, em que um corpo militar brasileiro chegou a ocupar a região de fronteira em 1965, os dois países finalmente chegariam a um acordo no ano seguinte, com a assinatura da Ata do Iguaçu. O acordo estabeleceu que:

[...] a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do Rio Paraná, desde o Salto Guaíra até Foz do Iguaçu, será dividida em partes iguais entre

os dois países, reconhecendo-se a cada um deles o direito de preferência para a aquisição da energia a preço justo¹ (ITAIPU BINACIONAL, 1966).

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a Argentina acompanhou apreensiva as ações brasileiras sobre a utilização dos rios da Bacia do Prata². O país argumentava contra a intenção brasileira de construir Itaipu com o Paraguai com base no termo “consulta prévia”, presente na Declaração de Montevideu de 1933. Nessa linha de raciocínio, o Brasil deveria fazer uma prévia consulta com a Argentina para viabilizar seus projetos hidrelétricos no Rio Paraná (CAUBET, 1991).

Em 1972, o governo argentino de Lanusse aceitou o termo “prejuízo sensível”, em acordo durante a Conferência do Meio Ambiente, em Estocolmo, na qual Brasil e Argentina se comprometiam a informar previamente os empreendimentos em rios internacionais desde que não casassem prejuízo sensível a nação vizinha.

No entanto, em abril de 1973, sem disponibilizar informações à Argentina, os presidentes do Brasil e do Paraguai, Emílio Médici e Alfredo Strossner, assinaram o Tratado de Itaipu, orçado inicialmente em US\$ 12 bilhões. O Tratado previa a construção da maior usina hidrelétrica do mundo na região da tríplice fronteira no Rio Paraná. Com o novo governo peronista na Argentina, empossado em maio daquele mesmo ano, o país voltou a denunciar o Brasil em organismos internacionais.

De acordo com Edson Souza, a Argentina argumentava que Itaipu inviabilizaria a usina de Corpus, situada a jusante, em território argentino. Porém, da mesma forma Corpus traria problemas à Itaipu, pois poderia ter suas turbinas afogadas. A Argentina insistia em uma divisão equitativa do aproveitamento das águas do rio Paraná (SOUZA, 2011).

¹ A questão do preço justo foi um dos principais pontos levantados pelo governo de Lugo em 2008, como veremos à frente.

² Na concepção clássica do Direito Internacional, os rios nacionais são os rios localizados inteiramente dentro do território de um Estado e submetidos à sua soberania. Nos rios internacionais contíguos (quando correm entre os territórios de dois Estados) “a soberania de cada Estado estende-se, no rio, até a linha divisória”. Nos rios internacionais sucessivos (quando atravessam os territórios de dois ou mais Estados) “cada Estado atravessado pelo rio exerce soberania sobre a parte do curso compreendida dentro do seu território” (ACCIOLY; SILVA, 2000, p.23). Porém, na Conferência de Direito Internacional de 1966, em Helsinque, estabeleceu-se que quando um curso d’água situa-se completamente em território nacional, mas pertença a uma bacia internacional, ele também será considerado como tal. Essa linha foi adotada pela ONU somente em 1997 (YAHN FILHO, 2005).

Além das desavenças com os argentinos, parte da sociedade paraguaia também não viram com bons olhos o acordo para a construção de Itaipu em conjunto com o Brasil. Segundo Osny Pereira, “os três partidos políticos de oposição – Liberal Radical, Revolucionário Febrerista e Democrata Cristiano emitiram nota conjunta, repudiando novamente o Tratado. O último deles declarava o Chanceler Gibson Barboza” (PEREIRA, 1974, p.288).

O Brasil já havia concedido estímulos tributários nos portos de Santos (1942) e Paranaguá (1956) ao Paraguai, com o objetivo de atrair as exportações paraguaias pelo país (CERVO; BUENO, 2011). Segundo Cordeiro, além da concessão de depósito franco nos portos, “a inauguração da Ponte da Amizade em 1965, a interligação rodoviária entre o Paraguai e o litoral do Paraná em 1969, e a construção da hidrelétrica de Itaipu a partir de 1973, teve início uma nova história” nas relações entre os dois países (CORDEIRO, 2009).

O Tratado de Itaipu estabeleceu a criação da empresa Itaipu Binacional que seria administrada de forma equitativa pelas estatais ANDE³ e Eletrobrás. O total dos recursos (27 bilhões de dólares ao final da obra) foram captados no exterior pelo Brasil. Cada país teria direito a 50% de toda produção da usina. O país que não utilizasse seus 50% de direito obrigatoriamente deve vender seu excedente ao outro, que obrigatoriamente deve comprar o excedente. Em outras palavras, o país que possuir excedentes da energia gerada em Itaipu, não pode vendê-la a terceiros países. Ao ceder parte de sua energia, o país com excedente receberia um valor pela cessão (BRASIL, 1973).

Assim, o Brasil entrava em um empreendimento conjunto com um país governado por um ditador que, segundo Osny Pereira, não tinha interesses em industrializar o Paraguai e pretendia apenas enriquecer pessoalmente com a venda de energia (PEREIRA, 1974, p.50). Como se sabe, o governo ditatorial de Strossner, do Partido Colorado, perdurou de 1954 a 1989. Mesmo após sua queda, o Partido continuou no poder até 2008. Esse fato é importante para melhor compreender a postura do governo paraguaio a partir de 2008.

Apesar de todos os benefícios que Itaipu proporcionou ao Brasil e ao Paraguai, durante a construção de Itaipu prevaleceu um ambiente de rivalidade entre Brasil e Argentina. Somente em 1979 o acordo tripartite celebrado por Argentina, Brasil e Paraguai selou o entendimento dos países sobre Itaipu e Corpus.

³ *Administración Nacional de Energia.*

Itaipu pode ser vista como resultado de uma aproximação política entre Brasil e Paraguai. O Brasil procurou ao mesmo tempo atrair o Paraguai para sua esfera de influência, resolver um problema de litígio fronteiriço levantado pelo país guarani e resolver o problema do abastecimento de energia para as décadas seguintes. Para Enio Cordeiro, existe uma qualidade política no relacionamento que interessa aos dois países preservar e ampliar, e é “exatamente por isso que, muitas vezes, as considerações de índole política tendem a sobrepor-se aos aspectos puramente técnicos no tratamento de questões relativas à gestão da empresa.” (CORDEIRO, 2009).

A política externa de Lula na América do Sul

Em seu discurso de posse como Presidente da República, Lula ressaltou a importância das relações com o Sul, onde a América do Sul seria a grande prioridade da política externa em seu governo⁴. Compartilhavam dessa visão, além do Presidente, outros nomes como o Ministro Celso Amorim, o Secretário Geral do Itamaraty Samuel Pinheiro Guimarães e o Assessor Internacional Marco Aurélio Garcia.

Segundo Vigevani e Cepaluni, a política exterior de Lula não rompeu drasticamente com a de seu antecessor, mas aprofundou novas algumas tendências iniciadas anteriormente. Se Fernando Henrique buscou a autonomia pela participação, aproximando-se dos grandes centros de poder mundial, Lula buscou a autonomia pela diversificação das relações brasileiras, denunciando as assimetrias do sistema internacional e procurando transformá-las (VIGEVAANI; CEPALUNI, 2007).

Houve uma mudança sobre a interpretação do interesse nacional. Para o governo Lula, parte do interesse da nação era contribuir para o crescimento e desenvolvimento do seu entorno geográfico para que o país também obtivesse os ganhos relativos desse crescimento em longo prazo. Por isso, quando assumiu a pasta do Ministério das Relações Exteriores, Celso Amorim apresentou o projeto da política externa no qual a prosperidade da América do Sul significava não somente solidariedade com os vizinhos, mas o próprio bem-estar da nação (AMORIM, 2011).

Nas palavras do chanceler, uma “América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera é um objetivo a ser perseguido não

⁴ Discurso de posse de Lula como Presidente da República, 1º de janeiro de 2003 (BRASIL, 2008).

só por natural solidariedade, mas em função do nosso próprio progresso e bem-estar⁵” (BRASIL, 2007, p.40). A declaração de Amorim deixava bem claro os interesses brasileiros: estimular o desenvolvimento regional significava estimular o desenvolvimento nacional.

O que estava omitido nessa declaração era a intenção do governo em ampliar as exportações e a presença de grandes corporações brasileiras na região. Amado Cervo chamou essa linha de conduta de “Estado logístico”, na qual o Estado atua na formação, consolidação e internacionalização de grandes corporações nacionais (CERVO; BUENO, 2011).

O Brasil procurou assumir as responsabilidades da integração e para isso deveria resolver os problemas da região em conjunto com seus vizinhos. Segundo Codas, parte da agenda brasileira era aumentar a corrente de comércio e, assim, aumentar a interdependência entre os países. Houve esforço do Itamaraty em levar empresários para fazer negócios nos países vizinhos e trazer empresários sul-americanos para fazer negócios no Brasil (CODAS, 2012).

Mesmo com o surgimento de contenciosos comerciais, agravados pela falta de uma estrutura institucional consolidada, a iniciativa do governo Lula foi de que o Brasil deveria assumir alguns custos e insistir na expansão do Mercosul “para os demais países andinos, na perspectiva de ampliar a integração sul-americana, sob sua liderança.” (ONUQUI, 2006, p.299).

Segundo Shiguenoli Miyamoto, entre as grandes linhas da política externa do governo Lula, destacaram-se:

[...] a tentativa de consolidar-se como líder regional, dando importância, portanto, ao relacionamento com seus vizinhos, em termos bilaterais, e à integração sul-americana como o IIRSA; ênfase nas relações com países em desenvolvimento, mormente com o diálogo Sul-Sul, procurando construir uma frente capaz de opor-se aos grandes Estados [...] (MIYAMOTO, 2010, p.17).

O Mercosul, que havia sido criado às pressas em 1991 e tinha no livre-comércio seu principal objetivo, foi ganhando novas estruturas institucionais e políticas. Se o objetivo de completar-se como união aduaneira não foi atingido, ao menos resoluções e instituições foram dando novas características ao bloco,

⁵ Discurso de Celso Amorim em sua posse como Ministro das Relações Exteriores, em 2003.

como a criação do FOCEM⁶, do Parlamento do Mercosul, do Instituto Social do Mercosul e do Tribunal de Solução de Controvérsias, atendendo reivindicações de Paraguai e Uruguai (ERTHAL; MAGALHÃES, 2007).

A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), lançada em 2008 pelo aprofundamento da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) já obteve alguns resultados práticos importantes. Ela permitiu o aprofundamento do diálogo entre os países sul-americanos, contribuiu para a não consumação de um golpe na Bolívia, intensificou a integração física em infraestrutura através da IIRSA⁷, e criou um mecanismo de fundamental importância para a construção da confiança, o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

Nesse contexto, a ascensão de governos favoráveis à integração em quase todos os países da América do Sul pode ter favorecido a atuação brasileira para o aprofundamento de seu projeto de integração. Entretanto, isso não significou uma concertação política automática entre os mesmos. O surgimento de contenciosos com ressalvas nacionalistas ao longo dos anos 2000, rerepresentou antigas desavenças. O Brasil esteve envolvido em contenciosos comerciais, financeiros e energéticos. Com o Paraguai, o país se viu diante de uma postura firme adotada pelo Presidente Fernando Lugo em relação a revisão do Tratado de Itaipu, considerada questão de soberania nacional ao país guarani.

Ao longo do governo Lula, o Paraguai esteve sob mandato de três governos diferentes. Em agosto de 2003 terminava o mandato de Luiz González Macchi e tinha início o governo de Nicanor Duarte, ambos do Partido Colorado. Somente em agosto de 2008, com a eleição de Fernando Lugo, pela primeira vez na história paraguaia ascendeu um governo formado por uma coalização de partidos de centro e esquerda que colocou fim a mais de 60 anos de hegemonia do Partido Colorado. Este governo buscou como objetivo principal, no âmbito das relações internacionais, a renegociação do Tratado de Itaipu com o Brasil.

A ascensão de Lugo e a renegociação do Tratado de Itaipu

O Paraguai é um dos países mais pobres da América do Sul. Seu PIB está à frente somente de Guiana e Suriname, com grande concentração de renda, economia agroexportadora, baixo PIB per capita e com grande parte da população

⁶ *Fondo de Convergencia Estructural del Mercosul.*

⁷ Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, criada durante a Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília, 2000.

em níveis de pobreza. O país possui uma história de muitos golpes e instabilidade política. A exceção foi o governo de Alfredo Stroessner, de 1954 a 1989. Seu partido, o Colorado, governou o país até 2008.

Segundo Richard Gott, para se manter no poder, o Partido Colorado foi exitoso em manipular discursos de esquerda e de direita de acordo com o momento e, assim, “sempre foi bem sucedido em se identificar com a causa do nacionalismo paraguaio.” (GOTT, 2008, p.15).

No início do século XXI, a percepção da população paraguaia era de que o país havia sido explorado quanto a Itaipu, pois o Tratado havia sido assinado por um governo ditatorial, e sob um partido hegemônico e elitista. Segundo Ricardo Canese, em uma pesquisa de abril de 2006, no jornal ABC Color, mais de 97% da população paraguaia opinava que se deveria reclamar um preço justo pela energia do Brasil e da Argentina⁸ (CANESE, 2008).

Desde quando a primeira turbina de Itaipu começou a funcionar em 1984, o Brasil consome 95% da energia produzida, sendo 50% pertencente ao país e os 45% restantes comprada do Paraguai. Com 20 unidades geradoras desde 2007, Itaipu obteve 14.000 MW de potência instalada, e chegou a fornecer mais de 16% da energia consumida no Brasil e mais de 72% do consumo paraguaio. Em 2011, Itaipu produziu um total de 92,24 mil GWh⁹. Ao analisar esses dados percebe-se a importância da energia de Itaipu para o Paraguai, pois é um dos únicos países da América do Sul com excedente energético. Somente os 5% de toda energia produzida em Itaipu abastece mais de 70% do consumo paraguaio.

De toda produção de eletricidade paraguaia, Itaipu corresponde a 45 mil GWh/ano (sendo outros 45 mil GWh/ano pertencentes ao Brasil); Yacyretá a 6 mil GWh/ano (sendo outros 6 mil GWh/ano pertencentes à Argentina); e Acaray a 1 mil GWh/ano sendo inteiramente nacional. O montante total de produção de energia elétrica paraguaia é de 52 mil GWh/ano, porém, a demanda do país corresponde somente a 7 mil GWh/ano (CANESE, 2008, p.89).

Em 2008 cada país pagava à empresa Itaipu Binacional, US\$ 39,00 por MW. Porém, ao comprar energia do Paraguai, o Brasil pagava um valor adicional pela cessão de energia uma quantia de US\$ 2,8 totalizando US\$ 41,8.

⁸ Yacyretá é outra usina binacional do Paraguai, construída em parceria com a Argentina.

⁹ Itaipu Binacional. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 10 set. 2012.

Entretanto, o Paraguai recebia somente US\$2,8 pois o restante era absorvido pelo Tesouro Nacional do Brasil referente ao pagamento da dívida contraída pelo país na construção da usina (ITAIPU BINACIONAL, 2008).

Dessa forma, o Paraguai sempre pagou sua dívida por meio da venda de energia. Portanto, é compreensível que para o país guarani, o valor da venda dessa energia seja tão importante. O tema sobre a revisão do valor da energia de Itaipu sempre esteve presente desde que o Tratado foi assinado, em 1973.

No Anexo C do Tratado foram estabelecidas as diretrizes financeiras e os valores estipulados para a venda de energia. Esse valor já havia sido reformulado por meio de notas reversais em duas ocasiões. Logo que a usina entrou em funcionamento a primeira revisão do fator multiplicador do valor pago pela cessão de energia foi revisto e ampliado de 3,5 em 1984 para um aumento anual gradativo até atingir 4,0 em 1992.

A outra ocasião foi em 2005, quando o Presidente paraguaio Nicanor Duarte e o Presidente brasileiro Lula, assinaram acordo que ampliou o fator multiplicador de 4,0 para 5,1, além de ter corrigido o fator de ajuste dos juros da dívida paraguaia que deixou de ser indexada à inflação norte-americana. O acordo representou o fim da dupla indexação.

Segundo Marco Aurélio Garcia, sempre foi interesse do governo Lula de que o Paraguai utilizasse seus 50% da energia de Itaipu (GARCIA, 2012). O Brasil já demonstrava interesse em viabilizar um financiamento para a construção de uma linha de transmissão de alta tensão que pudesse levar a energia de Itaipu à região de Assunção.

Nesse contexto, a campanha presidencial de 2008 apresentou um candidato representante de uma coalizão de partidos de centro e esquerda. Fernando Lugo enfatizou a questão da recuperação da soberania energética do Paraguai e em abril daquele ano foi eleito presidente com mais de 40% dos votos pela *Alianza Patriótica para el Cambio*, colocando fim a predominância do Partido Colorado (PARAGUAI..., 2008). Segundo Tomaz Esposito:

[...] certamente a eleição de Lugo foi um feito histórico: representava o crescimento da influência de 'novas' forças políticas paraguaias (tais como sindicatos, Igreja Católica, movimentos sociais, organizações não governamentais); acabava com a hegemonia política de décadas do Partido Colorado, que governava o Paraguai desde 1954; e, aparentemente, iniciaria uma nova era na política paraguaia. (ESPOSITO, 2012, p.19).

Logo que assumiu o poder, Lugo procurou o governo brasileiro para a revisão do Tratado de Itaipu. Entre as principais reivindicações dos paraguaios estavam: a) liberdade para comercializar seu excedente energético com terceiros; b) receber um valor justo praticado no mercado de energia elétrica; c) equalizar o controle da direção de Itaipu Binacional que estaria sendo dominada pelos diretores brasileiros; e d) revisão da dívida contraída (CODAS, 2011).

A reivindicação paraguaia por um preço justo fazia parte do que previa a Ata de Iguaçu de 1966 e estava incluída nas considerações iniciais do Tratado de Itaipu. A revisão da dívida se fazia necessária, pois de acordo com os paraguaios, o país passou muito tempo pagando um juro acima do praticado no mercado. Além disso, a variação da inflação norte-americana incidiu sobre as parcelas e dessa forma, o saldo devedor teria aumentado em uma proporção maior do que os pagamentos realizados.

Nesse sentido, o governo paraguaio adotou uma postura firme nas negociações. As primeiras declarações do presidente Lula e de membros do governo era de que a revisão do Tratado estava fora de cogitação, porém, o país iria ouvir as propostas paraguaias sobre o valor pago pela energia. Após algumas tentativas frustradas e insistência de Fernando Lugo o longo do segundo semestre de 2008 e primeiro semestre de 2009, o Brasil e o Paraguai assinaram um acordo em julho de 2009 (LULA..., 2009).

Esse acordo previa: a) aumento de três vezes ao valor pago pela cessão da energia ao Paraguai, o fator multiplicador aumentou de 5,1 para 15,3 e o valor que era de de US\$ 2,8 MWh passou para US\$ 8,4 MWh (aproximadamente); b) liberdade para o Paraguai negociar com outras empresas brasileiras de energia além da Eletrobrás; c) a partir de 2023, o Paraguai poderá negociar a venda de seu excedente hidrelétrico à terceiros países; e d) a construção de uma linha de transmissão de Itaipu à Asunción, custeada pelo Brasil através do FOCEM (BRASIL, 2009).

Considerações finais

Brasil e Paraguai firmaram o acordo em 25 de julho de 2009, considerado histórico para os paraguaios. Segundo Codas, tal fato não teria sido possível se não fosse pela empatia entre os dois presidentes e se não fosse pelo fato de Lula convencer seu próprio governo a realiza-lo (CODAS, 2012).

O acordo foi aprovado pelo Congresso brasileiro, em maio de 2011 e duramente criticado pela imprensa brasileira. O valor pago pelo Brasil ao Paraguai pela cessão de energia aumentou de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões anuais. No dia 12 de maio de 2011, a Folha de São Paulo publicou matéria em que o senador da oposição Itamar Franco (PPS-MG) afirmava que os “consumidores e contribuintes serão claramente afetados por esse acordo” (SENADO..., 2011). O senador Aloísio Nunes (PSDB-SP) chegou a afirmar que o Brasil havia sido generoso no acordo com base no “companheirismo político do Presidente Lula com o Presidente Lugo” em um empreendimento binacional em que “o Paraguai só contribuiu com água¹⁰”.

O entendimento com o Paraguai fez parte de uma estratégia com interesses comerciais na América do Sul. A região se tornou um dos principais destinos das exportações de manufaturados brasileiros e o país possui superávit comercial com praticamente todos seus vizinhos¹¹. A linha de transmissão que está sendo construída disponibilizará energia barata para o desenvolvimento industrial da região de Assunção, representando interesse convergente de grandes corporações brasileiras.

O contencioso de Itaipu demonstrou os problemas da integração, das assimetrias entre os países e expôs ressentimentos mal resolvidos do passado entre Brasil e Paraguai. A ascensão de Lugo potencializou o reclame do país de maneira firme e afirmativa. Deve-se reconhecer que a emergência do contencioso em 2008-2009, ocorreu pelo fato de novas forças políticas terem ascendido no país.

Ainda assim, o Brasil não cedeu totalmente às reivindicações paraguaias no caso da livre disponibilidade de energia e da amortização da dívida. O ponto questionável seria a postura do governo Lula por ter aumentado o valor do fator de multiplicação da cessão de energia tão expressivamente em uma só tacada, tendo em vista que poderão ocorrer outras renegociações até 2023.

Os problemas paraguaios vão além da questão do valor recebido pela energia de Itaipu e da própria utilização de tal energia. A condição de pobreza da população é antagônica com a dominação de uma elite oligárquica fortemente ligada aos interesses latifundiários. A mesma elite oligárquica, representada no parlamento, consumou um *impeachment* relâmpago ao Presidente Fernando Lugo, em junho de 2012. Lugo foi acusado por “mau desempenho das funções” devido ao desencadeamento dos conflitos em Curuguaty em junho, estimular

¹⁰ Sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado Federal, em abril de 2011.

¹¹ Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

movimentos sociais contra as Forças Armadas do país e aderir ao Protocolo de Ushuaia 2 do Mercosul (que prevê sanções contra países que ameacem a estabilidade democrática). Uma brecha na Constituição permitiu o uso de um termo subjetivo para condenar o Presidente sem mesmo se provar tais acusações.

O Brasil condenou o processo de *impeachment* do Presidente Lugo e atuou em conjunto com os demais países da UNASUL para a suspensão do Paraguai do Mercosul. Porém, o país adotou cautela nas relações bilaterais, pois o Paraguai mantém-se como um país extremamente importante devido aos fortes laços entre os dois países.

THE FOREIGN POLICY OF LULA AND THE RELATIONS WITH PARAGUAY THE RENEGOTIATION OF ITAIPU TREATY

ABSTRACT: *The rise of President Lula in 2003 placed South America as the top priority of Brazilian foreign policy. Affirmative policies showed Brazil's intention to deepen integration and expand its regional presence. However, with the rise of progressive and leftist governments in South America emerged some political, commercial and energy contentious involving Brazil and its neighbors between 2003 and 2010. In this sense, this paper analyzes the episode of Paraguay's claim for the revision of the Treaty of Itaipu from the election of Fernando Lugo in 2008. This event represented a moment of tension between both countries generating great impact on Brazilian and Paraguayan public opinion. Brazil has acted as "paymaster" to reduce regional disparities but sought to consolidate its integration project, viewed in UNASUR, with the projection of its exports and companies in South America.*

KEYWORDS: *Foreign policy. South America. Itaipu.*

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, H.; SILVA, G. E. do N. e. **Manual de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2000.

AMORIM, C. L. **Discursos, palestras e artigos do Chanceler Amorim: 2003 – 2010**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação Geral de Documentação Diplomática, 2011.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração conjunta dos senhores presidentes da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai:** construindo uma nova etapa na relação bilateral. SCI: Sistema Consular Integrado, Assunção, 25 jul. 2009. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6393/>. Acesso em: 18 out. 2014.

_____. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de política externa:** posições do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

_____. Decreto nº 4.911, de 27 de março de 1872. Promulga o tratado de limites entre o Imperio do Brazil e a Republica do Paraguay. **SCI:** Sistema Consular Integrado, Rio de Janeiro, 27 mar. 1872. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1872/b_109/>. Acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. Presidente (2003 – : Lula). **Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

CANESE, R. A recuperação da soberania hidrelétrica do Paraguai. In: CODAS, G. (Org.). **O direito do Paraguai à soberania:** a questão da energia hidrelétrica. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.23-142.

CAUBET, C. **As grandes manobras de Itaipu:** energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata. São Paulo: Acadêmica, 1991.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil.** 3.ed. Brasília, DF: Ed. da UnB, 2011.

CODAS, G. (Org.). **O direito do Paraguai à soberania:** a questão da energia hidrelétrica. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. El Acuerdo Lugo-Lula de 25 de julio de 2009. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **IX Curso para Diplomatas Sul-Americanos:** Textos Acadêmicos. Brasília: FUNAG, 2011. p.95-114. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/XI_Curso_para_Diplomatas.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. [Entrevista]. [22 out. 2012]. Entrevistador: Orlando Fernandes de Paula. São Paulo, 2012. Entrevista concedida ao autor.

CORDEIRO, E. O Tratado de Itaipu e os acordos alcançados com o Paraguai. **Revista Interesse Nacional**, v.2, n.7, out. 2009. Disponível em: <<http://interessenacional.uol>>.

com.br/index.php/edicoes-revista/o-tratado-de-itaipu-e-os-acordos-alcancados-com-o-paraguai/>. Acesso em: 20 out. 2012.

ERTHAL, J.; MAGALHÃES, B. Brasil: as dificuldades internas da liderança regional. In: LIMA, M. R. S; COUTINHO, M. V. (Org.). **A agenda sul-americana: mudança e desafios no início do século XXI**. Brasília: FUNAG, 2007. p.103-136.

ESPOSITO, T. As relações brasileiro-paraguaias na era pós-Lugo: uma análise prospectiva. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.3, n.13, p.17-33, ago./set. 2012.

GARCIA, M. A. **Aula inaugural para o curso de Relações Internacionais da FGV – SP**. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 10 ago. 2012.

GOMES, E. D. M. **Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da Serra de Maracaju**. 2009. 86f. Dissertação (Mestrado em Diplomacia) – Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.info.lncc.br/Oslim.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2014.

GOTT, R. O bispo vermelho do Paraguai. In: CODAS, G. (Org.). **O direito do Paraguai à soberania: a questão da energia hidrelétrica**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.9-22.

ITAIPU BINACIONAL. **Energia produzida por Itaipu**. 2008. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/itaipunamidia/energia-produzida-por-itaipu>>. Acesso em: 8 out. 2014.

_____. **Ata de Iguazu**. jun. 1966. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/institucional/documentos-oficiais>>. Acesso em: 14 out. 2014.

LULA fecha acordo sobre Itaipu, que será votado no Congresso. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 jul. 2009. Mercado, p.B6.

MIYAMOTO, S. As grandes linhas da política externa brasileira. **Textos para discussão CEPAL/IPEA**, Santiago, v.45, p.1-31, 2010. Disponível em: <<http://www.cepal.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/brasil/noticias/noticias/8/42518/P42518.xml&xsl=/brasil/tpl/p1f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: 8 out. 2014.

OLIVEIRA, A. A outra história de Itaipu. **Revista Interesse Nacional**, mai. 2012. Disponível em: <<http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/a-outra-historia-de-itaipu/>>. Acesso em: 29 out. 2012.

ONUJI, J. O Brasil e a construção do Mercosul. In: OLIVEIRA, H. A; LESSA, A. C. (Org.). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. v.1. São Paulo: Saraiva, 2006.

PARAGUAI elege Fernando Lugo presidente. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 abr. 2008. Mundo, p.A12.

PEREIRA, O. D. **Itaipu: prós e contras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

SENADO revê acordo, e Paraguai ganhará mais por Itaipu. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mai. 2011. Primeiro Caderno, p.A15. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/05/12/2//5703645>>. Acesso em: 14 out. 2014.

SOUZA, E. B. C. A geopolítica da produção do espaço: a localização da hidrelétrica de Itaipu Binacional. **Revista Geografares**, Vitória, n.9, p.141-167, jul./dez. 2011.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.29, n.2, p.273-335, jul./dez. 2007.

YAHN FILHO, A. G. **Conflito e cooperação na Bacia do Prata em relação aos recursos d'água internacionais (de 1966 a 1992)**. 2005. 147f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa San Tiago Dantas (UNESP – UNICAMP – PUC-SP). São Paulo, 2005.

RESENHA

RESENHA SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

Adriana Santiago Rosa DANTAS*

Os estudos urbanos têm, tradicionalmente, problematizado o crescimento desordenado das grandes cidades desde meados do século XX. No caso de São Paulo, à medida que a periferação se complexava temas como loteamentos, favelização, autoconstrução eram debatidos nas Ciências Humanas. O livro organizado por Cabanes *et. al.* vêm contribuir para este debate, problematizando a periferia de São Paulo na virada do Novo Milênio, nas novas conjunturas sociais e políticas.

O ponto de partida temporal é a guinada neoliberal, no contexto brasileiro, a qual se deu no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Tal administração foi caracterizada pelas privatizações, subcontratações de trabalhadores e por um mercado de trabalho desregulamentado. Tais modificações políticas trouxeram consequências sociais significativas para quem vive nas franjas de uma grande metrópole como São Paulo. Esta obra se insere neste campo tendo majoritariamente a periferia leste paulistana como objeto de análise.

Os artigos da coletânea estão situados nesse contexto. A nova configuração social, resultante do capitalismo contemporâneo, pautado na globalização, tem influenciado o trabalho, as relações pessoais, assim como a forma de encarar a pobreza no novo milênio. Nesta situação complexa vivem atores em situações de vulnerabilidade e que precisam encontrar “saídas de emergências para ganhar/perder a vida em São Paulo”. São estes os contemplados em pesquisas empíricas realizadas por diferentes autores da grande área das Ciências Sociais, tanto pesquisadores e professores doutores, quanto mestres e doutorandos.

De forma geral, as precarizações no mundo do trabalho decorrem de novos tipos de governança que privilegiaram a diminuição da intervenção do Estado

* Mestra em Estudos Culturais. USP – Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. São Paulo – SP – Brasil. 03828-000 – novadrica@gmail.com.

no século XXI. O trabalho informal ganha grande destaque nas análises dos autores, cuja configuração é representante do capitalismo contemporâneo, não só no Brasil, como em grandes centros do mundo. Saídas de emergências, neste contexto, são contempladas pelos textos que discutem a ação dos agentes no setor associativo como as cooperativas de lixo, destacando a questão de sexo feminino nesta atividade prioritariamente masculina; o trabalho informal nas confecções por imigrantes; a dificuldade da representação sindical decorrente do trabalho informal; assim como do reconhecimento das trabalhadoras domésticas em pleno século XXI.

A precarização do trabalho está imbricada a outro processo que se destaca nas análises do livro: as “ilegalidades”. Isto se deve ao fato dos agentes se valerem de diversos tipos de “virações” para sobreviver na periferia, tornando muito tênue a linha da criminalidade, pois são saídas de emergências que estão em jogo. A obra traz à baila a discussão da produção e da circulação de riquezas na cidade na contemporaneidade, as quais estão sendo engendradas por variados processos que se inter cruzam nos mercados formais, informais e transnacionais, com diferentes agenciadores e trabalhadores formais, informais e até ilegais. Nesta nova conjuntura, as reconfigurações do que é lícito e ilícito na cidade decorrentes de uma “modernização urbana” abrem espaços para novas definições e problematizações na periferia do século XXI.

Soma-se a estes debates o deslocamento da questão estrutural da pobreza como tema político para a questão da gestão, a qual objetiva atender um público “focalizável” gerido nos moldes do mercado. O surgimento das organizações não governamentais no final do século XX teve como consequência os desdobramentos destas entidades em diversos setores. Esta constatação traz à tona o novo mercado da cidadania, pelo qual os pobres do passado tornam-se um “público-alvo” para serem atendidos por programas de inserção social ou de intervenção pública como nas urbanizações de favelas. Assim, a tensão entre o público e o privado permeia a obra.

Os organizadores do livro escolheram algumas áreas que caracterizam tais mudanças para agregar os diferentes artigos da obra. A divisão do livro corresponde a estas áreas que foram separadas em cinco partes: 1. Trabalho; 2. Tráficos; 3. Associações; 4. Viver Junto e Viver para Si; 5. Espaço Privado, Espaço Público.

A primeira seção do livro sobre trabalho é aberta com o texto de Robert Cabanes “Proletários em meio à tormenta neoliberal”. Carlos Silva tem dois artigos denominados “Viração: o comércio informal dos vendedores ambulantes”

e “Caminhos Cruzados: migrantes bolivianos e o trabalho informal na indústria de confecções em São Paulo”. Isabel Georges assina os textos “Entre discriminação e reconhecimento: as trabalhadoras domésticas de São Paulo” e “Trabalho informal e representação sindical”. Robert Cabanes e Mônica Virgínia de Souza analisam “A coleta e o tratamento de lixo”.

O artigo inicial da seção “Tráficos” intitula-se “Illegalismos Populares e relações de poder nas tramas da cidade” de autoria de Vera Telles. O segundo artigo de Rafael Godói denomina-se “Gerindo o ‘convívio’ dentro e fora da prisão: a trajetória de vida de um agente penitenciário em tempos de transição”. Em seguida, há o texto de Daniel Veloso Hirata denominado “Vida loka” uma análise da influência do *rap* dos Racionais MC’s na periferia. E a seção é fechada com o artigo “Debates no ‘mundo do crime’, repertórios da justiça nas periferias de São Paulo” de Gabriel de Santis Feltran.

O artigo que abre a terceira seção “Associações” é de autoria de Tatiana Maranhão e trata de “O sentido político das práticas de responsabilidade social empresarial no Brasil”. Em seguida, há texto “As entidades sociais e o surgimento de uma gestão concorrencial do engajamento cívico” de José Magalhães. A próxima discussão é proposta por Silvia Carla Ferreira em “Atores do trabalho social: continuidades e descontinuidades”. Ludmila Abílio discorre sobre “A gestão do social e o mercado da cidadania”. A seção termina com a análise de Daniel de Lucca Costa “Sobre o nascimento da população de rua: trajetórias de uma questão social”.

A penúltima parte tem como tema “Viver junto e viver para si” e inicia-se com o texto “Intervenções urbanas recentes na cidade de São Paulo: processos, agentes e resultados” de Cibele Rizek. Depois vem a análise de Eliane Silva sobre a “Ocupação irregular e disputas pelo espaço na periferia de São Paulo”. O último artigo chama-se “Evangélicos no trânsito religioso” de Ronaldo Almeida e Ariana Rumstain.

A quinta e última seção do livro sobre “Espaço Privado, Espaço Público” é composta pelos artigos de Gabriel Feltran, Yumi Santos e Robert Cabanes respectivamente. O primeiro denomina-se “‘Trabalhadores’ e ‘bandidos’ na mesma família”; o segundo intitula-se “Interrupções e recomeços: aspectos das trajetórias das mulheres chefes de família monoparental de cidade Tiradentes” e, por fim, o artigo “Qual a dialética entre o espaço público e o privado?”.

A obra é muito bem acabada, tanto quanto sobre as escolhas dos temas quanto pela forma de estruturação. A coesão interna dos artigos é algo a ser destacado pelo sucesso atingido. Mesmo sendo produzidos por diferentes autores,

os artigos foram redigidos de forma a assemelhar-se como um conjunto e não uma colcha de retalhos, como uma obra dessa magnitude poderia tornar-se. Este livro é muito importante para problematizar as questões urbanas na contemporaneidade.

REFERÊNCIA

CABANES, R.; et al. (Org.). **Saídas de emergência**: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. Tradução de F. Ferrone; C. S. Rizek. São Paulo: Boitempo, 2011.

STAEPE – Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
Laboratório Editorial
Rodovia Araraquara-Jaú, km 01
14800-901 – Araraquara
Fone: (16) 3334-6275 ou 3334-6234
e-mail: laboratorioeditorial@fclar.unesp.br
<http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

Produção Editorial:



Impressão:

